José Carlos Marion

Contabilidade Básica

10ª Edição

Atualizada conforme a Lei Nº 11.638/07, MP Nº 449/08 (Lei Nº 11.941/09) e Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Contabilidade Básica

José Carlos Marion

Contabilidade Básica

10ª Edição

Atualizada conforme a Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09) e Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2009

1. ed. 1983; 2. ed. 1989; 3. ed. 1995; 4. ed. 1996; 5. ed. 1998;
6. ed. 1998; 7. ed. 2004; 8. ed. 2006; 9. ed. 2008; 10. ed. 2009;
2. reimpressão

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marion, José Carlos
Contabilidade básica / José Carlos Marion. – 10. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-5592-8

1. Contabilidade I. Título.

CDD-657

Índice para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
01203-904 São Paulo (SP)
Tel.: (0_ _11) 3357-9144 (PABX)
www.EditoraAtlas.com.br

De que aproveitará o homem
ganhar todo o mundo se perder a sua alma?

(Jesus Cristo em Mateus 16,26)

Sumário

Prefácio à Décima Edição

Em dezembro de 2007 tivemos a tão esperada Lei nº 11.638/07 abrindo nossa contabilidade para o cenário internacional.

Quando pensávamos que a legislação societária, no que tange aos aspectos contábeis, estava consolidada, surge, em dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449/08 com relevantes alterações, principalmente nas demonstrações contábeis.

Essa medida provisória foi consolidada pela Lei nº 11.941/09, concluindo, cremos, o ciclo das mudanças por força de lei.

Assim, estamos atualizando este livro, dando destaque a essas mudanças que afetam o mundo contábil.

O Autor

Prefácio à Nona Edição

O objetivo desta edição não é apenas atualizar este livro, mas também ampliar e modernizar.

Dentro do conceito "modernizar", estamos trabalhando com cores, com simplificações para tornar a Contabilidade mais fácil, ressaltando tópicos, palavras e frases mais relevantes.

Sem mexer na estrutura original do livro, colocamos no final de cada capítulo uma secção de "Perguntas e Respostas" que visa: (a) responder as principais dúvidas levantadas pelos usuários deste livro; (b) aprofundar o conteúdo compatível a cada capítulo; (c) acrescentar tópicos demandados pelo crescimento e modernização da Contabilidade.

Apresentamos também as atualizações introduzidas pela Lei nº 11.638 de dezembro de 2007, que alterou a Lei nº 6.404/76 das Sociedades Anônimas e Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

As ilustrações introduzidas visam facilitar o entendimento e memorização dos assuntos mais importantes. Apresentamos algumas charges e informações curiosas com o objetivo de tornar o livro mais atraente até mesmo para os menos interessados pela Contabilidade.

Dividimos o livro em duas partes distintas: (a) a Parte I dá ênfase ao Usuário da Contabilidade em sua totalidade, focalizando os Relatórios Contábeis. Essa parte é concluída exatamente na metade do Capítulo 8 com a Demonstração do Fluxo de Caixa; (b) a Parte II, voltada especificamente para o exercício profissional de Contabilidade, trata do ciclo contábil, desde um Plano de Contas simplificado (iniciado na segunda metade do Capítulo 8) até o levantamento das Demonstrações Contábeis, no Capítulo 16.

Este livro visa exatamente tratar de Introdução à Contabilidade. No ensino da Contabilidade, há um "tronco" que poderíamos dividir em módulos: (a) Contabilidade Introdutória (Contabilidade Básica, ou Contabilidade Geral, ou Contabilidade Financeira...); (b) Contabilidade Intermediária (Contabilidade Comercial, Contabi-

lidade II, Contabilidade Societária...); (c) Contabilidade Avançada (Contabilidade III, Contabilidade Internacional, Tópicos Avançados de Contabilidade...).

Dessa forma, em termos metodológicos, não é conveniente uma sobrecarga de matéria neste primeiro módulo. Alguns livros de Contabilidade Introdutória sobrecarregam o aprendizado com assuntos que serão tratados em módulos seguintes, dispersando o estudante para excesso de detalhes como Operações com Mercadorias, Operações Financeiras... (a serem tratadas em Custos, Contabilidade Comercial, Contabilidade Intermediária, Contabilidade II ...), DOAR, DMPL... (a serem tratados em Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade III...) e assim sucessivamente.

Entendemos que nosso livro *Contabilidade básica* tem uma preocupação em harmonizar conteúdo com metodologia do ensino da Contabilidade, com o "tronco" contábil distribuído numa boa grade curricular. Nosso objetivo maior é dar uma carga horária adequada para que nossos estudantes possam ter um bom embasamento em Contabilidade Introdutória, que é o alicerce, a espinha dorsal do curso de Contabilidade, e, posteriormente, ao seu tempo, ir aprofundando e tendo novas informações.

O livro de exercícios apresenta "novos exercícios" considerando os acréscimos e modernização do livro-texto.

Há diversos tópicos novos acrescentados nesta edição: introdução aos princípios contábeis, demonstração do fluxo de caixa (modelo direto e indireto), contabilidade de pessoa física, operações com mercadorias, Ebitda, lucro financeiro *versus* lucro econômico etc.

O Autor

Prefácio à Primeira Edição

A METODOLOGIA PROPOSTA

A matéria exposta neste livro procura ir além da existente em livros sobre iniciação à Contabilidade. Seu principal objetivo é, através de uma linguagem simples e de uma metodologia moderna, testada em algumas escolas, com resultados satisfatórios, oferecer ao iniciante em Contabilidade uma nova alternativa no processo de aprendizagem dessa disciplina.

Criou-se uma tradição em afirmar que aprender Contabilidade é extremamente difícil. Vários "tabus" foram formando-se, com o passar do tempo, ao redor do estudo dessa disciplina. Observamos, em várias ocasiões, formandos em Contabilidade deixar os bancos escolares sem dominar o mínimo necessário para um bom desempenho profissional. Há diversos casos de alunos desmotivados, diante da profissão que vão abraçar, por não estarem absorvendo adequadamente as técnicas contábeis.

Esse quadro despertou-nos interesse em investir nesse campo, em busca de um método didático no ensino da Contabilidade e de outros instrumentos que melhor atendessem aos anseios dos estudantes. Para tanto, conseguimos, junto a algumas escolas e professores da área contábil, dados sobre o perfil desejado do recém-formado em Contabilidade, traçado por alguns segmentos do pequeno e médio empresário brasileiro. Em suma, normalmente desejam que a escola, além dos conhecimentos contábeis básicos, proporcione também formação tributária e "ferramentas" para o futuro contador auxiliar na tomada de decisão e, em alguns casos (pequenas empresas sobretudo), até mesmo participar no gerenciamento da empresa.

Dessa forma, procuramos, além da linguagem fácil e acessível e de um método didático que nos parece eficiente, apresentar a matéria numa sequência de capítulos que despertasse gradativamente o interesse do estudante para a aprendizagem da Contabilidade.

Evitamos, na medida do possível, sem prejuízo do conteúdo, desenvolver certos conceitos tradicionais que muito pouco contribuem para o iniciante, com o intento de quebrar aqueles "tabus" que tanto dificultam a aprendizagem da Contabilidade.

Quisemos, ainda, dar um "tempero" fiscal e legal ao desenvolvimento da matéria, de forma gradativa, evitando excesso de detalhes, mas proporcionando, simultaneamente à evolução da Teoria Contábil, uma base tributária, a nosso ver, indispensável ao estudante.

Por fim, demos uma boa ênfase aos relatórios contábeis, principalmente aos dois produtos finais da Contabilidade (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), pretendendo, com isso, despertar no iniciante a importância desses poderosos instrumentos para a tomada de decisão.

Em nosso *site* <www.marion.pro.br> (Livros/Contabilidade Básica), serão encontrados itens como:

Disponível	***Power Point***	**PDF**	**Data**
Transparências			
Novas transparências			
Alterações para nova edição			
Manual do mestre			
Exercícios adicionais			
Dicas para os usuários do livro			
Leituras adicionais			

Sugestões ao Professor

SEQUÊNCIA DOS CAPÍTULOS

A metodologia utilizada para desenvolvimento deste livro baseia-se, conforme denominação utilizada por alguns autores, na Escola Contábil Americana, cuja diretriz básica é partir de uma visão conjunta dos Relatórios Contábeis, para, em seguida, apresentar os lançamentos contábeis que originaram aqueles relatórios.

Observam-se, contudo, nesta metodologia, duas correntes distintas, igualmente válidas, a respeito da sequência dos pontos a serem ministrados aos estudantes: a *primeira* discorre rapidamente sobre Balanço Patrimonial, variações patrimoniais e, em seguida, já trata de lançamentos contábeis; a *segunda*, que acreditamos ser mais adequada às necessidades brasileiras, aprofunda-se no estudo do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e de um Plano de Contas para, depois, abordar os lançamentos contábeis.

Embora a sequência dos capítulos aqui apresentados se ajuste à segunda corrente, o professor poderá optar pela corrente que melhor se adapte a seu estilo ou público-alvo. Em caso de optar pela primeira corrente, a sequência capitular será a seguinte:

- *Primeira parte:* Capítulos 1, 2, 3, 4.
- *Segunda parte:* Capítulos, 9, 10, 11, 6, 12, 13, 14.
- *Terceira parte:* Capítulos 5, 7, 8, 15, 16.

No que tange à segunda parte, há professores que preferem tratar os livros contábeis imediatamente após as regras contábeis. Nesse caso, a sequência dos capítulos poderia ser alterada sem prejuízo, antecipando-se o Capítulo 13 no momento oportuno.

DISTRIBUIÇÃO DOS CAPÍTULOS AO LONGO DO CURSO E EXCLUSÃO DE CAPÍTULOS

Este livro foi programado tendo em vista dois semestres letivos, ou seja, dois capítulos por mês. Dessa forma, o professor dedicaria uma semana a aulas de teoria e outra para exercitá-la. Se, em virtude das peculiaridades do estudante ou da disponibilidade de horário, não for possível ministrar todos os capítulos, recomenda-se eliminar os Capítulos 15 e 16, pois eles poderão ser desenvolvidos em Contabilidade Comercial ou Contabilidade Intermediária ou Contabilidade II, sem prejuízo do curso.

CONTABILIDADE GERAL (BÁSICA) NO CURSO DE CONTABILIDADE

Foram tomadas como base, em termos de Contabilidade Geral ou Introdutória, *empresas prestadoras de serviços*, porém isso não significa que tenham sido evitados comentários sobre contas específicas de empresas comerciais. Evitamos, todavia, assuntos como operações com mercadorias, operações financeiras, custeio de estoques etc. por serem peculiares à *Contabilidade Comercial* e *Industrial* (de Custos) que fazem parte do segundo e terceiro anos, respectivamente.

PACOTE "CONTABILIDADE BÁSICA"

Compõe-se de um livro-texto, um livro de exercícios e um manual do professor.

Ao final de cada capítulo do livro-texto, além das palavras-chaves, perguntas e respostas, incluímos um conjunto de tarefas práticas para serem desenvolvidas pelos alunos. Essas tarefas visam a uma aprendizagem adicional extra-sala de aula e a um contato prático, mais de perto, com certos assuntos desenvolvidos teoricamente nas aulas. Para tanto, sugerimos que o professor acompanhe e estimule essa atividade através de avaliação ou outros critérios para despertar o estudante para a Contabilidade.

As tarefas totalizam três. Reconhecemos que podem ser demoradas e ocupar excessivamente os alunos. Por isso, considerando o pouco tempo de que dispõe normalmente o estudante, a critério do professor, o aluno deveria ter a possibilidade de optar por duas delas ou, em casos mais extremos, apenas por uma tarefa em cada capítulo.

No final do curso, o estudante terá um precioso manual prático, um guia que poderá ser consideravelmente útil ao início da sua vida profissional.

No *Livro de exercícios*, apresenta-se uma variedade de questões práticas, cabendo ao professor a aplicação em classe daquelas que mais se adaptam ao público-alvo.

As questões práticas compõem-se de perguntas, testes, preenchimento de linhas pontilhadas, associações de números, exercícios e problemas.

Em alguns enunciados de problemas procuramos incluir conteúdo informativo, com o objetivo de melhor instruir o aluno.

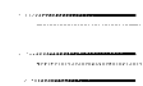
Estamos abertos a qualquer crítica e antecipadamente agradecemos as sugestões que nos forem enviadas.

Outro material de apoio pode ser encontrado no *site* <www.marion.pro.br>.

Conselhos para você ser um profissional contábil bem-sucedido

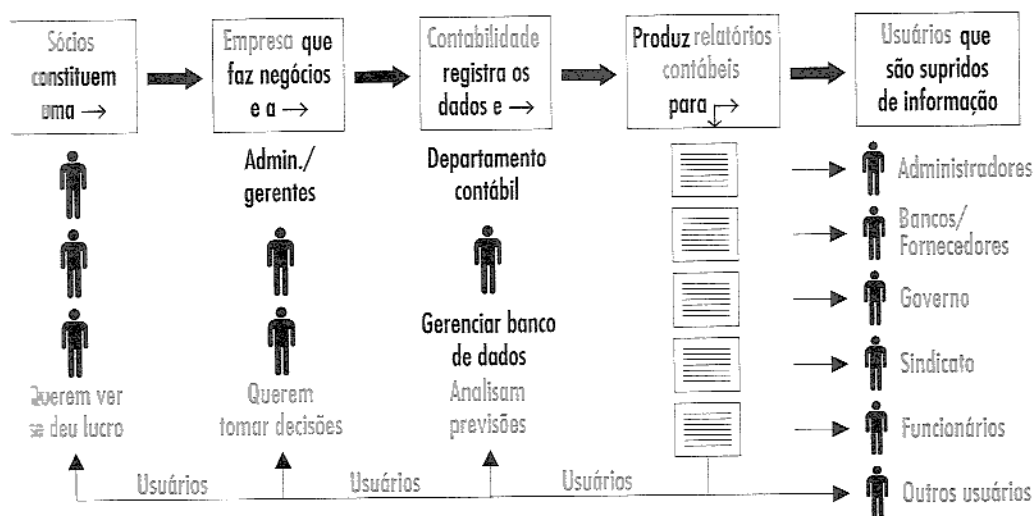
1. Valorize a profissão: é a única com desemprego zero; tem 23 áreas de especialização diferentes (veja algumas no item 7); o mercado não tem preconceito de idade para essa profissão (as pessoas acima de 40 anos conseguem trabalho).
2. Os professores de Contabilidade normalmente são profissionais bem-sucedidos. Aproveite o máximo deles, pergunte, busque conselhos. Dedique-se ao máximo em seu curso. Se você utilizar o trabalho de um professor como consultor, depois do curso, isso vai custar-lhe caro, em média US$ 100,00 por hora.
3. Busque conhecimento paralelo a seu curso: marketing contábil (como ter sua marca); conheça pelo menos mais uma língua (de preferência inglês); seja bom na área de informática (domine Internet, *softwares* contábeis, planilhas eletrônicas, bancos de dados...).
4. Seja um pesquisador por excelência. Não aceite apenas receber tudo "mastigado" do professor. Lá na empresa não haverá mais professor e você terá que buscar, descobrir conhecimento. Faça da sua escola um laboratório.
5. Há áreas de conhecimento que serão decisivas, além da Contabilidade, em seu sucesso profissional: métodos quantitativos (Matemática e Estatística), disciplinas afins (Administração e Economia), Legislação (Direito) etc. Dedique-se ao máximo.
6. Aprenda a ser desinibido, a falar bem: participe dos seminários (o contador é a pessoa que mais fala para induzir às decisões certas na empresa), manifeste opinião na sala de aula, leia um jornal diariamente e revistas de negócios. Fique atento aos professores que se expressam bem. Use dicionário várias vezes na semana.
7. O mercado não vê com bons olhos o "clínico geral" (o que sabe de tudo um pouco). Procure especializar-se, concentrar esforços em uma atividade contábil em que você tem mais dons (durante o curso, esses dons serão despertados): auditor (interno ou externo), planejador tributário, atuário, carreira acadêmica, concurso público, consultor, investigador de fraudes, empresário contábil, analista (financeiro, de crédito, de investimento), pesquisador contábil, escritor contábil etc.

Parte I

Relatórios Contábeis

"Abrange o estudo do patrimônio de uma entidade e as variações deste patrimônio, evidenciados no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e demonstração dos fluxos de caixa."

1

Contabilidade

Conceito
Aplicação da contabilidade
Usuários da contabilidade
Para quem é mantida a contabilidade
O profissional contábil
Pilares da contabilidade

> A Contabilidade é possivelmente um dos assuntos mais áridos do mundo. E pode também ser o mais confuso. Mas, se você quiser ser rico, pode ser o assunto mais importante. A questão é como pegar um tema entediante e confuso e ensiná-lo a crianças. A resposta é: simplifique. Comece por ensiná-lo por meio de figuras (livro *Pai rico, pai pobre*, Cap. 1).

CONCEITO

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a *tomarem decisões*. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas.

Ressaltamos, entretanto, que a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões.

Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são *registradas* pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram àqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro.

> Uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola, totalmente à deriva.

APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade pode ser estudada *de modo geral* (para todas as empresas) ou *em particular* (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia).

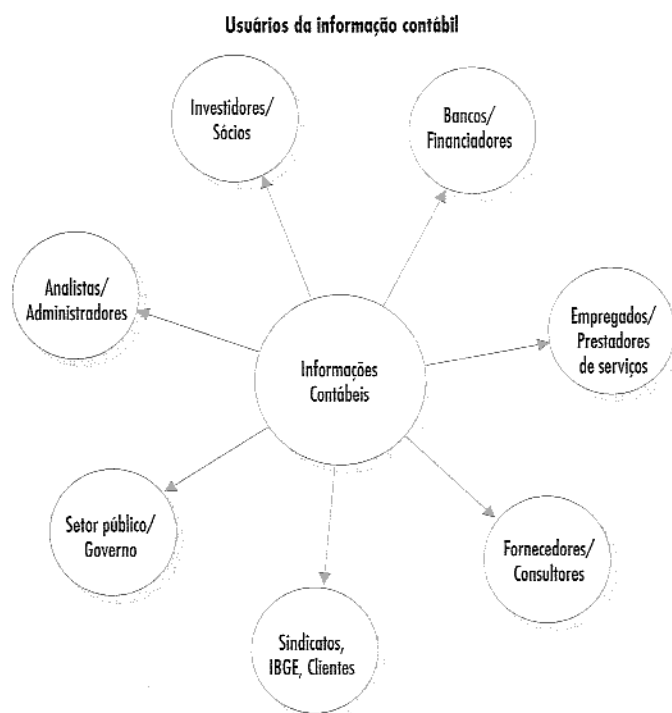
O enfoque deste livro é a *Contabilidade Geral*, também conhecida como *Contabilidade Financeira*, que pode ser aplicada a diversos ramos de atividades. Quando a Contabilidade Geral for aplicada a *empresas*:

- comerciais, denomina-se Contabilidade Comercial;
- industriais, denomina-se Contabilidade Industrial;
- públicas, denomina-se Contabilidade Pública;

- bancárias, denomina-se Contabilidade Bancária;
- hospitalares, denomina-se Contabilidade Hospitalar;
- agropecuárias, denomina-se Contabilidade Agropecuária;
- de seguros, denomina-se Contabilidade Securitária etc.

USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

Os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na Contabilidade suas respostas.

Evidentemente, os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da Contabilidade. Os *investidores* (sócios ou acionistas), ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os *fornecedores* de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar *suas dívidas*; os *bancos*, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o *governo* quer saber quanto de *impostos* foi gerado para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, os concorrentes etc.

PARA QUEM É MANTIDA A CONTABILIDADE

A Contabilidade pode ser feita para Pessoa Física ou Pessoa Jurídica. Considera-se pessoa, juridicamente falando, todo ser capaz de direitos e obrigações.

Pessoa Física é a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo (sem qualquer exceção). A existência da pessoa física termina com a morte.

Pessoa Jurídica é a união de indivíduos que, através de um contrato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros. As pessoas jurídicas podem ter fins lucrativos (empresas industriais, comerciais etc.) ou não (cooperativas, associações culturais, religiosas etc.). Normalmente, as pessoas jurídicas denominam-se empresas.

A Contabilidade, portanto, pode ser feita para um indivíduo – pessoa física (desde que haja necessidade em virtude do volume de negócios) – ou para uma empresa com ou sem fins lucrativos – pessoa jurídica.

Quando se faz Contabilidade para a pessoa física (embora não seja comum) ou pessoa jurídica, essa pessoa é denominada *entidade contábil*. Dessa forma, qualquer pessoa que tenha necessidade de Contabilidade (e a Contabilidade é mantida para esta pessoa) é chamada *entidade contábil*.

> O novo Código Civil usa o vocábulo *contabilista* em substituição ao *contador* e a expressão *técnico em contabilidade*, que são duas categorias previstas em lei.

O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Denomina-se *técnico em contabilidade* aquele que cursou Contabilidade em nível técnico (médio). Após o término do curso superior (3º grau) de Contabilidade, o profissional é chamado *contador* ou bacharel em Ciências Contábeis. Tanto o técnico em Contabilidade quanto o contador podem ser chamados *contabilistas*, e ambos podem, legalmente, ser responsáveis pela contabilidade das empresas, analistas de balanços, pesquisadores contábeis etc. O contador, porém, está habilitado a exercer outras atividades não cabíveis ao técnico em Contabilidade. Essas atividades são:

- *Auditoria:* exame e verificação da exatidão dos procedimentos contábeis.
- *Perícia contábil:* investigação contábil de empresas motivada por uma questão judicial (solicitada pela justiça).

- *Professor de Contabilidade:* para ser professor de curso superior, exige-se pós-graduação.

Para o exercício profissional da Contabilidade é necessário estar habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

PILARES DA CONTABILIDADE

Pilares da Contabilidade são as regras básicas da Contabilidade que podemos chamar genericamente de princípios contábeis.

A Contabilidade repousa, basicamente, em dois pilares da teoria contábil: a entidade contábil e a continuidade da empresa.

Em primeiro lugar, há necessidade da existência da *entidade contábil*, ou seja, uma pessoa para quem é mantida a Contabilidade. Não havendo entidade contábil, não há, evidentemente, a contabilidade aplicada.

Desse primeiro conceito deduz-se que a Contabilidade é mantida para a entidade como pessoa distinta dos sócios. A Contabilidade é realizada para a entidade, devendo o contador fazer um esforço para não misturar as movimentações da entidade com as dos proprietários. Pessoas físicas e jurídicas não devem ser confundidas, ou sócios não devem ser confundidos com empresas.

O segundo pilar é baseado no pressuposto de que a empresa é algo em andamento, *em continuidade*, que funcionará por prazo indeterminado. Uma empresa em processo de extinção (descontinuidade) ou liquidação será contabilizada por outras regras que não são estudadas neste livro.

Palavras-chaves

Continuidade: refere-se à entidade que está funcionando com prazo indeterminado; algo em andamento; não está em fase de extinção ou liquidação.

Entidade contábil: pessoa para quem é mantida a Contabilidade, podendo ser pessoa jurídica ou física.

Pessoa física: ser natural, indivíduo considerado como tal a partir do seu nascimento.

Pessoa jurídica: ser abstrato, constituído legalmente através de um contrato, formado por duas ou mais pessoas.

Usuários da contabilidade: pessoas ou entidades interessadas em conhecer a situação da empresa para a tomada de decisões: administradores, gerentes, governo, bancos, fornecedores etc.

? Perguntas e Respostas

1. Por que diversas pequenas empresas acham a Contabilidade um "mal necessário"?

Todos os negócios, independentemente de seu tamanho, necessitam de informações (dados) para a tomada de decisão.

Para agregar valor aos negócios, a Contabilidade deveria focalizar seu objetivo principal: instrumento gerencial, ou seja, fornecer, analisar e ordenar dados para a tomada de decisão.

Na verdade, há serviços contábeis com ênfase exagerada na parte burocrática: guias, folhas de pagamento, impostos etc.

Assim, nem sempre o usuário da Contabilidade é atendido conforme suas principais necessidades decisoriais; nesse caso, ela dá a falsa impressão de serviços de "despachante".

2. Por que os Princípios da Entidade e Continuidade são chamados de Pilares da Contabilidade?

A Contabilidade tem um conjunto de regras, uma estrutura conceitual suportada pela Teoria da Contabilidade.

Quando pensamos em *estrutura* podemos raciocinar num prédio (construção, edifício) com alicerces, paredes, telhado.

A parte mais relevante do prédio é o alicerce, as colunas, os pilares que sustentam os demais componentes da construção.

Assim, na Teoria da Contabilidade a Entidade e Continuidade representam esses pilares ou colunas. Todos os demais conceitos na Contabilidade são alicerçados por esses dois princípios que a Teoria da Contabilidade chama de postulados, verdades absolutas, que não podem ser mudados.

A ideia é que as regras contábeis decorrem da pressuposição de que haja uma pessoa (empresa) para fazer a Contabilidade (entidade), podendo fazer investimentos, financiamentos etc. (continuidade).

3. Há outros princípios além da Entidade e Continuidade?

Sim. Em 14/03/08, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), na Deliberação nº 539, aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico elaborado pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade, dando ênfase aos seguintes princípios:

Pressupostos Básicos

- Regime de Competência. Este princípio está ligado ao fato de registrar no momento certo as vendas e as despesas que competem (pertencem) a um período de tempo para apurar se a empresa deu lucro ou prejuízo. Este princípio está explicado nos Capítulos 6, 7 e 8.
- Continuidade. Pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro previsível. Dessa forma, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de interromper os negócios, entrar em liquidação ou reduzir materialmente a escala de suas operações (estudado no Capítulo 1).

Características Qualitativas

- Compreensibilidade. As informações apresentadas nos Relatórios Contábeis devem ser prontamente *entendidas pelos usuários*. Todavia, informações relevantes (veja item seguinte), ainda que complexas, deverão ser incluídas nos relatórios contábeis. O relatório contábil deverá ser acessível a leigos.
- Relevância. Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores. Falaremos deste princípio no Capítulo 6. Neste item, considera-se a Materialidade que depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção.
- Confiabilidade. Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que propõe representar. Para ser confiável, alguns aspectos devem ser considerados:
  - Primazia da Essência (econômica, da importância econômica) sobre a Forma (jurídica, aspectos legais). A qualidade da informação é mais importante que obedecer lei.
  - Neutralidade (neutra, imparcial, induz a um julgamento justo).
  - Prudência (certo grau de precaução em virtude das incertezas).
  - Integridade (informação completa, sem omissão de itens materiais).
- Comparabilidade. Os usuários devem poder comparar os relatórios contábeis de uma entidade ao longo do tempo, nos períodos sucessivos. Não devem ser mudados os critérios, os padrões sem avisar os usuários.

Outras Regras

Alguns outros aspectos devem ser considerados ainda:

- Tempestividade (fornecer informação em época oportuna, sem retardamento).
- Equilíbrio entre Custo e Benefício (os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la).
- Custo Histórico (os registros são feitos pelo valor de aquisição do bem ou pelo custo de fabricação, embora haja outras possibilidades).

ATIVIDADES SUGERIDAS

Preparar uma pasta para arquivar dados e informações contábeis durante o curso.

No final de todos os capítulos, são sugeridas algumas atividades práticas que tornam seu curso mais interessante e objetivo, além de, evidentemente, mais prático.

TAREFA 1.1 Recortar de um jornal, revista ou boletim um comentário sobre uma das atividades contábeis, como, por exemplo, Contabilidade, Auditoria, Perícia Contábil, Análise de Balanços, professor de contabilidade, pesquisa na área contábil etc.

TAREFA 1.2 Uma das áreas mais interessantes para o futuro contador iniciar-se é a Auditoria. Trata-se de um "laboratório contábil" em que se aperfeiçoam os conhecimentos obtidos no curso de Contabilidade.

O auditor examina os procedimentos contábeis da empresa auditada e emite um *parecer,* dizendo se aqueles procedimentos são adequados ou não.

Recortar de um jornal um relatório contábil com *Parecer da Auditoria* e arquivá-lo em sua pasta; antes, porém, identificar o parecer com um círculo ou sublinhar.

TAREFA 1.3 O profissional contábil, além de dispor de muitas alternativas de emprego (contador, subcontador, auditor, analista de balanços, professor de Contabilidade, pesquisador, *controller,* empregos públicos, perito-contador etc.), tem a vantagem da estabilidade no emprego em época de crise, pois toda empresa precisa do contador (ou do escritório de Contabilidade), por pior que seja sua situação.

Além dessa segurança, o profissional contábil tem, em média, uma excelente remuneração, não havendo necessidade de invejar as chamadas profissões nobres.

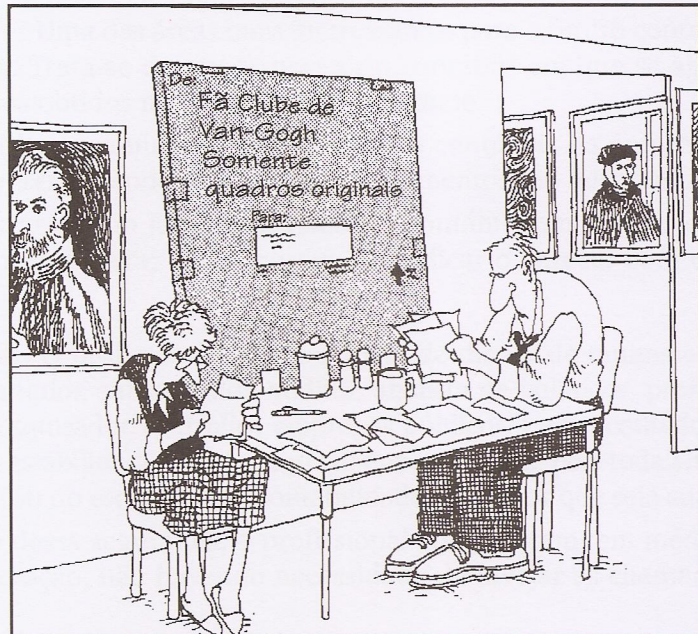
Semanalmente, os jornais publicam o salário médio de diversas profissões. Recortar de um jornal a remuneração média do contador.

Observações:

1. O esforço de pesquisa é fundamental neste estágio do curso. Por isso, recomenda-se que não sejam utilizadas cópias (xerox), mas o original.
2. Após cada etapa cumprida, colocar o número da tarefa na parte superior do recorte para melhor identificação, se a pasta for requisitada.

2

Patrimônio

Conceito
Bens
Direitos
Obrigações
Patrimônio líquido

"– Desde que entramos neste "Fã clube", vendemos todos os nossos bens, nossos móveis, nossos gatos e ainda estamos devendo milhões."

Nas últimas duas décadas, mais de 1.600 empresas brasileiras foram negociadas, em sua maioria, com investidores estrangeiros. Foi um volume substancial de empresas familiares que passaram seu controle acionário para outros. Alguns exemplos:

- Banco Real (vendido ao ABN Amro) – em 2007 adquirido pelo Banco Santander;
- Prosdócimo (vendida à sueca Electrolux);
- Forno de Minas (vendida à subsidiária americana do grupo inglês Diageo);
- Brinquedos Estrela (passado o controle para o principal executivo, Carlos A. Tilkian);
- Freios Varga (vendida à inglesa Lucas Variety);
- Metal Leve (vendida à alemã Mahle-Cofap);
- Cimentos Matsulfor e Central Betom (vendidas ao grupo francês Lafarge);
- Rede de Supermercados Mineirão (vendida à Rede Carrefour);
- Rede Peralta (vendida ao Pão de Açúcar);
- Rede de Supermercados Mercadorama (vendida ao grupo Sonae);
- Perdigão (controle acionário vendido a um consórcio de fundos de pensão liderado pela Previ).

(Livro *Empresa familiar, ou inferno familiar?* Cap. 7.)

CONCEITO

O termo **patrimônio** significa, a princípio, o conjunto de *bens* pertencente a uma pessoa ou a uma empresa. Compõe-se também de valores a receber (ou dinheiro a receber). Por isso, em Contabilidade esses valores a receber são denominados *direitos a receber* ou, simplesmente, *direitos*.

Relacionando-se, todavia, apenas bens e direitos, não se pode identificar a verdadeira situação de uma pessoa ou empresa. É necessário evidenciar as *obrigações* (dívidas) referentes aos bens ou direitos. Por exemplo, se você disser que tem como patrimônio um apartamento e não fizer referência à dívida com o banco financiador (em caso de ter sido adquirido através desse sistema de crédito), sua informação será incompleta e pouco esclarecedora.

Em Contabilidade, portanto, a palavra *patrimônio* tem sentido amplo: por um lado significa o conjunto de bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou empresa; por outro lado inclui as obrigações a serem pagas.

PATRIMÔNIO DE UMA PESSOA OU DE UMA EMPRESA	
Bens e **Direitos** (a Receber)	**Obrigações** (a serem pagas)

BENS

Entendem-se por **bens** as coisas úteis, capazes de satisfazer às necessidades das pessoas e das empresas. Se eles têm forma física, são palpáveis, denominam-se *bens tangíveis*: veículos, imóveis, estoques de mercadorias, dinheiro, móveis e utensílios (móveis de escritório), ferramentas etc.

Os bens incorpóreos, isto é, não palpáveis, não constituídos de matéria, denominam-se *bens intangíveis*. Normalmente, *as marcas* que constituem um bem significativo para as empresas (Nike, Coca-Cola) e as *patentes de invenção* (documento pelo qual o Estado garante a uma pessoa ou empresa o direito exclusivo de explorar uma invenção) são exemplos de bens intangíveis. Porém, há muitos outros exemplos.

Os bens, além de tangíveis e intangíveis, podem ser divididos em:

- *Bens imóveis*: são aqueles vinculados ao solo, que não podem ser retirados sem destruição ou danos: edifícios, construções, árvores etc.
- *Bens móveis*: são aqueles que podem ser removidos por si próprios ou por outras pessoas: animais, máquinas, equipamentos, estoques de mercadorias etc.

Suponha-se que a Cia. Teresópolis tenha os seguintes bens:

CIA. TERESÓPOLIS — Em $ mil

Edifícios	180
Móveis e utensílios	90
Veículos	110
Máquinas	400
Terrenos	900
Marcas e Patentes	150
Total	**1.830**

Esses bens podem ser classificados da seguinte maneira:

CIA. TERESÓPOLIS

Em $ mil

BENS	Tangíveis	Intangíveis	Móveis	Imóveis
Edifícios	180	——	——	180
Móveis e utensílios	90	——	90	——
Veículos	110	——	110	——
Máquinas	400	——	400	——
Terrenos	900	——	——	900
Marcas e Patentes	——	150	150	——
Total	**1.680**	**150**	**750**	**1.080**
	1.830		1.830	

Vamos admitir que você tivesse que avaliar seu lar, sua casa. Seria fácil somar os eletrodomésticos, os utensílios, os móveis... Os bens tangíveis. Todavia, algo muito precioso, talvez o mais importante, você não pode avaliar monetariamente: *o amor*, a comunhão entre os membros de sua família. Estes são os bens intangíveis.

DIREITOS

Em Contabilidade entende-se por Direito ou Direito a Receber o poder de exigir alguma coisa. São valores a receber, títulos a receber, contas a receber etc.

Após um mês de trabalho, desde que o pagamento estabelecido seja mensal, você tem direito de receber seu salário. Assim, *salários a receber* é um direito. Depositando determinada quantia num banco, você tem direito de sacar esse depósito a qualquer momento. Assim, *dinheiro depositado em bancos* é um direito.

Em relação à empresa, o direito a receber mais comum decorre das vendas a prazo, ou seja, quando se vendem mercadorias a outras empresas, o pagamento não é efetuado no ato, mas no futuro; a empresa vendedora emite uma duplicata como documento comprobatório. Esse direito denomina-se **duplicatas a receber**.

Como exemplos de outros direitos podem ser citados: aluguéis a receber, promissórias a receber, ações (a receber) etc.

Relação de *Direitos* da Cia. Teresópolis:

CIA. TERESÓPOLIS Em $ mil

ITENS	VALORES
Bancos conta Movimento (depósito)	680
Duplicatas a Receber	1.320
Títulos a Receber (notas promissórias)	500
Aluguéis a Receber	300
Total	**2.800**

OBRIGAÇÕES

São dívidas com outras pessoas. Em Contabilidade tais dívidas são denominadas *obrigações exigíveis*, isto é, compromissos que serão reclamados, exigidos: pagamento na data do vencimento.

Em caso de um empréstimo bancário, você fica devendo ao banco (*empréstimo a pagar*). Se a dívida não for liquidada na data do vencimento, o banco *exigirá* o pagamento.

Uma obrigação exigível bastante comum nas empresas é a compra de mercadorias a prazo (exatamente o contrário de duplicatas a receber): ao comprar a prazo, a empresa fica devendo para o fornecedor da mercadoria; por essa razão, essa dívida é conhecida como **fornecedores**, embora também possa ser denominada *duplicatas a pagar.*

Outras obrigações exigíveis são: com os funcionários – *salários a pagar*; com o governo – *impostos a pagar*; com as financeiras – *financiamentos*; com a Previdência Social e FGTS – *encargos sociais a pagar*; com o locador do prédio – *aluguéis a pagar;* diversas contas de luz, água, gás etc. – *contas a pagar* etc.

Obrigações exigíveis da Cia. Teresópolis:

CIA. TERESÓPOLIS Em $ mil

ITENS	VALORES
Fornecedores (dívidas com fornecedores de mercadorias)	800
Empréstimos bancários (a pagar)	400
Salários a pagar	350
Encargos sociais a pagar (FGTS, INSS)	450
Impostos a Pagar (ou a recolher)	900
Financiamentos (empréstimos a pagar a longo prazo)	1.100
Contas a Pagar (diversos)	500
Total	**4.500**

Representação gráfica do patrimônio

BENS + DIREITOS	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS
Bens	**Obrigações**
Dinheiro	Empréstimos a Pagar
Mercadoria em Estoques	Salários a Pagar
Veículos	Fornecedores (Duplicatas a Pagar)
Imóveis	Financiamentos
Máquinas	Impostos a Pagar
Ferramentas	Encargos Sociais a Pagar
Móveis e Utensílios	Aluguéis a Pagar
Marcas e Patentes	Títulos a Pagar
Direitos	Promissórias a Pagar
Depósitos em Bancos	Contas a Pagar
Duplicatas a Receber	
Títulos a Receber	
Aluguéis a Receber	
Ações	

Nesta representação, coloca-se no *lado esquerdo* Bens e Direitos e no *lado direito* Obrigações Exigíveis. Isso ocorre, porém, por mera convenção. Psicologicamente, parece interessante colocar primeiro aquilo que é positivo (Bens + Direitos) para em seguida apresentar aquilo que é negativo (Obrigações Exigíveis). Podemos encontrar país, todavia, em que se colocam primeiramente as obrigações e depois os bens e direitos.

PATRIMÔNIO DA CIA. TERESÓPOLIS Em $ mil

BENS + DIREITOS		OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS	
Bens	1.830	Obrigações	4.500
Direitos	2.800		

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ao passar por uma autoestrada e avistar uma empresa imponente, com letreiros luminosos, jardins ao redor, uma pessoa pode imaginar: "Como é grande o patrimônio desta empresa!" Há possibilidade, no entanto, de essa pessoa estar errada, pois patrimônio envolve também obrigações. A empresa poderá estar a um passo da falência ou totalmente endividada, embora os números de seu patrimô-

nio sejam elevados. Disso se conclui que patrimônio por si só não mede a efetiva riqueza de uma empresa.

Assim também, se um amigo seu tem um grande apartamento, um carro novo e outros bens, esse patrimônio elevado não significa necessariamente grandes vantagens: pode ser que ele deva muitas prestações ao banco financiador, que seu carro e outros bens tenham sido financiados, que sua dívida seja consideravelmente grande. Riqueza, portanto, não se mede somente pelo patrimônio

Na verdade, é necessário conhecer a riqueza líquida da pessoa ou empresa: somam-se os bens e os direitos e, desse total, subtraem-se as obrigações; o resultado é a riqueza líquida, ou seja, a parte que sobra do patrimônio para a pessoa ou empresa. Ela é denominada **patrimônio líquido** ou situação líquida.

Patrimônio Líquido = Bens + Direitos (–) Obrigações

O Patrimônio Líquido, portanto, é a medida eficiente da verdadeira riqueza. Observe-se que há situações em que o Patrimônio é grande, mas as obrigações superam os bens e direitos; nesse caso, o patrimônio líquido é negativo, isto é, não há riqueza, a situação da empresa é péssima. Como exemplo, admitamos que a Cia. Votuporanga possua um enorme patrimônio:

Bens	$ 650
Direitos	$ 250
Obrigações	$ 880

Sua riqueza líquida, todavia, é insignificante:

PL = B + D – O
PL = 650 + 250 – 880
PL = $ 20

Calculemos também o Patrimônio Líquido da Cia. Teresópolis:

PL = B + D – O
PL = 1.830 + 2.800 – 4.500
PL = $ 130

Significa que se a Cia. Teresópolis recebesse todos os seus direitos e vendesse todos os seus bens, daria para pagar a dívida mas sobraria um montante irrelevante.

Palavras-chaves

Bens: coisas úteis de que dispõe uma pessoa ou empresa para atingir seus fins. Os bens dividem-se em: tangíveis, intangíveis, móveis e imóveis.

Duplicatas a Receber: direito a receber em decorrência de vendas a prazo.

Fornecedores: conta em que se registram as obrigações decorrentes de compras a prazo. Esta conta também pode ser denominada Duplicatas a Pagar.

Patrimônio: expressa o conjunto de bens, direitos a receber e obrigações a pagar pertencentes a uma pessoa ou empresa.

Patrimônio Líquido: parte do patrimônio que efetivamente sobra para seu proprietário após somar bens e direitos e subtrair do total as obrigações; situação líquida; riqueza líquida; medida de riqueza da empresa.

? Perguntas e Respostas

1. Quais são os outros exemplos de bens intangíveis?

Também chamado como ativo oculto, ativo invisível, incorpóreo. Além de marcas, outros exemplos são: *clientela* (imagine os clientes de uma butique, as chamadas "madames"), *ponto comercial* (a localização de uma empresa num *shopping*, numa Av. Paulista em São Paulo...), *reputação/imagem* de uma empresa (por exemplo a Nestlé, Mercedes...), *lealdade de clientes*, *estoque de conhecimentos* (recursos humanos de altíssimo nível) etc.

2. Como os bens intangíveis são comumente chamados no mercado financeiro?

Embora não signifiquem exatamente a mesma coisa, há diversas formas: aviamento, fundo de comércio, *goodwill*, capital intelectual, mais-valia etc.

3. Quando falamos em patrimônio, pensamos em empresas. Com crise econômica, há implantação de novas empresas?

A crise econômica fez com que o Brasil apresentasse, por exemplo em 2002, maior taxa de empreendedorismo por necessidade – por falta de opções no mercado de trabalho – entre as 37 principais economias mundiais. O índice brasileiro nesse tópico ficou em 7,5% do total, enquanto a média internacional foi de apenas 1,9%. Isso significa que 56% das pessoas que abriram negócio próprio, nesse ano, tomaram essa decisão porque não tinham outra opção de trabalho.

Essa é a principal conclusão do Projeto GEM (sigla em inglês para Monitoramento do Empreendedorismo Global), realizado entre janeiro e agosto, em 37

países, dos cinco continentes, que representam dois terços da população e 92% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 2.1 Fazer um levantamento de seu patrimônio pessoal. Relacionar, por um lado, todos os *bens* de sua propriedade. Indicar, nesse mesmo lado, todos os valores a receber (direitos), incluindo o salário a receber referente a este mês. Por outro lado, relacionar todas as suas dívidas relativas aos bens já identificados. Incluir, também nesse lado, todos os gastos que você terá ainda este mês (luz, água, supermercado, loja, escola, ônibus, gasolina, livros etc.). Finalmente, somar os bens com os direitos, subtrair as obrigações e *encontrar sua riqueza líquida*. Após essa tarefa, arquivar o material em sua pasta.

TAREFA 2.2 Todas as pessoas físicas que ganham acima de um limite mínimo estipulado pelo Imposto de Renda devem preencher, anualmente, a declaração do Imposto de Renda. Na oportunidade, deverá ser apresentada a declaração pormenorizada do Patrimônio, conforme o art. 25 da Lei nº 9.250, de 27-12-95.

Arquivar a declaração de ajuste anual em sua pasta e preencher a declaração de bens com os dados da Tarefa 2.1.

TAREFA 2.3 Muitos livros de Contabilidade apresentam o conceito de Patrimônio.

Sua tarefa, neste momento, é ir até a biblioteca de sua escola e consultar *três livros de Contabilidade* (de autores diferentes) e transcrever o conceito de Patrimônio explicitado nos livros.

Observação:

Indicar os livros consultados, bem como o autor, a editora, a cidade onde fica a editora, a edição e o ano de publicação.

3

Demonstrações Financeiras

Conceito

Principais demonstrações financeiras

Períodos de apresentação das demonstrações financeiras

Requisitos para publicação das demonstrações financeiras

Homem: "– As Demonstrações Financeiras mostram bons lucros!"

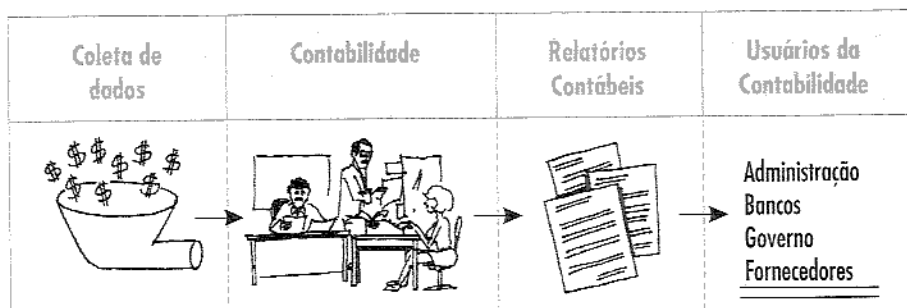
Mulher: "– É, mas o Fluxo de Caixa mostra que não temos dinheiro para pagar o nosso salário."

Nos países desenvolvidos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa é o relatório contábil mais importante em nossos dias. Ela apresenta resumidamente os recursos (dinheiro) que entraram no Caixa e os que saíram dele de um negócio durante determinado período. Os administradores mais hábeis preferem, antes de pronunciar a palavra *lucro*, avaliar cuidadosamente seu Fluxo de Caixa. Os administradores mais bem-sucedidos normalmente dizem que gerenciam ambos: o lucro e o fluxo de caixa. Você não pode ressaltar um e ignorar o outro. Uma empresa é um dragão de duas cabeças quando se trata deste assunto. Ignorar o Fluxo de Caixa pode levar a empresa a um abismo mesmo que ela tenha uma boa fórmula de se obter lucro. Alguns gerentes de negócios preocupam-se em produzir lucro e tratam o Fluxo de Caixa superficialmente. Na verdade deveriam dar a mesma ênfase para ambos (livro *Accounting for dummies*, Cap. 1).

CONCEITO

Os dados coletados pela Contabilidade são apresentados periodicamente aos interessados de maneira resumida e ordenada, formando, assim, os *relatórios contábeis*.

Os relatórios são elaborados de acordo com as necessidades dos usuários. Evidentemente, um relatório sobre o resultado anual de uma farmácia destacará muito menos pormenores que o de uma siderúrgica, que, normalmente, tem um número elevado de proprietários, grande volume de negócios, diversos tipos de impostos a recolher, operações em muitas agências bancárias.

Dos inúmeros relatórios que há em Contabilidade, destacam-se aqueles que são *obrigatórios* de acordo com a legislação brasileira. Esses relatórios são conhecidos como demonstrações financeiras ou, ainda, demonstrações contábeis.

PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais demonstrações financeiras obrigatórias por lei a partir de 2008:

- Balanço Patrimonial (BP).
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
- Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPAc).
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA).*

O tratamento destas demonstrações financeiras varia de acordo com o tipo de constituição da sociedade empresarial. Há dois tipos principais: as sociedades anônimas (S.A.) e as sociedades por quotas de responsabilidade limitada (Ltda.).

A S.A. (ou companhia), que se caracteriza por seu capital dividido em partes iguais chamadas ações (os proprietários, geralmente em grande número, são denominados acionistas), deverá publicar as Demonstrações Financeiras no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação editado na localidade onde se situa a empresa. Todos os atos previstos na legislação societária deverão ser arquivados no registro do comércio.

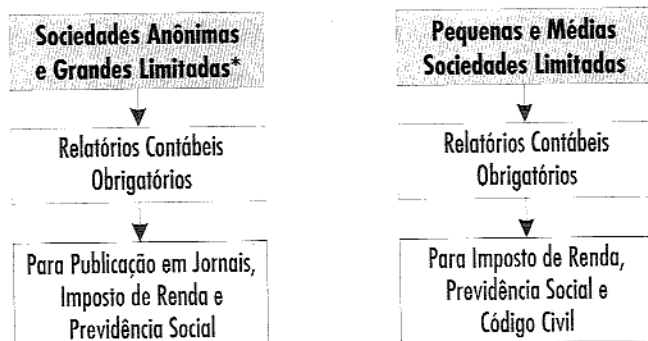
A Ltda., que se caracteriza por seu capital dividido em quotas (os proprietários, geralmente em pequeno número, são denominados sócios ou quotistas), não precisa publicar em jornal, deverá apresentar as demonstrações financeiras com o Imposto de Renda através do preenchimento da declaração do Imposto de Renda ou para atender o Código Civil.

As sociedades ou conjunto de sociedades, sob controle comum, que tiver no exercício social anterior ativo (a soma dos Bens e Direitos) total superior a 240 milhões de reais ou receita bruta (total de Vendas) anual superior a 300 milhões de reais, são consideradas sociedades de grande porte. Aplicam-se a essas sociedades, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações (as grandes Ltdas.), as disposições da lei, sobre escrituração e elaboração das demonstrações financeiras.

Outra alteração é que as companhias fechadas que tenham patrimônio líquido inferior a 2 milhões de reais, na data do balanço, não serão obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Além das demonstrações relacionadas, há as notas explicativas que são partes integrantes das demonstrações financeiras, que as complementam. São informações adicionais destacadas na parte inferior das demonstrações financeiras. São conhecidas, por isso, como notas de rodapé.

---

* A DVA é obrigatória apenas para as companhias abertas (que negociam ações na Bolsa de Valores).

PERÍODOS DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Lei das Sociedades por Ações (LSA) estabelece que, ao fim de cada período de 12 meses, a diretoria da empresa fará elaborar, com base na contabilidade, as demonstrações financeiras. Este período é denominado *exercício social* ou *período contábil*. Não há necessidade de que o exercício social coincida com o ano civil (01-01 a 31-12), todavia, para fins fiscais, o Imposto de Renda sugere o encerramento em 31-12.

A data do término do exercício social é definida pelos proprietários da empresa e não pode ser alterada, exceto em condições supervenientes. Isto é, se a empresa decidir que o exercício terminará no dia 31 de dezembro, não deve mudar esta data sem um motivo muito forte.

As *S.A. de capital aberto* (aquelas que negociam suas ações na bolsa de valores) e as instituições financeiras (bancos, financeiras etc.) devem publicar as demonstrações financeiras semestralmente para melhor informar o público interessado.

Para atender às necessidades internas (fins gerenciais) e facilitar a administração da empresa, a contabilidade deverá apresentar relatórios contábeis em períodos mais curtos (semanal, quinzenal, mensal...). Todavia, ressaltamos que em termos legais o período contábil (exercício social) será de 12 meses.

Hoje, as contabilidades podem ser realizadas com *softwares* modernos, *on line*, de modo que, no final do dia, podem-se extrair relatórios nos computadores.

* Não são obrigadas a publicar nos jornais como as S.A.

REQUISITOS PARA PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Alguns dados são fundamentais no momento da publicação. Entre eles destacam-se a denominação da empresa, o título de cada demonstração financeira (BP, DRE...) e a data do exercício social.

As demonstrações financeiras de cada exercício devem ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes ao exercício social anterior. Dessa forma, o usuário conhecerá os valores do exercício atual e do exercício anterior, para efeito de comparabilidade. As demonstrações serão, portanto, apresentadas em *duas colunas:* ano atual e ano anterior.

As demonstrações financeiras podem ser apresentadas com a eliminação dos *três últimos dígitos* (três casas decimais), principalmente em números grandes. Deve-se, nesse caso, colocar no cabeçalho das demonstrações financeiras a expressão: "em $ milhares". Tendo-se, por exemplo, um valor igual a $ 495.628.745, eliminam-se os três últimos dígitos (745), restando, portanto, $ 495.628. Observe-se que os centavos já foram abolidos pelo Imposto de Renda.

A eliminação de dígitos facilita bastante as publicações, principalmente pela necessidade de publicar as demonstrações em duas colunas.

Em época de inflação elevada, empresas como a Caixa Econômica Estadual (parcialmente), Gessy Lever etc., por possuírem números excessivamente grandes, publicaram suas demonstrações financeiras eliminando os seis últimos números (dígitos). Nesse caso, colocam no cabeçalho a expressão "em $ milhões".

Admita-se que a Cia. Vale do Lago teve como vendas os seguintes valores:

	Ano X2	Ano X1
Vendas	$ 426.941.386.418	$ 185.590.912.180

É muito mais objetivo evidenciar essas cifras elevadas eliminando, por exemplo, os seis últimos dígitos.

$ 426.941,~~386.418~~ $ 185.590,~~912.180~~

Teríamos, portanto:

Em $ milhões

	Ano X2	Ano X1
Vendas	$ 426.941	$ 185.590

Ao ler esses números deve-se ter presente a expressão do cabeçalho: 426 bilhões... e não 426 mil.

Quando a Contabilidade adota um procedimento, um critério, por exemplo publicar relatórios eliminando três dígitos, ela deverá manter este critério ao longo dos anos para obedecer ao Princípio da Consistência.

Todos os Relatórios Contábeis deverão começar com Comentários da Diretoria, também conhecidos como Relatório da Administração.

Relatórios Contábeis Obrigatórios

Relatório da diretoria ________________

Em $ milhares

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial Data ___/___/___	Demonstração do Resultado do Exercício Data ___/___/___
Em duas colunas	Em duas colunas
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS Data ___/___/___	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Data ___/___/___
Em duas colunas	Em duas colunas

Notas Explicativas: (notas de rodapé)

Após as notas explicativas haverá assinatura dos diretores e do profissional contábil. Se for uma S.A. de capital aberto ou uma empresa de grande porte, instituição financeira, empresa de seguros..., haverá o parecer do auditor externo.

A auditoria externa é constituída de pessoas que não possuem vínculos empregatícios com a empresa, portanto são independentes, dão opinião sobre a qualidade dos relatórios contábeis.

Palavras-chaves

Demonstrações financeiras: relatórios contábeis exigidos por lei e pela legislação do Imposto de Renda: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Eliminação de dígitos: cancelamento de três casas decimais (nesse caso, coloca-se "em $ milhares" no cabeçalho da demonstração) ou seis casas decimais ("em $ milhões") das cifras evidenciadas nas demonstrações financeiras. Obtém-se assim melhor visual das demonstrações publicadas em duas colunas.

Exercício social: período social, período de um ano; período a que se referem as demonstrações financeiras.

Notas explicativas: notas de rodapé; informações adicionais; informações que complementam as demonstrações financeiras.

Publicação em duas colunas: publicação das demonstrações financeiras com valores do ano atual e do ano anterior.

? Perguntas e Respostas

1. Houve mudanças nas exigências dos Relatórios Contábeis no novo Código Civil (NCC)?

O NCC que entrou em vigor em 11-1-03 diz no artigo 1.183 que serão lançados no Diário o Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultado Econômico.

Assim, o NCC mantém o Balanço Patrimonial. O *Balanço de Resultado Econômico*, também denominado no artigo 1.189 por Demonstração de Lucros ou Perdas (denominação usada antes da Lei das Sociedades por Ações em 1976) corresponde à *Demonstração do Resultado do Exercício*.

Como no passado a Demonstração dos Lucros e Perdas incluía a distribuição do lucro, pressupõe que a *Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados* estará embutida no Balanço de Resultado Econômico.

Esta determinação não é válida para as Sociedades por Ações, mas apenas para as pequenas e médias Sociedades Limitadas e outros tipos societários.

Nesta parte de Relatórios Contábeis os profissionais contábeis não seguem o NCC, mas a Lei das Sociedades Anônimas.

2. Por que Balanço do Resultado Econômico corresponde à Demonstração do Resultado do Exercício?

Grosso modo, poderíamos dizer que há duas maneiras de apurar resultado (lucro ou prejuízo): (a) Financeira, obtida através da Demonstração dos Fluxos de Caixa (demonstração importantíssima, mas esquecida no NCC); (b) Econômica, obtida através da Demonstração do Resultado do Exercício (considerando que há operações na Apuração de Resultado que não afetam o caixa no momento que ocorrem).

Todavia, para a classe contábil, o NCC foi infeliz em mudar a DRE com o título de Balanço do Resultado Econômico.

3. Quais são os relatórios contábeis exigidos pela Lei das Sociedades por Ações?

- Relatórios Contábeis ou Demonstrações Contábeis (ou financeiras)
  - Obrigatórios
    - Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/07)
      - Balanço Patrimonial
      - Demonstração do Resultado do Exercício
      - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados*
      - Demonstração dos Fluxos de Caixa
      - Demonstração do Valor Adicionado (Cias. Abertas)
    - Ltdas. e Outras (Lei nº 10.406/02) – NCC
      - Balanço Patrimonial
      - Balanço do Resultado Econômico (DRE + DLPAc)
  - Não obrigatórios
    - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
    - Balanço Social
    - Orçamentos (Previsões = futuro)

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 3.1 Recortar de qualquer jornal *demonstrações financeiras de uma sociedade anônima* que contenham as quatro demonstrações citadas e notas explicativas.

Indicar com um círculo ou sublinhar os títulos das demonstrações financeiras, as datas (observar se foram publicadas em duas colunas) e, se há no cabeçalho, a expressão “em $ milhares” ou “em $ milhões”.

---

* Pela Lei nº 11.638/07, é extinta a conta Lucros Acumulados. Dessa forma, pressupõe que prevalecerá a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, porém deverá ter saldo zero. Esta demonstração poderá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

TAREFA 3.2 Muitos jornais publicam as cotações (preço) das ações das empresas que negociam ações nas bolsas de valores – sociedades anônimas de capital aberto.

Recortar desses jornais (ou revistas) qualquer *cotação de ações* e sublinhar o *preço das ações do Banco do Brasil S.A.*

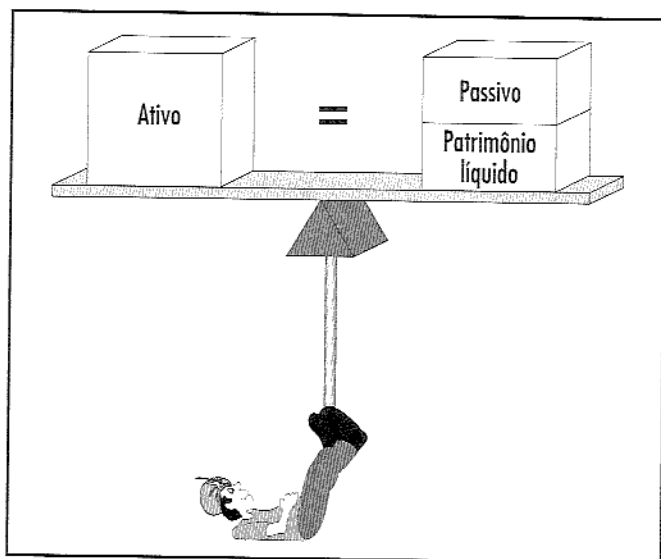
Observação: utilizar somente originais e não xerox.

TAREFA 3.3 Consultar um Regulamento do Imposto de Renda e identificar o número do artigo que dispõe sobre as demonstrações financeiras que as empresas devem apresentar. Nesse caso, pode-se xerocar uma página do Regulamento do Imposto de Renda cujo artigo enuncie as demonstrações financeiras obrigatórias.

Essa tarefa poderá ser substituída pelo novo Código Civil (NCC). Pegar o NCC e xerocar as páginas (artigos) que falam sobre as Demonstrações Contábeis.

4

Balanço Patrimonial – Uma Introdução

Identificação
Ativo
Passivo
Patrimônio líquido
O termo "capital" em Contabilidade
Origens × aplicações
Principal origem de recursos
Explicação da expressão "balanço patrimonial"

"Só um gênio consegue este milagre."

Os MBAs não são treinados para lançar transações em um computador; ou melhor, são ensinados a interpretar a informação que os contadores geram. As Demonstrações Financeiras são o resumo de todas as transações individuais registradas em um período. Elas são o produto final de uma função contábil. As Demonstrações Financeiras dão aos usuários interessados a oportunidade de verem o que aconteceu, em um resumo perfeito. Para conhecer uma empresa, você tem de saber ler e compreender principalmente as três principais Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa (livro *MBA em 10 lições*, Cap. 3).

IDENTIFICAÇÃO

O Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a *saúde* financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada.

O Balanço Patrimonial é dividido em duas colunas: a do lado esquerdo é denominada Ativo, a do lado direito, *Passivo*. O ideal seria denominar a segunda coluna *Passivo e Patrimônio Líquido*. Entretanto, a Lei das Sociedades por Ações apresenta apenas o termo passivo.

Denominar a coluna da esquerda Ativo e a da direita Passivo é mera convenção. Como ressaltamos no Capítulo 2, há países em que ocorre justamente o contrário: coloca-se o passivo no lado esquerdo e o ativo no lado direito.

Representação Gráfica do Patrimônio

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	**Passivo e Patrimônio Líquido**
Lado esquerdo	Lado direito

O termo *Ativo* pressupõe algo positivo, dinâmico, que produz, que gera riqueza.

O termo *Passivo*, ao contrário, dá uma ideia de negativo, dívidas, obrigações.

ATIVO

É o conjunto de bens e direitos controlado pela empresa. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa.

Estoque significa bens de propriedade da empresa; pertence, consequentemente, ao ativo. Empregado, por sua vez, é um bem na empresa, porém não pode ser classificado no ativo porque não é sua propriedade. Os escravos, antes da Abolição, eram contabilizados como ativo em razão de pertencerem à fazenda. O gado de uma atividade agropecuária, como parte do patrimônio da fazenda que é, deve ser relacionado no ativo.

Uma máquina é um bem de propriedade da empresa e, portanto, faz parte do ativo. Se a máquina, todavia, for alugada ou arrendada (*leasing*),* deverá também ser relacionada no ativo, pois a empresa tem benefícios, riscos e controle (*leasing* é um financiamento disfarçado). É diferente quando a empresa está estabelecida num prédio alugado: esse imóvel não deve ser considerado ativo, pois não é propriedade da empresa (neste caso a empresa não tem riscos, não tem controle, não é uma forma de financiamento como o *leasing*).

As duplicatas a receber, títulos a receber... são direitos de propriedade da empresa; por isso, pertencem ao ativo.

De maneira geral o Ativo é registrado pelo preço de aquisição ou fabricação, ou seja, pelo CUSTO HISTÓRICO ou VALOR ORIGINAL.

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	**Passivo e PL**
Bens • Máquinas • Veículos • Estoque • Dinheiro Direitos • Títulos a receber • Depósitos bancários	?

* De acordo com a Lei nº 11.638/07 devem ser classificados no Ativo Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens (*leasing*).

No caso do *leasing financeiro*, a essência e a realidade econômica são que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil.

PASSIVO

Significa as *obrigações exigíveis* da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data de seu vencimento. É denominado também passivo exigível, procurando-se neste caso dar mais ênfase ao aspecto exigibilidade.

O passivo exigível é conhecido no mercado financeiro como dívidas com terceiros, ou recursos (dinheiro) de terceiros, ou *capital de terceiros*. A palavra *terceiro* abrange o conjunto de pessoas físicas e jurídicas com quem a empresa tem dívidas: fornecedores (de mercadorias), funcionários (salários), governo (impostos), bancos (empréstimos bancários), encargos sociais (FGTS, Previdência Social), encargos financeiros (financiamentos) etc.

O passivo exigível evidencia o endividamento da empresa; seu crescimento de forma desmedida pode levar a empresa à concordata ou até à falência.

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo	**Passivo e PL**
Bens	Passivo exigível
• Máquinas	• Fornecedores
• Veículos	• Salários a Pagar
• Estoque	• Empréstimos Bancários
• Dinheiro	• Impostos a Pagar
Direitos	Patrimônio Líquido
• Títulos a receber	?
• Depósitos bancários	

"A principal causa da dificuldade financeira está simplesmente no desconhecimento da diferença entre Ativo e Passivo." *Pai rico, pai pobre*, p. 64.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o total das *aplicações dos proprietários* na empresa.

Toda empresa necessita de uma quantia inicial de recursos (normalmente dinheiro) para efetuar suas primeiras aquisições, seus primeiros pagamentos etc. Os proprietários, então, concedem suas poupanças com o objetivo de proporcionar

à empresa os meios necessários ao início do negócio. Essa quantia inicial concedida pelos proprietários denomina-se, contabilmente, *capital social*, que poderá ser aumentado a qualquer momento.

Em termos didáticos, a empresa, pessoa jurídica, fica devendo (obrigação) para seus proprietários, que, por lei, não podem exigir (para não extinguir a empresa) seu dinheiro de volta, enquanto a empresa estiver em funcionamento (*continuidade*). Por isso, o patrimônio líquido é conhecido como obrigação *não exigível* (que não se pode reclamar, cobrar, exigir de volta). Se os proprietários quiserem retirar-se da sociedade, devem vender sua participação no capital para outras pessoas, sem envolverem a empresa.

Pelo fato de os proprietários não terem direito de reclamar seu dinheiro aplicado na empresa, enquanto esta estiver em processo de continuidade, no mundo financeiro, o patrimônio líquido é denominado *recurso próprio* ou *capital próprio*, ou seja, recursos que pertencem à própria empresa até sua extinção. No encerramento da empresa os recursos seriam devolvidos aos proprietários.

Matematicamente, o patrimônio líquido é obtido através da *equação contábil*: Ativo – Passivo Exigível.

PL = Ativo (bens + direitos) – Passivo Exigível (obrigações exigíveis)

O TERMO "CAPITAL" EM CONTABILIDADE

De maneira geral o termo *capital* significa recursos. Capital próprio, portanto, denota recursos (financeiros ou materiais) dos proprietários (sócios ou acionistas) aplicados na empresa. Capital de terceiros, por seu lado, significa recursos de outras pessoas (físicas ou jurídicas) aplicados na empresa.

A importância que os proprietários investem inicialmente na empresa, contabilmente, é denominada *capital* ou *capital nominal*. O valor inicial do capital nominal será modificado, normalmente aumentado com o passar do tempo.

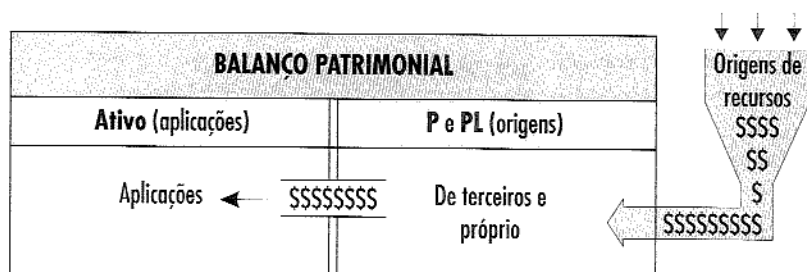
Em caso de os sócios (ou acionistas) se comprometerem a investir na empresa certa quantia, esse capital será denominado *capital subscrito* (assinado, comprometido). Este compromisso surge no papel, no contrato social assinado pelos sócios.

Ao cumprirem o contrato firmado, fornecendo dinheiro ou outros bens à empresa, os proprietários *integralizam capital* (realização do capital). Capital a integralizar é, portanto, a parte do capital comprometido (subscrito) ainda não realizada.

ORIGENS × APLICAÇÕES

Todos os recursos que entram numa empresa passam pelo *passivo* e *patrimônio líquido*. Os recursos (financeiros ou materiais) são originados dos proprietários (PL), fornecedores, governo, bancos, financeiras etc. que representam origens de recursos. Através do passivo e do patrimônio líquido, portanto, identificam-se as origens de recursos.

O ativo, por sua vez, evidencia todas as *aplicações* de recursos: aplicação no caixa, em estoque, em máquinas, em imóveis etc.

A empresa, na verdade, só pode aplicar (ativo) aquilo que tem origem (passivo e PL). Evidentemente, havendo origem de $ 2,96 milhões, a aplicação deve ser de $ 2,96 milhões. Dessa forma, fica bastante simples entender por que o Ativo será *sempre igual* ao Passivo + PL.

Se o total do Passivo + Patrimônio Liquido for $ 294.321, qual o total do ativo? O total é $ 294.321. Por quê? Porque, havendo origem de $ 294.321, só pode aplicar a quantia de $ 294.321, nem um centavo a mais, nem um centavo a menos.

PRINCIPAL ORIGEM DE RECURSOS

Sem dúvida nenhuma, a principal origem de recurso para as empresas é o *lucro* obtido no negócio.

É importante ficar bem claro que o lucro obtido pela empresas *não pertence* a ela, mas a seus proprietários (sócios ou acionistas), pois são eles que correm o risco do negócio. Se a empresa tiver prejuízo, quem perde são os proprietários e não a empresa, que é um ente abstrato. Por isso, o investimento feito pelos proprietários também é chamado de Capital de Risco.

O lucro é a remuneração ao capital investido na empresa pelos proprietários. Quando se aplica em caderneta de poupança, os juros também pertencem ao investidor, e não à sociedade de poupança. Na empresa ocorre o mesmo: todo lucro é adicionado à conta do proprietário, ou seja, ao patrimônio líquido. Ressalte-se que apenas o lucro retido (não distribuído em dinheiro aos proprietários) se acumula no patrimônio líquido, aumentando, portanto, o investimento dos proprietários. Neste caso, há o reinvestimento para a expansão do próprio negócio.

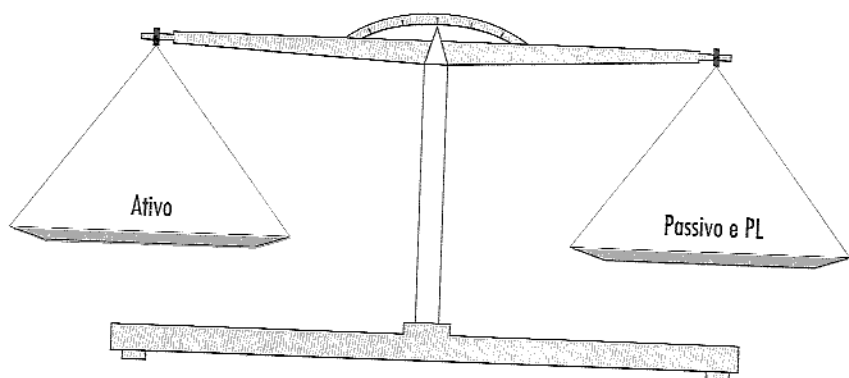
FATOS	CADERNETA DE POUPANÇA	EMPRESA
O investidor aplica	$ 10.000	$ 15.000
Rendimentos após um período (+)	Juros $ 5.000	Lucros da empresa $ 7.000
Valor acumulado do investimento (pertencente ao investidor) (=)	$ 15.000	PL $ 22.000

O lucro distribuído aos proprietários (remuneração ao capital próprio), é chamado de dividendos.

EXPLICAÇÃO DA EXPRESSÃO "BALANÇO PATRIMONIAL"

A palavra *balanço* decorre do equilíbrio: Ativo – Passivo + PL, ou da igualdade: Aplicações = Origens. Parte-se da ideia de uma balança de dois pratos, onde sempre encontramos a igualdade. Mas em vez de se denominar balança (como balança comercial...) denomina-se balanço.

O termo *patrimonial* tem origem no patrimônio da empresa, ou seja, conjunto de bens, direitos e obrigações. Daí o chamar-se patrimonial.

Juntando-se ambas as palavras, obtém-se balanço patrimonial, equilíbrio do patrimônio, igualdade patrimonial. Em sentido amplo, o balanço evidencia a situação patrimonial da empresa em determinada data.

Palavras-chaves

Ativo: conjunto de bens e direitos controlados pela empresa; é a parte positiva do patrimônio.

Capital: poupança aplicada nas empresas; recursos (materiais ou financeiros) investidos pelos proprietários em suas empresas.

Capital próprio: recursos dos proprietários aplicados na empresa que não podem ser resgatados; por isso, são considerados como se fossem da própria empresa; conhecidos também como patrimônio líquido; não exigível.

Capital de terceiros: dívidas exigíveis; dívidas com diversas pessoas ou entidades: governo, fornecedores, funcionários, bancos, financeiras etc.

Continuidade: princípio, regra contábil que significa o funcionamento de uma empresa ou de algo em andamento.

Equação contábil: Ativo – Passivo Exigível = Patrimônio Líquido

Falência: quebra da empresa provocada por falta de recursos para pagar suas dívidas; liquidação da empresa. Atualmente, há uma lei para essa finalidade chamada "Lei de Recuperação de Empresas (ou Judicial)".

***Leasing*:** arrendamento mercantil; aluguel de bens móveis; a sociedade de *leasing* concede um bem à empresa, e essa lhe paga um aluguel mensal. Pela Lei nº 11.638/07, deverá ser contabilizado como Ativo. A dívida do *leasing* será contabilizada como Passivo.

Obrigações exigíveis: obrigações reclamáveis; no momento em que a dívida vence, sua liquidação é exigida; patrimônio exigível.

Recuperação judicial: tem o intuito de sanear a crise econômico-financeira a fim de manter a produção e o emprego, realizando assim a função social da empresa.

Risco do negócio: perigo de perder o dinheiro aplicado.

? Perguntas e Respostas

1. De onde vem o termo Balanço?

O termo *balanço* vem do latim, da expressão *bi-lancis*, que lembra Balança de dois Pratos. Antes das balanças atuais, eletrônicas, digitais etc., os comerciantes usavam a Balança de dois Pratos, colocando num prato a mercadoria a ser pesada e no outro prato "pesos" representando quilos e gramas. Estes pesos simbolizavam 50, 100, 200... gramas e 1, 2, 3... quilos. Ao se obter o equilíbrio nos dois pratos somavam-se os pesos simbólicos e se conhecia quanto pesava a mercadoria. Etimologicamente, então, balanço significa "equilíbrio", os mesmos valores nos dois lados.

2. Qual é a diferença de Balanço Patrimonial e Balanço Social?

O Balanço Social evidencia as ações sociais das empresas: relações de trabalho dentro da empresa (empregados: quantidade, sexo, escolaridade, encargos sociais, gastos com alimentação, educação e saúde do trabalhador, previdência privada); tributos pagos; investimentos para a comunidade (em cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social...); investimentos no meio ambiente etc.

No Brasil, o Balanço Social não é obrigatório. Porém, diversas empresas publicam no Relatório da Diretoria (ou Administração), na parte superior (introdução), as Demonstrações Contábeis.

No Brasil, para as empresas de capital aberto, é obrigatória a publicação do Balanço Social, incluindo a Demonstração do Valor Agregado (DVA).

3. O que é a Demonstração do Valor Agregado?

Também conhecida como Demonstração do Valor Adicionado, esta demonstração evidencia quanto a empresa gerou de riqueza e para quem está sendo distribuída, canalizada essa riqueza.

É como se medisse o tamanho de um "bolo" que a empresa gerou e para quem vai cada fatia do bolo (empregados, diretores, acionistas, bancos, governo, reaplicação na própria empresa etc.).

A Lei nº 11.638/07, nova Lei das Sociedades Anônimas, como já dissemos, tornou obrigatória a apresentação dessa demonstração para as companhias abertas.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 4.1 Recortar um Balanço Patrimonial de um banco e indicar com um círculo (ou sublinhar) os grupos Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido desse balanço.

TAREFA 4.2 *Falência* significa quebra, extinção de uma empresa que não conseguiu honrar seus compromissos. As falências, quando decretadas, são publicadas em alguns jornais. Atualmente, a Lei da Falência foi substituída pela Lei de Recuperação de Empresas. Anexar esta lei a sua pasta.

TAREFA 4.3 Das duas origens de recursos para uma empresa, capital de terceiros e capital próprio, atualmente prevalece a primeira, ou seja, as empresas brasileiras trabalham mais com capital de terceiros que com capital próprio.

Entre as diversas fontes de capital de terceiros, observa-se que os recursos financeiros obtidos junto a instituições financeiras, sobretudo bancos comerciais, ocorrem com mais frequência.

Os bancos comerciais possuem diversas linhas de crédito para conceder recursos às empresas.

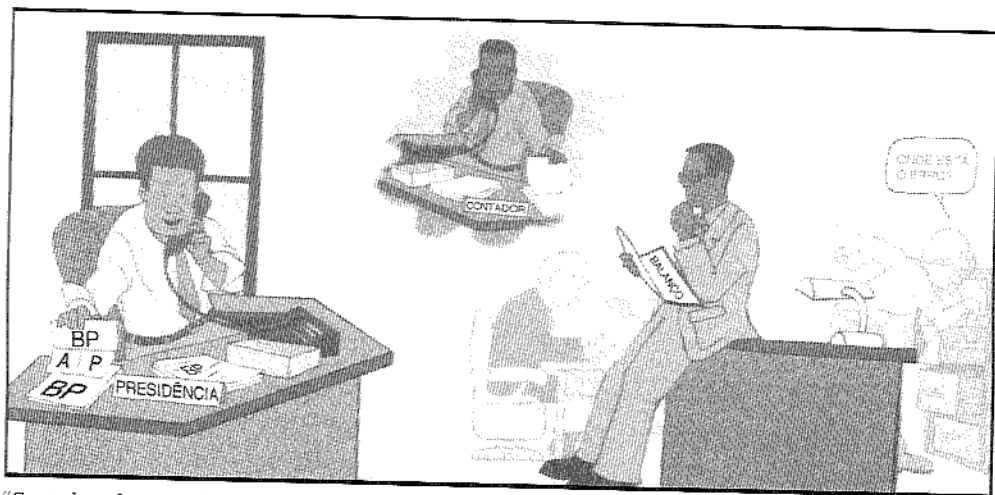
Retirar em algum banco um folheto que evidencie diversas linhas de empréstimos. Em seguida, sublinhar as três linhas que você considera mais interessantes para as empresas.

5

Balanço Patrimonial – Grupo de Contas

Introdução
Conceito de curto e longo prazos na Contabilidade
Ativo
- Ativo Circulante
- Ativo Não Circulante

Passivo
- Passivo Circulante
- Passivo Não Circulante
- Patrimônio Líquido

Principais deduções do ativo e do patrimônio líquido
Balanço patrimonial – um resumo

"Contador, alguma coisa está errada. Já é o segundo ano em seguida que o Ativo dá o mesmo valor do Passivo. Você está querendo gozar da minha cara?"

O ideal seria que o Balanço Patrimonial e outras Demonstrações Financeiras fossem examinados por uma auditoria externa, isto é, independente, sem nenhum vínculo permanente com a empresa. O auditor externo não pode, sequer, ter um parente que tenha vínculo empregatício com a empresa.

O auditor emite sua opinião informando se as Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, a situação patrimonial e financeira na data do exame (livro *Contabilidade empresarial*, Cap. 20).

INTRODUÇÃO

Colocando-se todas as contas de forma desordenada, ainda que respeitando as noções de passivo e ativo, somando-se caixa com máquinas, duplicatas a receber com veículos e assim por diante, haveria muita dificuldade para *interpretar e analisar* o balanço.

Essa é a razão por que se devem agrupar contas de mesmas características, de mesma natureza: facilitar a leitura do balanço.

É coerente somar o dinheiro em caixa com o dinheiro depositado em bancos, pois ambos caracterizam dinheiro *disponível* para a empresa; agrupar máquinas, veículos e equipamentos também tem significado, pois são bens de vida útil longa, não destinados à venda; da mesma forma, é compatível agrupar, no passivo, salários a pagar, fornecedores e impostos a pagar, pois são contas que serão liquidadas (pagas) a curto prazo. Assim é que se procede para agrupar contas de natureza semelhante.

A legislação brasileira estabelece dois grupos de contas para o ativo e praticamente três grupos de contas para o passivo e patrimônio líquido:

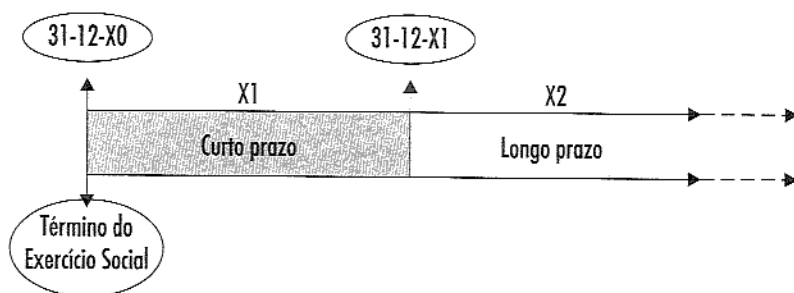
ATIVO	PASSIVO E PL
Circulante Não Circulante	Circulante Não Circulante Patrimônio Líquido

CONCEITO DE CURTO E LONGO PRAZOS NA CONTABILIDADE

Normalmente, curto prazo em Contabilidade significa um período de *até um ano*. Ao apresentar um balanço, por exemplo, em 31 de dezembro, todas as

contas a receber e a pagar no próximo exercício (nos próximos 365 dias) devem ser classificadas a curto prazo.

Longo prazo, por sua vez, identifica um período *superior a um ano*. Assim, ao contrair um financiamento de um banco de desenvolvimento, com resgate de dívida após cinco anos, essa dívida é considerada de longo prazo.

Admita-se que a Cia. Solidariedade tenha seu exercício social encerrado em 31-12-20X0. Nesse momento, todas as contas a receber ou a pagar em 20X1 são classificadas como curto prazo. Todas as contas a receber ou a pagar em 20X2, 20X3... são classificadas como longo prazo.

Outro conceito de curto prazo, em caráter de exceção, está relacionado com o ciclo operacional do negócio. Imagine uma empresa que fabrica navios; dependendo do porte da construção, a empresa levará mais de um ano para concluir a obra. Neste caso, quando o ciclo operacional ultrapassa um ano, o conceito de curto prazo passa a valer pelo ciclo operacional. Na área pecuária, é muito comum isso acontecer; normalmente, desde o nascimento do bezerro até a venda dele na condição de boi gordo, ultrapassa muito mais de um ano.

Assim, ciclo operacional é o tempo que demora para se produzir, vender e receber o produto. No caso da pecuária, esse prazo (ciclo operacional) pode ser, por exemplo, de três anos. Nesse caso, o curto prazo seria de três anos. Portanto, sempre que o ciclo operacional ultrapassar um ano, o curto prazo será o tempo do ciclo operacional.

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Neste grupo são classificados: dinheiro disponível (caixa e bancos) em poder da empresa e também todos os valores que serão transformados (convertidos, realizados) em dinheiro a curto prazo: normalmente "duplicatas a receber" e "estoques".

Dinheiro e itens que se transformarão rapidamente em dinheiro devem, portanto, ser classificados no Ativo Circulante. O ativo circulante é o grupo que gera dinheiro para a empresa pagar suas contas a curto prazo. Esse grupo é conhecido como *capital de giro*, pois seus itens estão sempre se renovando.

COMPANHIA MAGNUN
BALANÇO PATRIMONIAL

Em $ mil

ATIVO			PASSIVO		
	31-12-X7	31-12-X6		31-12-X7	31-12-X6
Circulante			**Circulante**		
Disponível	800	500	___	–	–
Duplicatas a receber	6.200	4.500	___	–	–
Estoque	10.000	8.000	___	–	–
Total do Circulante	17.000	13.000	**Não Circulante**		
Não Circulante			___	–	–
• Realizável a L. Prazo			___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–			
• Investimentos	–	–	**Patrimônio Líquido**	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
• Imobilizado	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
• Intangível	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
___	–	–	___	–	–
Total	–	–	Total	–	–

ATIVO NÃO CIRCULANTE – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreende itens que serão realizados (transformados) em dinheiro a longo prazo, ou seja, em período superior a um ano, ou de acordo com o ciclo operacional da atividade predominante. Os empréstimos que a empresa faz a diretores e a outras empresas coligadas *não são* recebíveis imediatamente; por isso, são classificados no Realizável a Longo Prazo.

Uma empresa que vender, por exemplo, um imóvel para receber em cinco anos classificará essa conta a receber no Realizável a Longo Prazo.

COMPANHIA MAGNUN
BALANÇO PATRIMONIAL

Em $ mil

ATIVO			PASSIVO		
	31-12-X7	31-12-X6		31-12-X7	31-12-X6
Circulante			**Circulante**		
Disponível	800	500	________	–	–
Duplicatas a receber	6.200	4.500	________	–	–
Estoque	10.000	8.000	________	–	–
Total do Circulante	17.000	13.000	**Não Circulante**		
Não Circulante			________	–	–
Realizável a L. Prazo			________	–	–
Emprést. à Coligadas	5.000	2.000	________	–	–
Títulos a Receber	6.000	3.000	________	–	–
Investimentos	–	–	**Patrimônio Líquido**		
________	–	–	________	–	–
________	–	–	________	–	–
Imobilizado	–	–	________	–	–
________	–	–	________	–	–
________	–	–	________	–	–
Intangível	–	–	________	–	–
________	–	–	________	–	–
________	–	–	________	–	–
Total	–	–	Total	–	–

Após o Realizável a Longo Prazo, temos Investimentos, Imobilizado e Intangível. Compreende itens que dificilmente se transformarão em dinheiro, pois não se destinam a venda, mas são utilizados como meios de produção ou meios para se obter renda para a empresa. É conhecido também como *Ativo Fixo*, pois seus valores não mudam constantemente, uma vez que a empresa não compra ou vende esses bens com frequência. São bens com vida útil longa. Antigamente era conhecido como *Ativo Permanente*:

Investimentos: são aplicações que nada têm a ver com a atividade da empresa. Por exemplo, a compra de ações de outras empresas, obras de arte, terrenos para futura expansão, prédio para renda (aluguel): não melhoram em nada o volume de vendas ou de produção.

Imobilizado: são bens corpóreos (palpáveis) destinados à manutenção da atividade principal da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle desses bens. Os bens que auxiliam a empresa na consecução de sua atividade pertencem ao imobilizado: máquinas, equipamentos, prédios (em uso), ferramentas, móveis e utensílios, instalações, veículos etc.

Intangível: são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, isto é, não palpáveis, que não se podem tocar, pegar, destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade. Exemplos: fundo de comércio, marcas e patentes, *software* etc.

Observação: A MP 449/08 e posteriormente a Lei nº 11.941/09 extinguiu o subgrupo Diferido. Este subgrupo eram as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação, normalmente com serviços de terceiros, que contribuirião, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurarem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência. Agora, itens do antigo Diferido deverão ser baixados como despesas ou destinados em outro grupo do Ativo.

COMPANHIA MAGNUN
BALANÇO PATRIMONIAL

Em $ mil

ATIVO	31-12-X7	31-12-X6
Circulante		
Disponível	800	500
Duplicatas a Receber	6.200	4.500
Estoque	10.000	8.000
Total do Circulante	17.000	13.000
Não Circulante		
Realizável a L. Prazo		
Emprést. a Coligadas	5.000	2.000
Títulos a Receber	6.000	3.000
	11.000	5.000
Investimentos		
Ações em Outras Cias.	4.000	2.000
Terrenos p/ Expansão	6.000	4.000
	10.000	6.000
Imobilizado		
Prédios	8.000	4.000
Veículos	2.000	1.000
Móveis e Utensílios	4.000	2.000
Máquinas e Equipam.	4.000	2.000
	18.000	9.000
Intangível		
Marcas e Patentes	7.000	4.000
Total do Não Circulante	46.000	24.000
Total	63.000	37.000

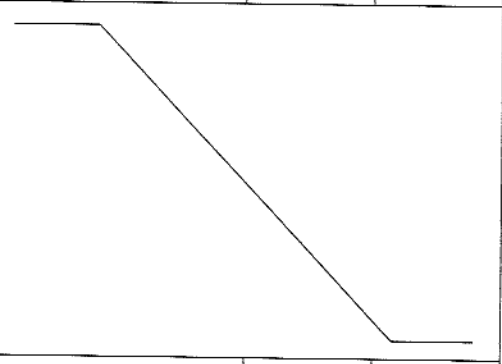
PASSIVO E PL	31-12-X7	31-12-X6
Circulante		
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
Não Circulante		
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
Patrim. Líq.		
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
___________	–	–
	–	–
Total	–	–

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Evidencia todas as dívidas com terceiros que serão pagas a curto prazo: dívidas com *fornecedores* de mercadorias, salários a pagar, impostos a pagar, empréstimos bancários a pagar, encargos a pagar etc.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo é composto principalmente do Exigível a Longo Prazo que compreende as obrigações com terceiros que serão liquidadas a longo prazo. As dívidas a longo prazo normalmente se referem aos *financiamentos* obtidos junto às financeiras e bancos de desenvolvimento e de investimento.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstra o total de recursos aplicados pelos *proprietários* na empresa. As aplicações dos proprietários normalmente são compostas de capital e lucros retidos, ou seja, a parte do lucro não distribuída aos donos mas reinvestida na empresa.

Conforme a legislação brasileira, o Patrimônio Líquido é dividido, além do Capital Social, em Reservas (destinos específicos para o lucro não distribuído) e outros itens. Entretanto, para simplificação contábil, o ideal é ver o Patrimônio Líquido como investimentos dos donos da empresa. Em outras palavras: quanto os proprietários aplicaram na empresa?

COMPANHIA MAGNUN

BALANÇO PATRIMONIAL

Em $ mil

ATIVO	**31-12-X7**	**31-12-X6**
Circulante		
Disponível	800	500
Duplicatas a Rec.	6.200	4.500
Estoque	10.000	8.000
Total do Circulante	17.000	13.000
Não Circulante		
Realizável a L. P.		
Empréstim. a Coligadas	5.000	2.000
Títulos a Receber	6.000	3.000
	11.000	5.000
Investimentos		
Ações Outras Cias.	4.000	2.000
Terrenos p. Exp.	6.000	4.000
	10.000	6.000
Imobilizado		
Prédios	8.000	4.000
Veículos	2.000	1.000
Móveis e Utens.	4.000	2.000
Máquinas e Eq.	4.000	2.000
	18.000	9.000
Intangível		
Marcas e Patentes	7.000	4.000
Total Não Circulante	46.000	24.000
Total	63.000	37.000

PASSIVO E PL	**31-12-X7**	**31-12-X6**
Circulante		
Fornecedores	5.000	2.000
Salários a Pagar	6.000	4.000
Impostos a Pagar	2.000	5.000
Encargos a Pagar	1.000	1.000
Empréstimos Banc.	2.800	1.000
Contas a Pagar	200	1.000
Total do Circulante	17.000	14.000
Não Circulante		
Exigível a L. P.		
Financiamentos	20.000	10.000
Patrimônio Líquido		
Capital	20.000	10.000
Reservas de Lucros	6.000	3.000
Total do P. L.	26.000	13.000
Total	63.000	37.000

De acordo com a nossa legislação, o Balanço Patrimonial da Companhia Magnun deveria ser:

COMPANHIA MAGNUN
BALANÇO PATRIMONIAL

Em $ mil

ATIVO			PASSIVO		
	31-12-X7	31-12-X6		31-12-X7	31-12-X6
Circulante			**Circulante**		
Disponível	800	500	Fornecedores	5.000	2.000
Duplicatas a Rec.	6.200	4.500	Salários a Pagar	6.000	4.000
Estoque	10.000	8.000	Impostos a Pagar	2.000	5.000
Total do Circulante	17.000	13.000	Encargos a Pagar	1.000	1.000
Não Circulante			Emprést. Banc. a Pagar	2.800	1.000
Realizável a L. Prazo	11.000	5.000	Contas a Pagar	200	1.000
Investimentos	10.000	6.000	Total do Circulante	17.000	14.000
Imobilizado	18.000	9.000	**Não Circulante**		
Intangível	7.000	4.000	Exigível a Longo Prazo	20.000	10.000
			Patrimônio Líquido		
			Capital	20.000	10.000
			Reservas de Lucros	6.000	3.000
Total Não Circulante	46.000	24.000	Total do P. L.	26.000	13.000
Total	63.000	37.000	Total	63.000	37.000

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS (foi extinto)

Esse é um grupo que constava do Balanço Patrimonial antes da MP 449/08 (Lei nº 11.941/09) e aparecia entre o Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido. Seu objetivo era abrigar as receitas recebidas antecipadamente, que contribuiriam para o Resultado de Exercícios Futuros. Eram subtraídos os custos e as despesas já incorridos ou vinculados, correspondentes a tais receitas.

A legislação das Sociedades por Ações anterior à MP 449/08 dispunha que seriam classificadas como Resultados de Exercícios Futuros as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Os recebimentos antecipados (adiantamentos), para os quais haja obrigação de devolução por parte da empresa (por quaisquer motivos), deverão ser classificados no Passivo Exigível, uma vez que há risco de devolução.

Com a extinção deste grupo, confirmado pela Lei nº 11.941/09, mantivemos este grupo no livro apenas por um período de transição.

PRINCIPAIS DEDUÇÕES DO ATIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEDUÇÕES DO ATIVO CIRCULANTE

No item Duplicatas a Receber (ou Contas a Receber) encontram-se duas deduções:

- A parcela estimada pela empresa que não será recebida, em decorrência dos maus pagadores, deverá ser subtraída de Duplicatas a Receber, com o título *Provisão para Devedores Duvidosos*. O cálculo é feito mediante a aplicação de um percentual obtido pela média considerada como incobrável em períodos anteriores.
- Parte das duplicatas a receber negociadas com as instituições financeiras (bancos...), com o objetivo da realização financeira antecipada daqueles títulos, deverá ser subtraída de Duplicatas a Receber, com o título *Duplicatas Descontadas*.

Quando a empresa tem duplicatas a receber, mas não possui caixa suficiente para pagar seus compromissos, poderá negociar suas duplicatas trocando-as por dinheiro. Ao aceitar as duplicatas e fornecer dinheiro para a empresa, o banco *desconta* (subtrai), no momento da negociação, os juros. Daí a denominação Desconto de Duplicatas.

DEDUÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

No Imobilizado, como dedução do valor bruto, encontra-se a *Depreciação Acumulada*, ou seja, a perda da capacidade (pelo desgaste ou pela deterioração tecnológica) daquele imobilizado de produzir eficientemente. Obtém-se assim o valor líquido (valor bruto – depreciação acumulada), que deverá aproximar-se do valor dos ativos imobilizados em termos de potencial de benefícios futuros para a empresa.

O Imposto de Renda fixa taxas de depreciação anual. Por exemplo, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios depreciam-se à base de 10% ao ano; veículos e ferramentas, 20% ao ano; prédios, 4% ao ano. Dessa forma, a depreciação do Imobilizado da Cia. Magnun em 20X7 seria:

Os elementos do subgrupo intangível estão sujeitos a amortização, isto é, seus valores brutos serão distribuídos periodicamente até seu inteiro desaparecimento.

	VALOR DOS BENS		TAXA DEPREC.	DEPRECIAÇÃO
Prédios	$ 10.000	×	4,0%	= 400
Veículos	$ 2.000	×	20,0%	= 400
Móveis Utens.	$ 4.000	×	10,0%	= 400
Máq. Equip.	$ 4.000	×	10,0%	= 400
Total	$ 20.000			1.600

 DEDUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido pode ser reduzido quando há prejuízo do Exercício. Assim como a conta lucros é acrescida ao PL, a conta prejuízo reduz o PL.

COMPANHIA MAGNUN
(Incluindo as deduções)

ATIVO			PASSIVO E PL		
	31-12-X7	31-12-X6		31-12-X7	31-12-X6
Circulante			**Circulante**		
Disponível	___	___	___	___	___
Duplicatas a Receber	___	___	___	___	___
(–) Prov. Dev. Duvid.	(–)	(–)	___	___	___
(–) Dupl. Descontadas	(–)	(–)	___	___	___
Estoque	___	___	___	___	___
Não Circulante	___	___	**Não Circulante**	___	___
Realizável a L. Prazo	___	___	**P. Líquido**		
Investimentos	___	___	Capital	___	___
Imobilizado	___	___	Reservas de Lucros	___	___
– Prédios	___	___	(–) Prejuízo Exercício	(–)	(–)
– Veículos	___	___	___	___	___
– Móveis Utens.	___	___	___	___	___
– Máq. Equip.	___	___	___	___	___
(–) Deprec. Ac.	(–)	(–)	___	___	___
Intangível	___	___	___	___	___
(–) Amortização	(–)	(–)	___	___	___

BALANÇO PATRIMONIAL – UM RESUMO

O Balanço Patrimonial divide-se em grupos de contas, de características semelhantes, facilitando, dessa forma, a sua leitura, interpretação e análise.

ATIVO	PASSIVO
Circulante Compreende contas que estão constantemente em giro – em movimento –, sua conversão em dinheiro ocorrerá no máximo até o próximo exercício social. **Não Circulante** Compreende todas as contas do Ativo que não tenham seus recebimentos marcados até o próximo exercício social ou que não estão a venda. ● **Realizável a Longo Prazo** Incluem-se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o exercício seguinte. ● **Investimento** São as aplicações de caráter permanente que geram rendimentos não necessários à manutenção da atividade principal da empresa. ● **Imobilizado** Abarca itens (bens corpóreos) de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa e as decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle desses bens. ● **Intangível** São direitos que tenham por objetos bens incorpóreos, isto é, que não podem locar, destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade.	**Circulante** Compreende obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social: nos próximos 365 dias após o levantamento do balanço. **Não Circulante** Compreende todas as contas do Passivo que não tenham seus pagamentos marcados até o próximo exercício social. ● **Exigível a Longo Prazo** Relacionam-se nessa conta obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano – dívidas a longo prazo. **Patrimônio Líquido** São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento – lucros e reservas. Se houver prejuízo, o total dos investimentos dos proprietários será reduzido. Observação: Há outras contas pertencentes ao balanço patrimonial que serão tratadas em momento oportuno.

Palavras-chaves

Ativo Circulante: disponível mais valores que serão transformados em dinheiro, consumidos ou vendidos a curto prazo: contas a receber, estoques...

Ativo Fixo: corresponde normalmente ao antigo Ativo Permanente; bens e direitos que não são comprados e vendidos frequentemente; itens utilizados como meio de produção ou de renda, atualmente Ativo Não Circulante.

Capital de Giro: corresponde ao Ativo Circulante; recursos correntes, em movimentação.

Ciclo Operacional: decurso de tempo necessário para a empresa realizar uma operação do seu ramo de negócio.

Circulante: são os recursos em giro da empresa; os recursos de curto prazo, a receber ou a pagar.

Curto prazo: normalmente período de até um ano (365 dias).

Exigível a Longo Prazo: são obrigações que vencerão a longo prazo: financiamentos, títulos a pagar etc. Faz parte do Passivo Não Circulante.

Longo Prazo: normalmente, período superior a um ano.

Passivo Circulante: compreende obrigações que, normalmente, serão liquidadas a curto prazo: contas a pagar, fornecedores, impostos a recolher, empréstimos etc.

Realizável a Longo Prazo: ativos que serão transformados em dinheiro a longo prazo: empréstimos concedidos a coligadas ou controladas, a diretores etc.

Não circulante: são os recursos em giro da empresa; os recursos de longo prazo, a receber ou a pagar.

? Perguntas e Respostas

1. O fato de haver tantas deduções no Ativo tem a ver com algum Princípio Contábil?

O conservadorismo (ou a prudência) é um princípio que diz que, entre duas alternativas no Ativo, será adotada a de menor valor. Assim, “Duplicatas a Receber” deverá ter a subtração das possíveis perdas para ficar a menor valor.

Por outro lado, se no Passivo Exigível houver duas alternativas igualmente válidas, devemos adotar a de maior valor. Isto significa ser prudente, não usar o otimismo nesses casos para não “enganar” o usuário.

2. Podemos dizer que a estrutura do Balanço Patrimonial como apresentada neste capítulo é ideal?

Sim. A maioria dos países desenvolvidos divide o Ativo e Passivo praticamente em dois grandes grupos: *Circulante* e *Não Circulante*.

ATIVO	PASSIVO
Circulante	**Circulante**
• Disponível	• Fornecedores
• Contas a Receber	• Salários a pagar
• Estoques	• Empréstimos a pagar
• ________	• ________
• ________	• ________
Não Circulante	**Não Circulante**
– Realizável a longo prazo	– Exigível a longo prazo
– Investimentos	– ________
– Imobilizado	**Patrimônio Líquido**
– Intangível	– ________
	– ________

Este modelo é mais simples de entender e mais moderno. Com o advento da MP 449/08 (Lei nº 11.941/09) desaparece o Termo Permanente (pois praticamente nada é permanente na empresa). Desaparecem os subgrupos *Diferido* e *Resultado de Exercícios Futuros*, que eram confusos, principalmente para os usuários leigos.

3. Qual é a mudança no Diferido introduzida pela MP 449/08 que alterou a Lei nº 11.638/07 das Sociedades Anônimas?

Este subgrupo desaparece. Por exemplo, os gastos com pesquisas e desenvolvimento não poderão ser mais considerados como despesas diferidas, devendo ser despesas do período.

4. Há mudanças na Estrutura do Balanço Patrimonial proposta pelo Novo Código Civil (NCC)?

Como dissemos, a profissão contábil não absorveu as mudanças do NCC no que tange às Demonstrações Contábeis.

O NCC revoga a primeira parte do Código Comercial brasileiro de 1850 no que tange às regras de escrituração e à parte societária.

No que se refere ao Balanço Patrimonial, obrigatório conforme o artigo nº 1.188 para todas as sociedades (exceto as S.A. e as Limitadas de grande porte),* "deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas

* O NCC não trata das Sociedades Anônimas.

as peculiaridades desta, indicará distintamente *Ativo* e *Passivo*". Nesse caso, não faz referência explícita ao Patrimônio Líquido como um grupo autônomo de contas, bem como não fala da possibilidade de ter contas redutoras tanto no Ativo como no Passivo. Todavia, não é abordada a divisão em Grupo de Contas.

No artigo nº 1.187 destacam-se os critérios de avaliação do Ativo:

"I – os bens destinados à exploração da atividade serão avaliados pelo custo de aquisição, devendo, na avaliação dos que se desgastam ou depreciam com o uso, pela ação do tempo ou outros fatores, atender-se à desvalorização respectiva, criando-se fundos de amortização para assegurar-lhes a substituição ou a conservação do valor;

II – os valores mobiliários, matéria-prima, bens destinados à alienação, ou que constituem produtos ou artigos da indústria ou comércio da empresa, podem ser estimados pelo custo de aquisição ou de fabricação, ou pelo preço corrente sempre que este for inferior ao preço de custo, e quando o preço corrente ou venal estiver acima do valor do custo de aquisição, ou fabricação, e os bens forem avaliados pelo preço corrente, a diferença entre este e o preço de custo não será levada em conta para a distribuição de lucros, nem para as percentagens referentes a fundos de reserva.

III – o valor das ações e dos títulos de renda fixa pode ser determinado com base na respectiva cotação da Bolsa de Valores; os não cotados e as participações não acionárias serão considerados pelo seu valor de aquisição;

IV – os créditos serão considerados de conformidade com o presumível valor de realização, não se levando em conta os prescritos ou de difícil liquidação, salvo se houver, quanto aos últimos, previsão equivalente.

Parágrafo único. Entre os valores do ativo podem figurar, desde que se preceda, anualmente, à sua amortização:

I – as despesas de instalação da sociedade, até o limite correspondente a dez por cento do capital social;

II – os juros pagos aos acionistas da sociedade anônima, no período antecedente ao início das operações sociais, à taxa não superior a doze por cento ao ano, fixada no estatuto;

III – a quantia efetivamente paga a título de aviamento de estabelecimento adquirido pelo empresário ou, sociedade."

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 5.1 Recortar um balanço patrimonial de uma *indústria automobilística* ou de uma autopeças e sublinhar (ou circular) os principais grupos de contas:

Ativo Circulante	**Passivo Circulante**
__________	__________
__________	__________
__________	__________
Não Circulante	**Não Circulante**
__________	__________
__________	__________
__________	__________
• Realizável a Longo Prazo	**Patrimônio Líquido**
• Investimentos	__________
• Imobilizado	__________
• Intangível	__________
• Diferido	__________

TAREFA 5.2 Arquivar o balanço patrimonial da *empresa onde você trabalha.* Tratando-se de uma empresa Ltda., pode-se utilizar um xerox. Se sua empresa se negar a cedê-lo (comece a desconfiar dela), recorrer a uma empresa de um amigo ou uma empresa muito conhecida no mercado.

TAREFA 5.3 Você vai tirar algumas conclusões sobre a Tarefa 5.2. Se o balanço patrimonial arquivado pertencer à sua empresa, é possível admitir a necessidade de procurar outro emprego ou de continuar nela. Se as conclusões a que chegou se referirem à empresa de um amigo seu e forem muito importantes, ele ficará contente ao tomar conhecimento das informações.

Em primeiro lugar, destacar numa folha de papel os seguintes dados:

1. Ativo Circulante	$	Passivo Circulante (total)	$ . . . . .
2. Capital de terceiros	$	Capital próprio (total)	$ . . . . .

1ª conclusão: se o Ativo Circulante for maior que o Passivo Circulante, isso significa que a empresa conseguirá pagar suas dívidas a curto prazo. Escrever: situação financeira favorável.

Se a empresa apresentar Passivo Circulante maior que Ativo Circulante, poderá ter problemas de ordem financeira. Comentar, nesse caso, com o professor.

2ª conclusão: comparar o capital de terceiros com o capital próprio. Se o capital de terceiros for até 1,20 maior que o capital próprio, não há por que se assustar: esta é a média das empresas brasileiras.

Se o capital de terceiros for maior que 1,20 em relação ao capital próprio, a empresa poderá estar muito endividada.

6

Apuração do Resultado e Regimes de Contabilidade

Apuração do resultado
Conceito de receita e despesa
Regime de competência
Regime de caixa
Balanço patrimonial × demonstração do resultado do exercício e regime de competência
Outros ajustes em relação ao regime de competência
Efeito do lucro no balanço
Diferença entre despesa e custo

O nome Rolls Royce deveria estar sempre no pensamento de todos os empresários, pois quando a Rolls Royce quebrou espetacularmente em 1973, e teve que ser socorrida pelo governo, estava na verdade trabalhando com lucro. Ela apenas não tinha liquidez (não tinha caixa) e os bancos não se dispuseram a emprestar mais. Se isto aconteceu com uma das empresas mais famosas e tradicionais do mundo, pode muito mais facilmente acontecer com sua empresa (livro *Finanças para o pequeno empresário*, Cap. 3).

APURAÇÃO DO RESULTADO

A cada exercício social (normalmente, um ano) a empresa deve apurar o *resultado dos seus negócios*. Para saber se obteve lucro ou prejuízo, a contabilidade confronta a receita (vendas) com as despesas. Se a receita foi maior que a despesa, a empresa teve *lucro*. Se a receita foi menor que a despesa, teve *prejuízo*.

A apuração de resultado é realizada de forma destacada na *Demonstração do Resultado do Exercício*. Apresenta-se aí um resumo ordenado das despesas e receitas do período, facilitando-se, dessa forma, a tomada de decisão.

De maneira geral, através da apuração do resultado pode-se verificar se o maior objetivo da empresa foi atingido, ou seja, se os benefícios obtidos foram maiores que os sacrifícios realizados.

CONCEITO DE RECEITA E DESPESA

A *receita* corresponde, em geral, a vendas de mercadorias ou prestações de serviços. Ela é refletida no balanço através da entrada de dinheiro no Caixa (Receita a Vista) ou entrada em forma de direitos a receber (Receita a Prazo) – Duplicatas a Receber.

A receita sempre aumenta o Ativo embora nem todo aumento de Ativo signifique Receita (empréstimos bancários, financiamentos etc. aumentam o Caixa-Ativo da empresa, mas não são receitas).

Todas as vezes que entrar dinheiro no Caixa através de Receita a vista, recebimentos etc., essa operação será denominada *Encaixe*.

A *Despesa* é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter Receita. (Todo consumo de bens ou serviços com o objetivo de obter Receita é um sacrifício, um esforço para a empresa.) Ela é refletida no balanço através de uma redução do Caixa (quando é pago no ato – a vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa é contraída no presente para ser paga no futuro – a prazo). A despesa pode, ainda, originar-se de outras reduções de Ativo (além do Caixa), como é o caso de desgastes de máquinas (depreciação) e outros.

Todo o dinheiro que sai do Caixa pelo pagamento de uma Despesa ou por outra aplicação qualquer denomina-se Desembolso ou *Desencaixe.*

Se o Ativo, de forma anormal, inesperada, involuntária, perder a sua capacidade de gerar benefícios, esse fenômeno será denominado *perda* (por incêndio, roubo, inundações etc.).

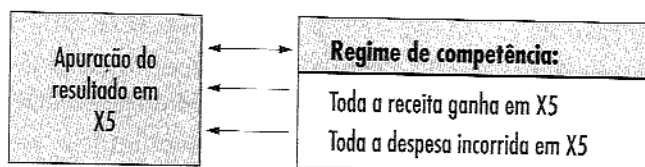
OPERAÇÕES	A PRAZO	A VISTA
Receita →	+ Dupl. a Receber (*Ativo*)	+ Caixa (encaixe) (*Ativo*)
Despesa →	+ Contas a Pagar (*Passivo*)	(–) Caixa (desembolso) (*Ativo*)
Demonstração de Resultado do Exercício ↑	↑ Balanço Patrimonial ↑	

REGIME DE COMPETÊNCIA

Este regime é universalmente adotado, *aceito e recomendado* pela Teoria da Contabilidade e também pelo Imposto de Renda. Evidencia o resultado da empresa (lucro ou prejuízo) de forma mais adequada e completa. As regras básicas para a contabilidade pelo regime de competência são:

- A *receita será contabilizada* no período em que for gerada, independentemente do seu recebimento. Assim, se a empresa vendeu a prazo em dezembro do ano T_1 para receber somente em T_2, pelo regime de competência, considera-se que a receita foi gerada em T_1; portanto, ela pertence (compete) a T_1.

- A despesa será contabilizada como tal no período em que for consumida, incorrida, utilizada, independentemente do pagamento. Assim, se em 10 de janeiro de T_2 a empresa pagar seus funcionários (que trabalharam em dezembro de T_1), a despesa compete a T_1, pois nesse período ela incorreu efetivamente.

O lucro será apurado, portanto, considerando-se determinado período, normalmente um ano: toda a despesa gerada no período (mesmo que ainda não tenha sido paga) será subtraída do total da receita, também gerada no mesmo período (mesmo que ainda não tenha sido recebida).

REGIME DE CAIXA

O regime de Caixa, como instrumento de apuração de resultado, é uma forma simplificada de contabilidade, aplicado basicamente às microempresas ou às *entidades sem fins lucrativos*, tais como igrejas, clubes, sociedades filantrópicas etc.

As regras básicas para a contabilidade por esse regime são:

- A receita será contabilizada no momento do seu recebimento, ou seja, quando *entrar dinheiro no caixa* (encaixe).
- A despesa será contabilizada no momento do pagamento, ou seja, quando *sair dinheiro do caixa* (desembolso).

Assim, o lucro será apurado subtraindo-se toda a despesa paga (saída de dinheiro do caixa) da receita recebida (entrada de dinheiro no caixa).

Por outro lado, todas as empresas necessitam ter seu fluxo de caixa (Demonstração dos Fluxos de Caixa) como uma das mais importantes "ferramentas" gerenciais.

Exemplo de Regime de Caixa e de Competência

A Cia. Ventríloca vendeu em X1 $ 20.000 e só recebeu $ 12.000 (o restante receberá no futuro); teve como despesa incorrida $ 16.000 e pagou até o último dia do ano $ 10.000.

DRE	REGIME DE COMPETÊNCIA	REGIME DE CAIXA
Receita	20.000	12.000
(–) Despesas	(16.000)	(10.000)
Lucro	4.000	2.000

BALANÇO PATRIMONIAL × DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E REGIME DE COMPETÊNCIA

As contas (as cifras contábeis) só podem ser classificadas em duas demonstrações: ou *balanço patrimonial (BP)* ou *demonstração do resultado do exercício (DRE)*. Se uma conta não for classificada no balanço, será na demonstração do resultado ou vice-versa.

No lado do Ativo, classificam-se os itens que trazem benefícios para a empresa. No momento em que esses itens perderem a capacidade de produzir benefícios, passam a ser despesas. Vejam-se, a seguir, alguns exemplos.

Material de escritório (clips, grampeadores de papéis, impressos etc.): quando a empresa adquire esses materiais, eles são lançados no Ativo, pois são bens que trarão benefícios no futuro. À medida que esses materiais forem consumidos, serão baixados do Ativo e contabilizados como despesa, pois já não trarão benefícios para a empresa (pois foram utilizados). Se no final do período ainda existir material de escritório a ser utilizado, esse estoque poderá ser classificado em *Despesa do Exercício seguinte,* no Ativo Circulante, ou simplesmente numa conta de *Estoque para Consumo* (também no Ativo Circulante).

Seguros a vencer (prêmios de seguros): normalmente toda empresa faz seguros contra roubo, incêndios etc. O seguro em geral é feito por um ano. Se a empresa fizesse seguros de 01-01 a 31-12, considerado esse período em seu exercício social, todo gasto com seguro seria contabilizado como despesa, pois nada se aproveitaria para o ano seguinte. Na prática, porém, o contrato de seguro não coincide com o exercício social. Se a empresa adquirir um seguro pelo período de 01-07-X1 a 30-06-X2, dessa quantia será considerado como despesa em 31-12-x1 apenas o correspondente a seis meses, o restante será considerado Ativo Circulante, pois é um pagamento que beneficiará o ano seguinte: *Despesa do exercício seguinte*.

ATIVO	PASSIVO E PL
Circulante	
• Disponível -----	
• Duplicatas a Receber -----	
• Estoques -----	
• Despesas do Exerc. Seguinte Compreendem itens que trarão benefícios à empresa, mas serão utilizados (consumidos) no próximo ano, tornando-se despesas.	

Exemplos (em $ mil)

Admita-se que a Cia. Desconfiada faça seguro por um ano, em 30-9-X1, pagando 18.000 (prêmio de seguro) e, nesta data, adquira 10.000 de material de escritório. Em 31-12-X1, constata-se que havia em estoque apenas 2.000 de material de escritório. Como fica o Balanço Patrimonial em 31-12-X1?

Observe-se que apenas três meses (out., nov. e dez.) foram percorridos na utilização do contrato de seguro. Dessa forma, classificam-se como despesa 4.500 (3/12 × 18.000); o restante beneficiará 20X2; portanto, no Ativo Circulante deverão constar 13.500 (9/12 × 18.000).

No caso do material de escritório, $ 2.000 beneficiarão o ano seguinte; portanto, serão classificados no Ativo Circulante. O restante será considerado como despesa, pois já foi consumido (utilizado).

	Em $ mil
Material de Escritório: adquirido	10.000
(–) Estoque de material de escritório em 31-12-X1	(2.000)
= Material de escritório consumido	8.000

COMPANHIA DESCONFIADA
BALANÇO PATRIMONIAL
31-12 -X1

Em $ mil

ATIVO		PASSIVO E PL
Circulante		
• ________	-----	
• ________	-----	
• Desp. Exerc. Seguinte		
– Seguros	13.500	
– Mat. de escrit.*	2.000	

* Poderia ser classificado como Estoque de Consumo.

DRE

Em $ mil

Cia. Desconfiada X1	
Receita	-----
(–) Despesa	-----
________	-----
________	-----
• Seguros	4.500
• Material Escritório	8.000
________	-----
________	-----
Lucro/Prejuízo	-----

OUTROS AJUSTES EM RELAÇÃO AO REGIME DE COMPETÊNCIA

Ao final do exercício social (momento do levantamento do balanço), são feitos com relação ao regime de competência alguns *ajustes* para se apurar o lucro do período. Esses acertos afetam o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Trata-se de alguns ativos que foram consumidos ou utilizados parcialmente, devendo, portanto, ser classificados como despesa de determinado período, pois a ele pertencem, competem (regime de competência). Os casos mais comuns já

foram abordados: material de escritório e seguros a vencer. Há, todavia, outros casos que serão abordados mais adiante.

Devedores duvidosos: são perdas estimadas para duplicatas de clientes que adquiriram mercadorias a prazo. Essas perdas deverão ser consideradas no ano em que a receita a prazo (que originou aquela duplicata) foi gerada; por isso, é necessário fazer a estimativa de acordo com um percentual médio considerado como incobrável, apurado nos três últimos períodos. (Tratado no Capítulo 15.)

Depreciação: são despesas decorrentes do uso dos bens do Ativo Imobilizado. Quando se adquire uma máquina, classifica-se esse bem no Ativo; à medida que a máquina é usada (consumida), há um desgaste, uma perda de potencialidade, de valor que se denomina *depreciação*. As taxas de depreciação também são fixadas pelo Imposto de Renda. (Tratado no Capítulo 15.)

Outros ajustes são feitos normalmente em final de mês ou exercício social: apropriação de juros de acordo com o período percorrido, salários não pagos no mês etc. Ver exemplos de ajustes no Capítulo 16.

EFEITO DO LUCRO NO BALANÇO

Como já foi abordado, o lucro apurado pela empresa pertence aos proprietários (investidores), uma vez que são responsáveis pelo negócio. Se houver prejuízo, os proprietários deverão assumi-lo.

Os proprietários, todavia, desejando expandir o negócio, não retiram totalmente o lucro, reinvestindo uma parte (*lucros retidos* ou *lucros acumulados**). A parte do lucro distribuída aos proprietários é denominada *dividendos*.

A parte do lucro não distribuída aos proprietários (reinvestimento) entra no balanço via Patrimônio Líquido (origem de recursos), sendo aplicada no Ativo. Admita-se que uma empresa tenha inicialmente $ 900.000 de capital aplicado no caixa. Durante o ano tem receita de $ 800.000 a vista, por prestação de serviços, e uma despesa de $ 500.000. Apure-se o lucro e observem-se os efeitos no balanço, sabendo-se que não houve distribuição de dividendos:

* Pela Lei nº 11.638/07, os Lucros Acumulados deverão ser destinados para Reserva e/ou Aumento de Capital. Assim, no final do período esta conta deverá ser zerada. Esta regra vale apenas para as Sociedade Anônimas e empresas de grande porte.

Em $ mil

BALANÇO PATRIMONIAL (APÓS APURAÇÃO DO LUCRO)					
ATIVO			**PASSIVO E PL**		
Circulante	Início do ano	Final do ano	**P. Líquido**	Início do ano	Final do ano
Caixa	900	1.200	Capital	900	900
–	–	–	Lucros Ret.	–	300
Total	900	1.200	Total	900	1.200

Em $ mil

DRE (APURAÇÃO DO LUCRO)	
Receita a vista	$ 800
(–) Despesas	$ (500)
Lucro	$ 300

O caixa que era de $ 900.000 recebeu mais $ 800.000 de receita e pagou $ 500.000 de despesa, sobrando $ 1.200.000.

> "Muitos novatos nas finanças não conhecem a relação entre Demonstração da Renda (DRE) e o Balanço. O entendimento desta relação é vital."
> *Pai rico, pai pobre*, p. 64.

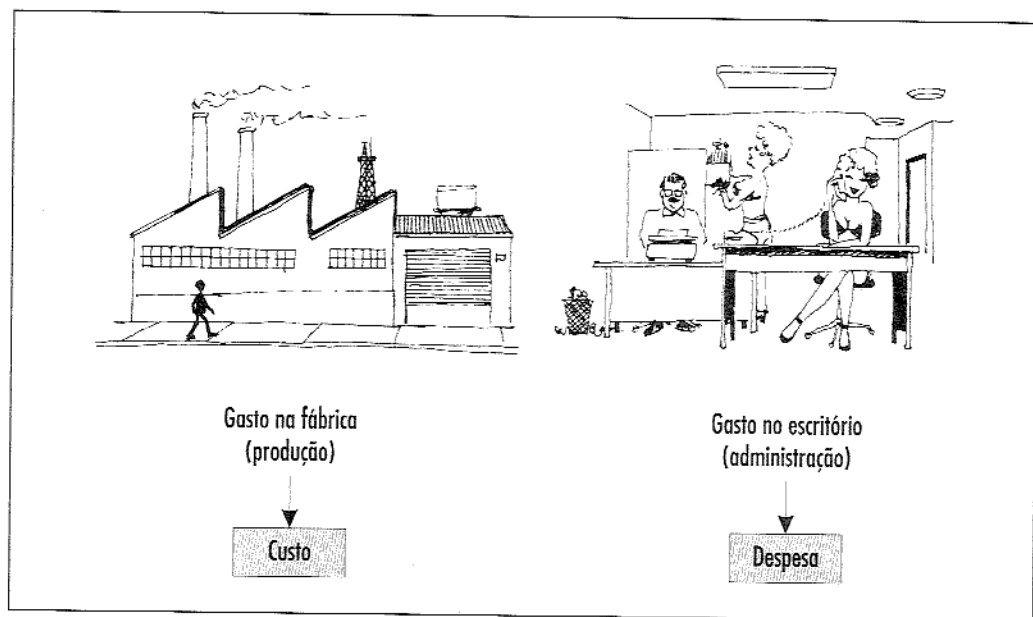
DIFERENÇA ENTRE DESPESA E CUSTO

Este assunto será fartamente estudado em Contabilidade de Custos; aqui será dada apenas uma diferenciação no tratamento de *custo* e despesa.

Numa *indústria* custo significa todos os gastos na fábrica (produção): matéria-prima, mão de obra, energia elétrica, manutenção, embalagem etc. Despesa significa os gastos no escritório, seja na administração, seja no departamento de vendas, seja no departamento de finanças.

Assim, o aluguel pode ser tratado como despesa ou custo: tratando-se de aluguel referente ao prédio da fábrica, será considerado custo; tratando-se de aluguel referente ao prédio do escritório (administração), será considerado

despesa. Este mesmo raciocínio é válido para imposto predial, funcionários, materiais etc.

A depreciação também pode ser tratada como custo ou despesa. Tratando-se de depreciação de bens da fábrica (máquinas, equipamento, ferramentas...), será considerada custo; tratando-se de depreciação de bens de escritório (móveis e utensílios, instalação...), será considerada despesa.

Numa empresa *comercial* o gasto da aquisição da mercadoria a ser revendida será tratado como custo; já numa empresa de *prestação de serviços* a mão de obra aplicada no serviço prestado mais o material utilizado nesse serviço serão considerados custo. Para ambas as atividades todos os gastos na administração, assim como na indústria, serão tratados como despesa.

Numa empresa que presta serviços de limpeza consideram-se custo: salário da faxineira, supervisão dos serviços, material de limpeza, depreciação dos equipamentos utilizados no serviço prestado etc. Departamento de pessoal, contabilidade, administração e outros gastos no escritório, porém, são considerados despesa.

Num hospital computam-se como custo: salário de médicos e enfermeiros, medicamentos aplicados ao paciente, alimentação dos pacientes, lavanderia, aluguel do hospital etc. Os gastos da administração, por sua vez, pertencem à despesa: honorários dos diretores, departamento de finanças, marketing etc.

Se um Ativo tiver um valor material (irrelevante) como uma chave de fenda, um material de limpeza, poder-se-ia contabilizar como despesa, considerando o Princípio da Materialidade.

Palavras-chaves

Ajustes: acertos que a empresa realiza na apuração do resultado (normalmente em final de período) para adequar-se ao regime de competência. Exemplos: material de escritório, seguros a vencer, devedores duvidosos, depreciação etc.

Custo: é todo sacrifício (gasto) relativo a bens ou a serviços que serão utilizados na produção de outros bens ou serviços.

Demonstração do Resultado do Exercício: segunda demonstração financeira exigida pela legislação brasileira (a primeira é o balanço patrimonial). Ela indica o resultado (lucro ou prejuízo) do exercício (do ano ou período contábil).

Despesa: todo sacrifício (esforço) realizado pela empresa no sentido de obter receita. Pode ser vista também como o consumo parcial ou total do ativo (ativo expirado), ou seja, um ativo que já não traz benefícios à empresa.

Receita: venda de bens ou serviços ou o resultado positivo dos investimentos realizados pela empresa. A receita aumenta o ativo.

Regime de Caixa: regime de contabilidade em que apenas se considera, para apurar o resultado, a receita recebida e a despesa paga.

Regime de Competência: regime de contabilidade recomendado pela teoria contábil e pela legislação brasileira; nele, para se apurar o resultado do exercício, consideram-se a *receita* gerada (ganha) no período – mesmo que não tenha sido recebida – e a *despesa* consumida (utilizada, incorrida) no período – mesmo que não tenha sido paga.

? Perguntas e Respostas

1. Como poderia entender melhor a Integração de Ativo e Passivo no Balanço Patrimonial com Receita e Despesa na Demonstração do Resultado do Exercício?

Integração BP e DRE

Ciclo Positivo

Normalmente Ativo gera Receita
Exemplo: Venda de Estoque

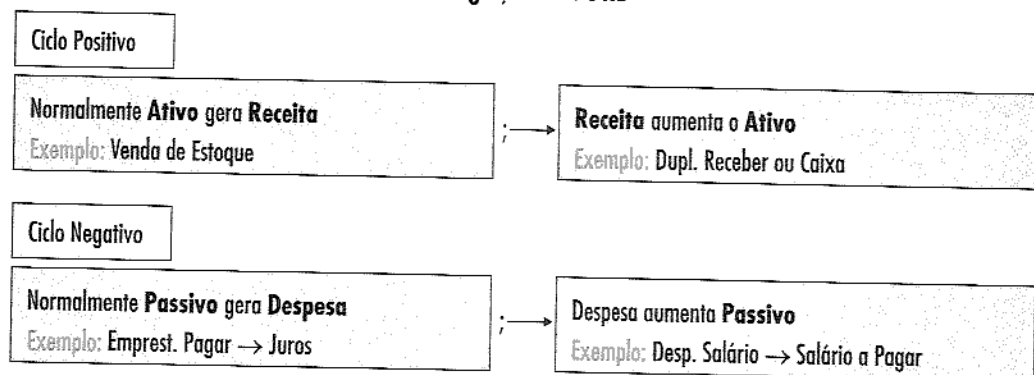
→

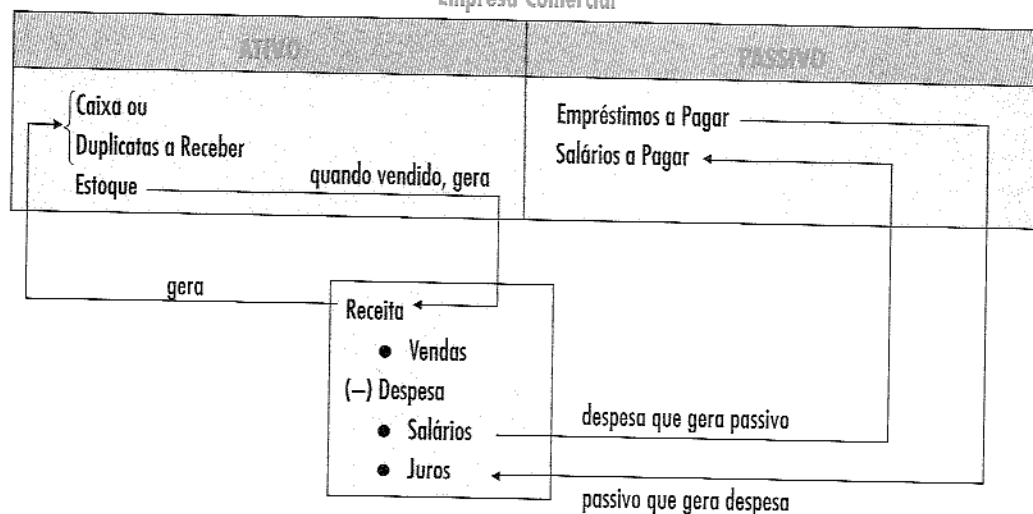
Receita aumenta o Ativo
Exemplo: Dupl. Receber ou Caixa

Ciclo Negativo

Normalmente Passivo gera Despesa
Exemplo: Emprest. Pagar → Juros

→

Despesa aumenta Passivo
Exemplo: Desp. Salário → Salário a Pagar

Balanço Patrimonial

Empresa Comercial

Obs.: 1. Podemos chamar de Ciclo Positivo quando, por exemplo, o Estoque é vendido por um preço superior a seu custo. Na verdade, o estoque vai transformar-se em Custo da Mercadoria Vendida (CMV). Se a Receita for maior que o CMV, o Ativo está gerando ganho, agregando riqueza.

2. O Passivo, mais cedo ou mais tarde, vai transformar-se numa redução de caixa, por ocasião de seu pagamento

2. Por que a Contabilidade separa custo de despesa se ambos significam redução de receita e redução de lucro?

Para fins de análise da DRE, fica muito mais reveladora a visão do lucro considerando apenas os gastos na fábrica (custo), sem misturar com a despesa (gasto do escritório).

Por exemplo, uma empresa de parafuso pode comparar-se com outra do mesmo ramo de atividade se seus custos de fabricação estão fora de padrão. Pode, por exemplo, comparar-se com a empresa de parafusos mais rentável, mais bem-sucedida (*benckmark*) e estabelecer paradigmas.

Depois de analisar o resultado considerando apenas os custos de fabricação (tomando decisões no sentido de controlar melhor e reduzir custos para maximizar o lucro) aí, sim, passa-se a analisar gastos de outra natureza, no caso, as despesas. E depois de analisar as despesas, passa-se a analisar as perdas e, assim, sucessivamente. Esse assunto vai ser tratado no Capítulo 7, a seguir, na estruturação da DRE.

3. Para o leitor, em Contabilidade não dá a impressão de que o Regime Caixa é melhor que o Regime de Competência?

Sim. É mais fácil raciocinar em termos de "bolso": quanto entrou, quanto saiu e quanto eu tenho no bolso, no banco.

Se uma empresa vendesse somente a vista e pagasse imediatamente todas as suas despesas, o regime caixa seria muito parecido com o competência.

Entretanto, isso seria praticamente impossível. Imagine a empresa pagando todo fim de dia seus funcionários; pagando seus impostos no momento em que eles são gerados nas vendas seria impraticável.

Assim, o regime de competência fica mais viável. Quando a empresa vende a prazo (muito comum nas indústrias) já considera "venda do mês". Os funcionários que trabalharam e contribuíram para obtenção daquelas vendas já têm seus salários contabilizados como despesa, ainda que nada receberam no mês trabalhado.

Dessa forma, consideramos as vendas geradas no mês e o esforço despendido pelos funcionários. Assim, no final do mês temos Duplicatas (Receita) a Receber no Ativo e Salário a Pagar no Passivo, no encerramento do mês.

Veja, se tivéssemos trabalhando com regime caixa não apuraríamos o resultado do mês [Receita (–) Despesa] nem teríamos os Valores a Receber e a Pagar no Balanço Patrimonial, que seria um absurdo.

Trataremos desse assunto nos dois capítulos seguintes (7 e 8) para um melhor entendimento.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 6.1 Recortar uma Demonstração de Resultado do Exercício que apresente prejuízo. Apresentar o original.

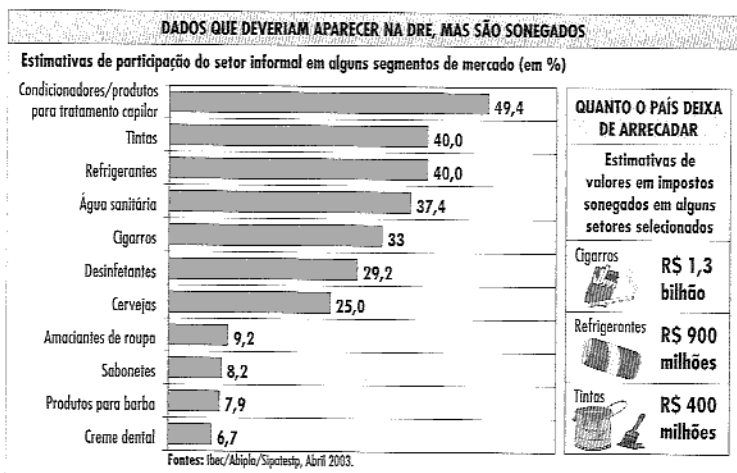
TAREFA 6.2 Pesquisar na Lei nº 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações) e identificar o artigo que determina que as empresas devem realizar a contabilidade de acordo com o Regime de Competência. Tirar uma xerox do artigo e arquivá-lo em sua pasta.

TAREFA 6.3 As empresas cuja Receita Bruta não ultrapassa certo valor (R$), embora precisem pagar Imposto de Renda, estão livres da Contabilidade pelo Regime de Competência. Essas empresas optam pelo Sistema do Lucro Presumido (lucro estimado).

Como é que se calcula o lucro dessas empresas para fins de Imposto de Renda? Qual é o limite da Receita Bruta em R$? Arquivar a resposta em sua pasta.

7

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração Dedutiva
Como apurar a Receita Líquida
Como apurar o Lucro Bruto
Custo das Vendas
Como apurar o Lucro Operacional
  Despesas Operacionais
Como apurar o Lucro antes do Imposto de Renda
Como apurar o Lucro depois do Imposto de Renda
Como apurar o Lucro Líquido
  Distribuição do Lucro
  Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
  Estrutura da DLPAc

"Na surdina, as indústrias brasileiras travam uma guerra fiscal. Para se manter no mercado, muitas empresas oferecem descontos que inviabilizam o recolhimento dos tributos normalmente embutidos no preço das mercadorias, como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros. Por causa dessa prática, quem recolhe regularmente seus impostos fica numa situação desconfortável: sacrifica ainda mais suas margens, perde vendas ou sonega também" (*O Estado de S. Paulo*, 20-4-2003).

DEMONSTRAÇÃO DEDUTIVA

A demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período, normalmente 12 meses. É apresentada de forma *dedutiva* (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

A DRE pode ser simples para micro ou pequenas empresas que não requeiram dados pormenorizados para a tomada de decisão, como é o caso de bares, farmácias, mercearias. Deve evidenciar o total de despesa deduzido da receita, apurando-se, assim, o lucro sem destacar os principais grupos de despesas.

A DRE completa, exigida por lei, fornece maiores minúcias para a tomada de decisão: grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaque dos impostos etc. Neste capítulo será abordado o modelo completo, embora não se pretenda esgotar o assunto.

DRE (simples)	DRE (completa)
Receita	Receita
(–) Despesa	(–) Deduções
Lucro ou prejuízo	(–) Custos
	(–) Despesas
	(–) ....
	....
	....
	Lucro ou prejuízo
↓ VERTICAL	VERTICAL ↓

COMO APURAR A RECEITA LÍQUIDA

Receita Bruta
(–) Deduções
Receita Líquida

A Receita Bruta é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os *impostos sobre vendas* (os quais pertencem ao governo) e dela não foram subtraídas as *devoluções* (vendas canceladas) e os *abatimentos* (descontos) ocorridos no período.

Impostos e taxas sobre vendas são aqueles gerados no momento da venda; variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. São os mais comuns:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (governo federal) – de 0 a quase 400% (no caso de cigarros).
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (governo estadual) – Estado de São Paulo: de 18 a 25%.
- ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (governo municipal) – Município de São Paulo: de 0 a 10%.
- PIS – Programa de Integração Social – taxa sobre o faturamento (governo federal) – 0,65%.
- Cofins – Contribuição para a Seguridade Social (governo federal) – 7,6% (não cumulativo a partir de 2003).

Admita-se que a Cia. Balanceada, indústria, tenha emitido uma nota fiscal de venda cujo preço do produto seja de $ 10.000 mais 30% de IPI. O ICMS está incluso no preço do produto (a alíquota de ICMS pode variar de Estado para Estado):

Na verdade, os impostos sobre vendas não pertencem à empresa, mas ao governo. Ela é uma mera intermediária (veículo de arrecadação) que arrecada impostos junto ao consumidor e recolhe ao governo; por isso, não devem ser considerados como receita real da empresa.

Devoluções *(vendas canceladas)* – são mercadorias devolvidas por estarem em *desacordo com o pedido* (preço, qualidade, quantidade, avaria). O comprador, sentindo-se prejudicado, devolve total ou parcialmente a mercadoria. Às vezes, a empresa vendedora, na tentativa de evitar devolução, propõe um *abatimento* no preço (desconto) para compensar o prejuízo ao comprador. Tanto a devolução como o abatimento aparecem deduzindo a Receita Bruta na DRE.

Suponha-se que a Companhia Desequilibrada tenha vendido $ 5.000 de mercadorias de má qualidade, metade para o comprador A e metade para *B. A* empresa A devolveu 20% do lote e a empresa *B* aceitou a proposta da Companhia Desequilibrada de 10% de abatimento para evitar devolução.

Portanto, *deduções* são ajustes (e não despesas) realizadas sobre a Receita Bruta para se apurar a Receita Líquida. O que interessa para a empresa é efetivamente a Receita Líquida que é o que sobra em termos de receita.

A diferença entre deduções (ajustes) e despesas é que deduções não são sacrifícios financeiros para a empresa (impostos sobre vendas quem paga é o consumidor) enquanto despesas são sacrifícios, esforços, onerando a empresa.

COMO APURAR O LUCRO BRUTO

Trata-se do primeiro indicador de desempenho nas atividades operacionais da empresa.

Lucro Bruto é a diferença entre a Venda de Mercadorias e o Custo dessa Mercadoria Vendida, sem considerar despesas administrativas, de vendas e financeiras. Para uma empresa prestadora de serviços o raciocínio é o mesmo: Lucro Bruto é a diferença entre a Receita e o Custo do Serviço Prestado sem considerar aquelas despesas acima referidas.

Resumindo, subtrai-se da *receita* o custo da mercadoria ou do produto, ou o do serviço para ser *colocado à disposição do consumidor*, não considerando as despesas administrativas, financeiras e de vendas.

O Lucro Bruto, após cobrir o custo da fabricação do produto (ou o custo da mercadoria adquirida para revenda, ou o custo do serviço prestado), é destinado à remuneração das despesas de vendas, administrativas e financeiras, bem como à remuneração do governo (Imposto de Renda) e dos proprietários da empresa (Lucro Líquido).

Quanto maior for a fatia denominada Lucro Bruto, maior poderá ser a remuneração dos administradores, dos diretores, do pessoal de vendas, do governo, dos proprietários da empresa etc.

CUSTO* DAS VENDAS

A expressão *custo das vendas* é bastante genérica, devendo, por essa razão, ser especificada por setor na economia:

- para *empresas industriais* o custo das vendas é denominado Custo do Produto Vendido (CPV);
- para *empresas comerciais* o custo das vendas é denominado Custo das Mercadorias Vendidas (CMV);
- para *empresas prestadoras de serviços* o custo das vendas é denominado Custo dos Serviços Prestados (CSP).

O custo do produto ou serviço é tão relevante para a entidade que há uma contabilidade específica para tratar este assunto: a *Contabilidade de Custos* (hoje, mais do que nunca, há uma preocupação em reduzir custos para tornar o produto mais competitivo e mais rentável).

COMO APURAR O LUCRO OPERACIONAL

A apuração deste resultado evidencia o desempenho no negócio da entidade.

O Lucro Operacional é obtido através da diferença entre o Lucro Bruto e as despesas operacionais.

* Custo foi definido no Capítulo 6.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais são as necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações. Enfim, são todas as despesas sacrificadas para a manutenção da atividade operacional da empresa. Os principais grupos de Despesas Operacionais são especificados a seguir:

a) *Despesas de vendas*

Abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São despesas com o pessoal da área de venda, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, marketing, estimativa de perdas com duplicatas derivadas de vendas a prazo (provisão para devedores duvidosos) etc.

b) *Despesas administrativas*

São aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. De maneira geral, são gastos nos escritórios que visam à direção ou à gestão da empresa.

Podem ser citados como exemplos: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis de escritórios, materiais de escritório, seguro de escritório, depreciação de móveis e utensílios, assinaturas de jornais etc.

c) *Despesas financeiras*

São as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, descontos concedidos, juros de mora pagos etc.

As despesas financeiras devem ser compensadas com as *Receitas Financeiras* (conforme disposição legal), isto é, estas receitas são deduzidas daquelas despesas.

As receitas de natureza financeira são as derivadas de juros ganhos nas aplicações financeiras, juros de mora recebidos, descontos obtidos etc.

Se o montante de Receita Financeira for maior que a Despesa Financeira, a Receita Financeira será deduzida de outras Despesas Operacionais.

Em $ mil

DESPESA FINANCEIRA > RECEITA FINANCEIRA		DESPESA FINANCEIRA < RECEITA FINANCEIRA	
Desp. Financeiras	280.000	Desp. Financeiras	280.000
Rec. Financeiras	(80.000)	Rec. Financeiras	(390.000)
Desp./Rec. Financeiras	200.000	Rec./Financeiras	(110.000)
DESPESAS OPERACIONAIS		**DESPESAS OPERACIONAIS**	
De vendas	300.000	De vendas	300.000
Administrativas	400.000	Administrativas	400.000
Financeiras*	200.000	Financeiras*	(110.000)
	900.000		590.000

* Deve-se, com o objetivo de apresentar maior grau de detalhe, indicar o confronto Despesa Financeira × Receita Financeira dentro do grupo de Despesas Operacionais, destacando-se seus respectivos valores.

Ainda, dentro do item de Despesa Financeira, há o subitem *"Variação Cambial"* ou Variação Monetária. Por exemplo, quando uma empresa faz um empréstimo em moeda estrangeira, admita US$ 100.000 dólares, no momento de registrar esta operação há necessidade de transformá-lo em real pelo câmbio do dia. Se por exemplo a cotação do dólar for de R$ 3,00 no dia do empréstimo, a dívida no passivo será contabilizada por R$ 300.000. Como no final do período (ano, mês...) a empresa deverá atualizar a dívida, pressupondo que o dólar esteja cotado em R$ 4,00, a dívida aumentou para R$ 400.000. Esse acréscimo de R$ 100.000 será contabilizado como "Variação Cambial" em Despesa Financeira reduzindo o Lucro Operacional. Na verdade, pela desvalorização do real, a empresa está tendo perda, devolvendo mais real na hora do pagamento.

COMO APURAR O LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

	Lucro Operacional
(–)	Despesas não Operacionais
(+)	Receitas não Operacionais
=	Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR)

As despesas e receitas não relacionadas diretamente com o objetivo do negócio da empresa são classificadas como *Não Operacionais.*

Normalmente, trata-se de ganhos ou perdas, isto é, são aleatórias, imprevisíveis. São exemplos:

- *Ganhos ou Perdas*: são os lucros ou prejuízos na venda de itens do Ativo Permanente: venda de um veículo (imobilizado), com lucro ou prejuízo; venda de máquinas-equipamentos (imobilizado), com lucro ou prejuízo, venda com lucro ou prejuízo de ações (investimentos) etc.

Muitos contadores preferem trabalhar com as Despesas Financeiras no grupo não operacional. Empresas similares poderiam ter lucros operacionais muito diferentes, pelo fato de financiarem suas necessidades de caixa, se tais despesas forem tratadas como operacionais.

COMO APURAR O LUCRO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA

	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
(–)	Imposto de Renda e Contribuição Social
=	Lucro depois do Imposto de Renda e Contribuição Social

As principais fórmulas para tributação: (a) Lucro Real: é o lucro calculado pela contabilidade e ajustado conforme as regras do Imposto de Renda; (b) Lucro Presumido: calcula-se a aplicação de percentuais fixados pela legislação, de acordo com a atividade da pessoa jurídica, sobre a Receita Total; (c) Simples Nacional: legislação especial para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; (d) Lucro Arbitrado: o arbitramento do lucro é um privilégio concedido, em geral, às autoridades fiscais.

A alíquota do Imposto de Renda continua 15% (quinze por cento) e a do adicional em 10% (dez por cento).

Todavia, a Lei nº 11.638/07 dispõe a possibilidade da empresa contabilizar conforme as regras tributárias, para, em seguida, fazer ajustes contábeis, para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Será calculado Imposto de Renda adicional no valor que exceder o limite estipulado pela legislação vigente. Atualmente, este limite está fixado em R$ 240.000,00 anuais (ou $ 20.000 mensal).

Assim, quando o lucro tributável, por exemplo, for superior a R$ 240.000,00, a alíquota será 25% para o excedente desse limite.

O exercício social em que é gerado o lucro (ano X) denomina-se "ano-base". O exercício em que se paga o Imposto de Renda (ano X + 1) denomina-se "exercício financeiro". Todavia, atualmente, o Imposto de Renda é pago mensal ou trimestralmente, antecipadamente.

Qualquer empresa, por menor que seja, pode fazer opção pela tributação com base no Lucro Real. As opções de tributação pelo Lucro Presumido e Simples Nacional nem sempre serão possíveis em razão do valor da receita bruta, da atividade ou condição da empresa.

Para as empresas que não calculam Imposto de Renda pelo Lucro Presumido, a base de cálculo para o Imposto de Renda não é exatamente o lucro apurado pela Contabilidade, mas o lucro ajustado às disposições da legislação do Imposto de Renda que será denominado, como ja vimos, Lucro Real. Este lucro será calculado num livro extracontábil denominado "Livro de Apuração do Lucro Real" – LALUR.

Além do Imposto de Renda as empresas são obrigadas a pagar ao governo federal a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Na DRE destacamos a CSLL junto com o Imposto de Renda.

COMO APURAR O LUCRO LÍQUIDO

	Lucro Depois do Imposto de Renda
(–)	Doações e Contribuições
(–)	Participações
	Lucro Líquido

O lucro líquido é a sobra líquida à disposição dos proprietários (sócios ou acionistas).

Doações e contribuições são dirigidas às fundações com a finalidade de assistir o quadro de funcionários; às previdências particulares com o objetivo de complementar a aposentadoria; às cooperativas de empregados etc.

Normalmente, as *participações* são complementos à remuneração de empregados e administradores. É estipulado um percentual sobre o lucro. A participação no lucro ou no resultado para os empregados é obrigatória.

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO

Como já foi visto, o Lucro Líquido de uma empresa limitada (sócios) é a sobra líquida à disposição dos proprietários da empresa. Os proprietários decidem a parcela do lucro que ficará retida na empresa e a parte que será distribuída aos donos do capital (dividendos). A distribuição do lucro será evidenciada na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAc).

> Nas Sociedades Anônimas, normalmente, *o percentual* do lucro a ser distribuído aos acionistas em forma de dividendos está estipulado no estatuto da empresa.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Evidencia o "destino" do lucro, a canalização, a distribuição do lucro do exercício.

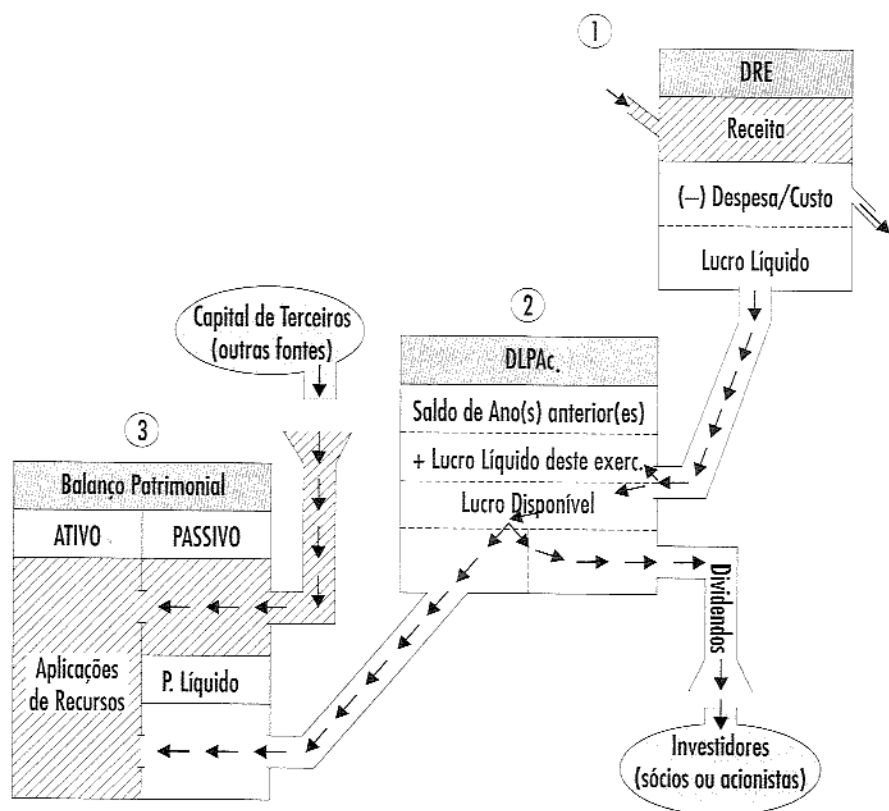
Havendo sobras (saldos) de lucros de exercícios anteriores não distribuídos, estas sobras são adicionadas ao lucro do exercício atual. Daí a expressão *Lucros Acumulados.*

Dessa forma, o roteiro contábil é: em *primeiro lugar* apurar o lucro (ou prejuízo); em *segundo lugar* transferi-lo para Lucros Acumulados; e em *terceiro lugar,* após distribuição do lucro aos proprietários (dividendos), canalizar o lucro retido (não distribuído) para o patrimônio líquido (conta dos proprietários):

1
DRE
Receita
(–) Despesa/Custo
Lucro Líquido

2
DLPAc.
Saldo de Ano(s) anterior(es)
+ Lucro Líquido deste exerc.
Lucro Disponível
Dividendos
Investidores
(sócios ou acionistas)

Capital de Terceiros
(outras fontes)

3
Balanço Patrimonial
ATIVO
PASSIVO
Aplicações de Recursos
P. Líquido

ESTRUTURA DA DLPAc

ESTRUTURA RESUMIDA DA DLPAc
Lucro Acumulado de Exercício(s) Anterior(es)
+ Lucro Líquido do Exercício
Lucro Disponível
(–) Reservas (caso se tratar de S.A.)
(–) Dividendos
Lucro Acumulado (Reinvestido → Patrimônio Líquido)

Pela Lei nº 11.638/07, a conta Lucros Acumulados deverá ter saldo zero no final do exercício social, ou seja, todo lucro deverá ser destinado, ter uma definição, não ficar em suspenso.

Palavras-chaves

Ano-base: período em que o Imposto é gerado; ano do fato gerador.

Deduções: ajustes à Receita Bruta. As principais deduções são: impostos sobre vendas (IPI, ICMS, ISS...), contribuições que variam proporcionalmente às vendas (PIS, Cofins), devoluções (vendas canceladas) e abatimentos.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados: evidencia a distribuição do lucro do período somado com saldos de lucros anteriores. Quando há prejuízos sucessivos, estes também são acumulados; daí a expressão *prejuízos acumulados*.

Despesas Operacionais: são as necessárias para vender produtos (serviços), administrar a empresa e financiar as operações.

Dividendos: distribuição do lucro em dinheiro.

Exercício Financeiro: ano (período) do pagamento.

Juros de mora: uma taxa adicional cobrada daqueles que pagam com atrasos.

Lucro Presumido: lucro fiscal (tributário), calculado multiplicando-se um percentual sobre as vendas, servindo de base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social para algumas empresas permitido pelo Fisco.

Lucro Real: lucro fiscal (tributário); lucro que serve de base para cálculo do Imposto de Renda. É calculado no Livro de Apuração do Lucro Real.

Prazo Fixo: aplicações financeiras por um período fixo, também conhecido como depósito a prazo fixo.

? Perguntas e Respostas

1. Qual é a diferença entre Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa?

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a forma científica, perfeita, de apuração de resultado (lucro ou prejuízo), baseando-se no regime ou princípio de competência (Princípio de Competência dos Exercícios).

A DRE narra com perfeição o resultado do período, sendo impossível sua manipulação. Está dentro das determinações da Teoria Contábil.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais. No Brasil com a modificação da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, tornou-se obrigatório (exigido por lei), substituir a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Ainda que seja indispensável para a tomada de decisão, a DFC não é eficiente para apurar com exatidão o resultado (lucro ou prejuízo). Veremos a DFC no Capítulo 8.

Admita que uma empresa vendeu $ 500.000 em determinado período "X1", recebendo (caixa) 60%. Nesse mesmo período, teve $ 400.000 de despesa, e 60% foram pagos.

APURAÇÃO DE RESULTADO X1			
DRE – Competência		**DFC – Caixa**	
Receita Gerada	500.000	Receita Recebida	300.000
(–) Despesa Incorrida	(400.000)	Despesa Paga	(240.000)
Lucro	100.000	Superávit	60.000

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/X1			
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
______	______	______	______
______	______	______	______
Dupl. Receber	200.000	Contas a Pagar	160.000
______	______	______	______
______	______	______	______

Admita que a empresa desejasse que seu lucro tivesse sido maior no período "X1". Na DRE é inalterável. Na DFC é manipulável: bastaria a empresa ter atrasado o pagamento de despesa (nesse caso, o item "Despesa Paga" seria menor e "Contas a Pagar" seria maior) e seu superávit seria maior.

Pelo regime de caixa, se a empresa quisesse ter lucro menor, bastaria liberar seus clientes para postergar a liquidação das duplicatas sem nenhum ônus. Os clientes iriam gostar e a empresa teria menos receita recebida (mais Duplicatas a Receber) reduzindo seu superávit. Outra maneira de reduzir o resultado seria antecipar o pagamento da despesa.

Ora, se o resultado é passível de manipulação, conclui-se que o Instrumento de Apuração não é bom como mensuração de resultado. Daí, preferir-se a DRE para medir o desempenho da gestão do negócio.

Existem outros enfoques de tratamento para a DRE e DFC

De maneira geral, a DFC é tratada como um *fluxo financeiro*, tratando especificamente a movimentação do dinheiro no disponível (caixa e bancos).

A DRE, para fins didáticos, é tratada como um *fluxo econômico*. Rigorosamente, deveríamos tratar como um fluxo contábil; entretanto, comumente, podemos chamar de fluxo econômico.

A ideia de econômico, nesse caso, é que afeta o patrimônio em determinado momento e não afeta o caixa simultaneamente.

Um caso clássico é a depreciação que é *subtraída* no fluxo econômico (DRE), por se tratar de um consumo de ativo (reduz o benefício do Ativo Imobilizado pelo uso, desgaste, pelo passar do tempo, pela perda da eficiência, defasagem tecnológica...), mas não é deduzida no fluxo financeiro (DFC), pois não se trata de um desembolso, saída de dinheiro do caixa.

Há parcelas que aumentam ou diminuem o lucro sem afetar o caixa no momento em que o fluxo econômico é gerado. Daí, de forma simplista, tratar-se de fluxo econômico pelo fato de não representar entrada ou saída de dinheiro no momento em que é gerado:

FLUXO FINANCEIRO (MONETÁRIO) × FLUXO ECONÔMICO (CONTÁBIL)		
Receita Recebida (entrou no caixa)	⇔	Receita Gerada (mesmo que não tenha sido recebida)
(–) Despesa paga (saiu do caixa)	⇔	Despesa Sacrificada (mesmo que não tenha sido paga)
Resultado Financeiro (DFC)	⇔	Resultado Econômico (DRE)

2. Poderia mostrar um exemplo de Lucro Financeiro e Lucro Econômico?

A seguir, apresentamos um exemplo que diferencia o Lucro Financeiro do Lucro Econômico num caso prático:

Em 1999, fui fazer um cruzeiro por um navio reformado chamado "Rembrandt".

Esse navio, considerado por muito tempo o maior do mundo, foi construído em 1950, sendo aposentado em 1995.

Uma companhia marítima comprou e reformou o navio por US$ 100 milhões, com uma autorização de uso por 10 anos, sendo que, ao concluir esse período, o navio deveria ir para o "cemitério de navios", já que normas internacionais impediam sua continuidade.

De maneira simples, poderíamos dizer que o Balanço Patrimonial foi sintetizado em:

ATIVO		PASSIVO e PL	
______	______	______	______
______	______	______	______
Permanente		**Patrimônio Líquido**	
Imobilizado		Capital Social	
Navio	100.000.000	Grupo Investidores	100.000.000
______	______	______	______
______	______	______	______

Tendo acesso à Demonstração dos Fluxos de Caixa do primeiro ano do navio, também de forma sintética, constatou-se:

DFC		
	Receita Recebida	$ 56.790.400
	(–) Despesa Paga	$ (48.990.400)
	Resultado Financeiro	$ 7.800.000

Aparentemente, o resultado financeiro foi excelente, produzindo um acréscimo de caixa relevante. Há motivos para comemoração? Não.

Vejamos o resultado econômico, admitindo que as receitas e as despesas foram a vista.

DRE			
	Receita	$ 56.790.400	
	(–) Despesa	$ (48.990.000)	
	(–) Depreciação	$ (10.000.000)	→ $ 100.000.000/10 anos
	Prejuízo	$ (2.200.000)	

A depreciação é uma despesa. Representa um ativo que perdeu em 10% a sua capacidade de trazer benefícios. O navio tem uma vida útil de dez anos e, portanto, deveremos distribuir dez parcelas de despesa nesse período.

O raciocínio é simples: se alugássemos ou fizéssemos *leasing*, não teríamos que subtrair tal despesas a cada ano? Sim. A depreciação é equivalente. A diferença é que a depreciação é um fato econômico (no momento, não há saída de dinheiro do caixa), enquanto o aluguel é financeiro (há saída de dinheiro do caixa).

Pela DFC, a persistir o resultado, em dez anos teríamos $ 78.000.000, montante este que não compensaria os donos do negócio que investiram $ 100.000.000. Assim, o negócio está tendo prejuízo, como mostra a DRE (fluxo econômico).

Assim, a decisão correta deverá ser tomada com a DRE. Para apenas "empatar" o investimento o "lucro econômico" teria que ser zero e o fluxo de caixa em $ 10.000.000 anuais. Para isso, teria que se aumentar a receita e/ou reduzir despesas.

Mesmo gerando recursos para igualar o investimento, economicamente o negócio seria péssimo para os investidores. Para o negócio ser viável, os investidores teriam que ter um retorno do capital que ultrapassasse uma rentabilidade mínima (custo de oportunidade) que eles teriam se investissem no mercado (poupança, bancos...).

Vamos admitir que, em dez anos, aplicando em poupança, os investidores tivessem 20% de juros garantidos (conceito de custo de oportunidade), ou seja, $ 120.000.000 acumulados no final daquele período.

Dessa forma, a DFC teria que gerar anualmente um pouco mais de $ 12.000.000.

Nesse caso, poderíamos dizer que o prejuízo econômico é de $ 4.200.000, enquanto o lucro financeiro foi de $ 7.800.000 (enganoso do ponto de vista gerencial).

3. É comum observar atualmente relatórios contábeis com a expressão Ebitda. O que significa isto?

Ebitda é um refinamento na apuração do lucro. Em inglês é identificado como *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*. Em português é chamado popularmente de Lajida (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

Em certo sentido, Ebitda é o Lucro Operacional, obtido na DRE, ajustado, ou ainda equivale ao conceito restrito do Fluxo de Caixa Operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Vamos fazer uma comparação de uma DRE tradicional com uma DRE inovada com o Ebitda: admita uma empresa comercial (neste caso, não tem depreciação no custo), partindo-se da Receita Líquida:

DRE TRADICIONAL		DRE INOVADA	
Receita	1.400.000	Receita	1.400.000
(–) CMV	(600.000)	(–) CMV	(600.000)
Lucro Bruto	800.000	Lucro Bruto	800.000
(–) Despesas Operacionais		(–) Desp. Vendas	(200.000)
de Vendas	(200.000)	(–) Desp. Administrativas	(210.000)
Administrativas (30% e Deprec.)	(300.000)	**EBITDA**	**390.000**
Financeiras (Juros)	(150.000)	(–) Depreciação	(90.000)
Lucro Operacional →	150.000	(–) Desp. Financeiras	(150.000)
(–) Imposto de Renda/ Contr. Social	(70.000)	Lucro Operacional →	150.000
Lucro Líquido	80.000	(–) Imposto de Renda/Contr. Social	(70.000)
		Lucro Líquido	80.000

Ebitda abrange todos os *componentes operacionais* (Desp./Rec. Financeira, a rigor, não são operacionais) e os *componentes com potencial de afetar o Caixa* (amortização, depreciação... não afetam o caixa), mostrando a capacidade que a empresa tem de gerar recursos considerando seu objeto social apenas, seu ramo de atividade, seu negócio básico.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 7.1 Recortar uma Demonstração Financeira de uma indústria alimentícia ou de bebidas e indicar a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Sublinhar (ou circular) o Lucro Líquido do Exercício na Demonstração do Resultado do Exercício e seu trajeto na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

TAREFA 7.2 Arquivar uma página (xerox) do Livro de Apuração do Lucro Real. Para desempenhar essa tarefa, solicitar esse livro a sua empresa ou pesquisar em alguns livros de Contabilidade que abordam o assunto. Entre outras fontes de consulta, podem-se citar: Informações Objetivas, Coad, Mapa Fiscal, *Revista Brasileira de Contabilidade*, *Revista CRC – SP*.

TAREFA 7.3 Anexar a sua pasta um formulário do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Esse formulário pode ser encontrado em qualquer papelaria.

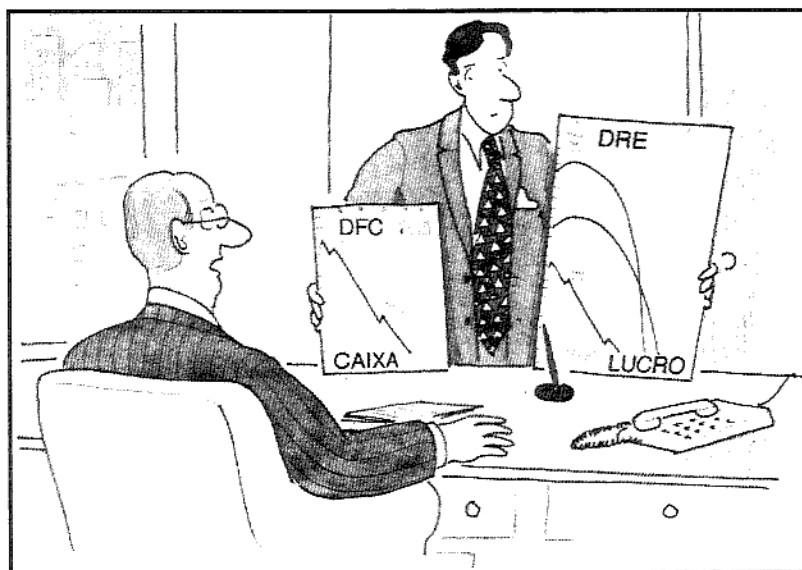
Sublinhar as despesas operacionais estudadas neste capítulo: de vendas, administrativas e financeiras.

Parte II

Ciclo Contábil

"Abrange a captação dos dados gerados na entidade, o processamento destes dados até o levantamento dos Relatórios Contábeis."

8

Demonstração dos Fluxos de Caixa e Plano de Contas

"Após esta brilhante apresentação dos fluxos contábeis devo-lhe dizer que o senhor está demitido. Motivo? – Redução de custos."

O ano 2002 foi considerado o ano negro da Contabilidade. Ainda com os efeitos da bolha da Internet, houve a descoberta das falcatruas contábeis e gerenciais em corporações como a Enron, a Word-Com, a Tyco etc. Também, em função de escândalos contábeis, no caso específico da Enron, houve a falência de uma das mais tradicionais empresas de auditoria: a Arthur Andersen.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

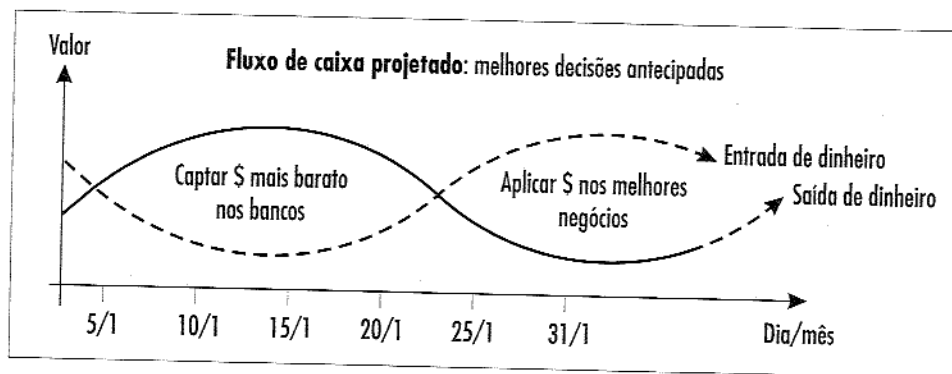
IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

Todo mundo tem seu fluxo de caixa. Por mais simples que uma pessoa seja, ela tem de memória quanto entrou de dinheiro no mês e quanto saiu, quanto foi gasto. Até uma criança que ganha mesada sabe seu fluxo financeiro.

Algumas pessoas mais organizadas têm seu fluxo de caixa através do extrato recebido do banco ou do cartão de crédito, ou ainda fazem anotações em sua agenda, e, em alguns casos, montam uma planilha em seu *laptop*.

Uma dona de casa, além de ter, nem que seja na memória, seu fluxo de caixa, vai mais longe: projeta seu fluxo de caixa (orçamento financeiro) para saber quanto ela pode gastar até o final do mês.

Entre as três principais razões de falências ou insucessos de empresa, uma delas é a falta de planejamento financeiro ou a ausência total de fluxo de caixa e a previsão de fluxo de caixa (projetar as receitas e as despesas da empresa).

Sem um fluxo de caixa projetado a empresa não sabe antecipadamente quando precisará de um *financiamento* (e normalmente sai desesperada, quando seu caixa estoura, fazendo as piores operações que existem: cheque especial, desconto de duplicatas...) ou quando terá, ainda que temporariamente, sobra de recursos para *aplicar* no mercado financeiro (ganhando juros, reduzindo o custo do capital de terceiros emprestado). Daí os insucessos financeiros.

POR QUE A CONTABILIDADE NO BRASIL DÁ POUCO VALOR À DFC

Ainda que nos EUA seja o relatório preferido, mais utilizado, no Brasil é uma demonstração quase desprezada. A maioria dos Escritórios de Contabilidade que presta serviços às micro e pequenas empresas (em torno de 90% das empresas brasileiras) não faz a DFC, comprometendo o sucesso gerencial de seus clientes.

Uma das razões é a cultura do empresário brasileiro que não gosta de revelar a origem e uso de seu dinheiro, entendendo que é uma informação de foro íntimo. Aliás, ninguém gosta de prestar contas (até mesmo para a esposa) de onde foi gasto seu dinheiro.

Outra razão é que a DFC não era um relatório obrigatório por lei no Brasil (ao contrário dos EUA), não se exigindo da classe contábil sua elaboração. A partir de 2008 passou a ser exigida pela Lei nº 11.638/07.

Uma terceira razão é o índice de sonegação por parte de nossos empresários, que trabalham com o famoso "Caixa 2" pelo qual movimentam o dinheiro sonegado, ilícito. Assim, esses dados não são trazidos à luz para a contabilidade registrar.

Por outro lado, sem fluxo de caixa fica quase impossível projetar, planejar financeiramente. Sem orçamento (planejamento financeiro) é impossível ter uma administração sadia.

TIPOS DE FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa poderia apenas medir o resultado do período (Modelo Operacional) em termos financeiros (Resultado do Negócio – semelhante a uma DRE) ou ser um Modelo Completo, incluindo todas as alterações no caixa, as de investimentos (compra e venda de ativo...) e as de financiamento (obtenção de novos recursos no mercado...)

Admita que a Empresa Simples teve as seguintes movimentações no Caixa:

DADOS DO MÊS DE AGOSTO/X9		DFC – OPERACIONAL		DFC – COMPLETO	
Entrada (recebimentos)		Receita recebida	950.000	**Atividades Operacionais**	
Receita recebida	950.000	(–) Despesas pagas	(800.000)	Rec. recebida	950.000
Financiamento obtido	450.000	Caixa gerado no negócio	150.000	(–) Desp. pagas	(800.000)
	1.400.000			Caixa gerado no negócio	150.000
Saídas (pagamentos)		Este modelo é bom para comparar com a DRE		**Financiamentos**	
Despesas pagas	(800.000)			Empréstimos obtidos	450.000
Aquisição de imobilizado	(420.000)	Fluxo Financeiro × Econômico		**Investimentos**	
	(1.220.000)	(DFC) × (DRE)		Aquisição de imobilizado	(420.000)
Resultado	180.000			Resultado	180.000

Nesse caso, o Modelo Completo é um instrumento mais rico e revelador. Todavia, como veremos à frente, o Modelo Operacional é bastante prático na comparação dos dois fluxos (DFC × DRE).

A DFC pode ainda ser dividida em modelo direto e indireto.

No modelo direto, conforme o exemplo mencionado, destacam-se objetivamente as entradas e saídas de dinheiro, informando-se a origem (fonte) e o uso (aplicação). É um modelo mais revelador e facilmente analisado pelo leigo em contabilidade.

No modelo indireto, as variações no caixa decorrentes da atividade operacional são identificadas pelas mudanças no capital de giro da empresa (circulantes). Por exemplo, um aumento na conta estoque pressupõe redução do caixa, pois provocará um desembolso adicional. Uma redução da conta fornecedores pressupõe também uma redução do caixa, pois saiu dinheiro para pagamento da dívida com fornecedores. Nesse modelo, parte-se do lucro do período.

ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Uma das forma mais simples seria a empresa processar todas as movimentações financeiras nos moldes do Livro Caixa.

Outra forma muito usada é avaliar as movimentações do BP e DRE. Como exemplo, vamos continuar com a Empresa Simples (Em R$ mil):

BP					
Ativo			**Passivo**		
	31/7/X9	31/8/X9		31/7/X9	31/8/X9
Circulante			**Circulante**		
Disponível	200	380	Contas a Pagar	300	400
Dupl. Receber	600	750	**Não Circulante**		
	800	1.130	Financiamentos (ELP)	300	750
Não Circulante			**Patrimônio Líquido**		
Imobilizado	500	920	Capital	800	800
Intangível	200	200	Reservas de Lucros	100	300
	700	1.120		900	1.100
Total	1.500	2.250	Total	1.500	2.250

DRE – AGOSTO de X9	
Receita	1.100
(–) Despesas	(900)
Lucro Líquido	200

DLPAC	
Lucros Acumulados	100
+ Lucro do mês	200
Saldo final acum.	300

A DFC visa explicar por que o "disponível" (caixa + bancos) variou de $ 200 para $ 380 e como houve o acréscimo no caixa em $ 180.

Modelo Direto

Iniciamos pela DRE: da Receita $ 1.100, apurada pelo regime de competência, quanto entrou no caixa? Receita gera Duplicatas a Receber. A empresa tinha $ 600 a receber + $ 1.100 de vendas, deveria ter $ 1.700 de Duplicatas a Receber. Como ela só tem $ 750 a receber, significa que a diferença $ 950 [$ 1.700 (–) $ 750] foi recebida, entrou no caixa (item a).

Das Despesas de $ 900, apuradas pelo regime de competência, se nada fosse pago deveria estar em Contas a Pagar no Passivo. A empresa tinha $ 300 a pagar + $ 900 de novas despesas, deveria ter $ 1.200 de Contas a Pagar. Como ela só tem $ 400, a diferença, $ 800 [$ 1.200 (–) $ 400], foi paga, saindo do caixa (item b).

Assim, deveríamos analisar conta por conta na DRE. Terminando a Análise da DRE, vamos para o BP apreciar cada conta ainda não analisada, exceto o disponível, que é o alvo da análise (sua variação).

O "Imobilizado" aumentou de $ 500 para $ 920. Esse aumento parece ser novas aquisições. Nesse caso, tal acréscimo de $ 420 (item c) pode ser visto como uma saída de caixa.

O "Intangível" não sofreu variação, assim não afetou o caixa.

"Financiamentos" aumentou de $ 300 para $ 750. Este acréscimo significa novos financiamentos em $ 450 (item d) significando entrada de dinheiro.

A conta Capital não alterou, não afetando o caixa. A conta Lucros Acumulados foi indiretamente analisada ao considerarmos Receita e Despesa. Assim, teremos:

Entradas no Caixa		
a) Receita recebida	$ 950	
d) Novos financiamentos	$ 450	1.400
(–) **Saídas do Caixa**		
b) Despesas pagas	($ 800)	
c) Compra de Imobilizado	($ 420)	(1.220)
Acréscimo no Caixa		180

Modelo Indireto

Iniciamos pelo Lucro do Exercício. Em quanto o L. L. afetou o Caixa?

Considere que o L. L. é obtido na DRE, que é um fluxo econômico. Assim, o lucro deverá sofrer alguns ajustes para neutralizar os itens econômicos que o afetaram. Por exemplo, se houvesse depreciação, para neutralizar o efeito da redução no lucro, teríamos que adicioná-la ao lucro. Como não há depreciação, o L. L. fica integral no valor de $ 200 (item a).

Em seguida, deveremos analisar as Variações no Capital em Giro (Ativo e Passivo Circulantes) que afetaram o caixa.

No Ativo Circulante, temos apenas Duplicatas a Receber, que variou em $ 150 (item b), de $ 600 para $ 750. Para o caixa, os aumentos em Contas a Receber não são considerados bons, pois postergam, adiam recebimentos. Se houvesse redução de Contas a Receber há indicação de antecipação de recebimento, entrando dinheiro no caixa mais rapidamente.

Por outro lado, no Passivo Circulante, o aumento de Contas a Pagar é bom para o caixa, pois se estará adiando ou postergando pagamento. O aumento em $ 100 (item c), de $ 300 para $ 400, é bom.

De maneira geral, acréscimos no Ativo Circulante são ruins para o caixa. Diminuições de Contas do Ativo Circulante aumentam o caixa, são boas.

Aumento no Passivo Circulante é bom para o caixa, demora-se mais para pagar. Redução de Contas do Passivo Circulante é ruim, pois está saindo dinheiro do caixa muito rápido, não está havendo alavancagem (postergação de dívidas).

As demais contas do BP são analisadas como o Modelo Direto. Assim, temos:

DFC
Modelo Indireto

Lucro Líquido	200		
+ Depuração	– 0 –	200	(a)
Variações no Capital de Giro			
Ativo Circulante			
Aumento Duplic. Receber		(150)	(b)
Passivo Circulante			
Aumento de Contas a Pagar		100	(c)
Caixa Gerado no Negócio		150	
Financiamentos			
Empréstimos obtidos		450	
Investimentos			
Aquisição de Imobilizado		420	
Acréscimo no Caixa		180	

Tanto o Modelo Direto como o Indireto levam ao mesmo Fluxo de Caixa Operacional: gerado nos negócios

Comparação dos Fluxos Econômico *versus* Financeiro

FLUXO	DRE – ECONÔMICO	DFC – FINANCEIRO	VARIAÇÃO	ANÁLISE EM RELAÇÃO AO DFC
Receita	1.100	950	(150)	Ruim, recebeu menos do que vendeu
(–) Despesas	(900)	(800)	100	Bom, pagou menos do que gastou
Resultado Operacional	200	150	(50)	Resultado desfavorável
+ Empréstimos Recebidos	– 0 –	450	450	Bom, captou $, melhorou Caixa
(–) Compra de Imobilizado	– 0 –	(420)	(420)	Ruim, sai $ do Caixa
Resultado	200	180	(20)	O Caixa não acompanhou o lucro

ESTRUTURAÇÃO DA DFC

Tanto o modelo Direto como o Indireto devem destacar três tipos de atividades:

a) Operacional (ou Operações)

Normalmente, o caixa é gerado pela venda de bens e serviços, tendo como subtração as despesas operacionais, impostos, participações etc. São as transações ligadas ao objeto social da empresa.

b) Financiamentos

As empresas obtêm caixa através de Financiamentos e Aporte de Capitais. As amortizações de Financiamentos e o pagamento de Dividendos aparecem neste item: a captação de recursos e amortização dos recursos captados.

c) Investimentos

As aquisições de Ativos Permanentes (reposição de Ativos), bem como a venda destes itens devem ser destacadas aqui. As participações em outras empresas também entram neste item.

INTRODUÇÃO AO CICLO CONTÁBIL

> Por que há tanta gente buscando aulas de empreendedorismo? Uma resposta possível é o movimento de migração do emprego da grande para a pequena empresa, que ganhou corpo no Brasil na última década. Enquanto as grandes geraram 88.000 empregos de 1995 a 2000, as pequenas criaram 1,9 milhão de novas vagas. A cada ano nascem em média 500.000 empresas no Brasil. Grande parte, cerca de 50%, morre no primeiro ano de vida, segundo o Sebrae. O motivo? Simplesmente falta de informação e planejamento. O que muita gente está descobrindo agora é que é possível pensar melhor, estudar e planejar, antes de abrir um negócio (Revista *Você S/A*, nº 58, 2003).

PLANO DE CONTAS

Plano de contas é o agrupamento ordenado de todas as contas que são utilizadas pela contabilidade dentro de determinada empresa. Portanto, o elenco de contas considerado é *indispensável para os registros* de todos os fatos contábeis.

Cada empresa, de acordo com sua atividade e seu tamanho (micro, pequena, média ou grande), deve ter seu próprio Plano de Contas. Não há razão, por exemplo, para uma empresa prestadora de serviços relacionar uma conta de Estoque em seu Ativo Circulante, pois, normalmente, não realiza operações com mercadorias.

Assim, também não há necessidade de constar do Realizável a Longo Prazo de uma pequena empresa a conta Empréstimos Concedidos a Empresas Coligadas se não existir nenhuma coligada.

Um Plano de Contas, portanto, deve registrar as contas que serão movimentadas pela contabilidade em decorrência das operações da empresa ou, ainda, contas que, embora não movimentadas no presente, poderão ser utilizadas no futuro.

Quando, por exemplo, um contador planeja o agrupamento de contas de uma indústria de eletrodomésticos, no que tange a impostos incluirá as contas *ICMS a Recolher* (haverá circulação de mercadorias e serviços), *IPI a Recolher* (haverá industrialização de bens) e, se houver perspectiva de a empresa prestar serviços de assistência técnica num futuro bem próximo, incluirá, ainda, *ISS a Recolher.*

PLANO DE CONTAS		
Balanço Patrimonial		**DRE**
1. ATIVO	2. PASSIVO	4.1 Receita 4.1.1 (–) Deduções 5.1 Custo 5.2 Despesas
1.1 Circulante 1.2 Não Circulante 1.2.1 Realizável L. P. 1.2.2 Investimento 1.2.3 Imobilizado 1.2.4 Intangível	2.1 Circulante 2.2 Não Circulante 3. Patrimônio Líquido 3.1 Capital 3.2 Reservas de Lucros	

PLANO DE CONTAS "IMPORTADO"

Embora prejudique o desempenho de seus profissionais contábeis, grande número de empresas "importa" (copia) de outras o Plano de Contas. E ainda que seja "importado" de uma empresa do mesmo ramo de atividade, o tamanho e as características normalmente diferem; o nível do pessoal do departamento de contabilidade, o fluxo de papéis, os equipamentos contábeis, o sistema de pagamentos e recebimentos diferem de uma empresa para outra.

O ideal é cada empresa implantar, dentro dos moldes estabelecidos pela legislação e tradição contábil brasileiras, *seu próprio Plano de Contas*, mesmo que, no decorrer do tempo, sejam feitas algumas alterações com o objetivo de aperfeiçoá-lo.

IMPORTÂNCIA DO PLANO DE CONTAS

Quando uma empresa efetua vendas a prazo, esse procedimento dá origem a uma conta a receber no futuro cujo valor a receber é conhecido como: *Clientes* (são os clientes da empresa que adquirem seus produtos), ou *Duplicatas a Receber* (o comprovante da dívida emitido após a venda), ou *Contas a Receber* (são valores a receber).

Podemos citar ainda muitos outros exemplos em que, para uma mesma operação, são conhecidas *diversas nomenclaturas*, ou seja, diversos títulos de contas que querem dizer a mesma coisa.

O Plano de Contas com um único título para cada conta ou um único título de conta para determinada operação evita, portanto, que diversas pessoas ligadas ao setor contábil (lançadores) registrem um mesmo fato contábil ou uma mesma operação com nomenclaturas diferentes. Dessa forma, com a *padronização dos registros contábeis*, mesmo que haja rotação de profissionais contábeis, não ocorrerá perigo de falta de uniformidade das nomenclaturas.

Na prática, o Plano de Contas é *numerado* ou *codificado* de forma racional, o que facilita a contabilização através de processos mecânicos ou processos eletrônicos. Ressalte-se que, atualmente, a contabilidade manuscrita é praticada em raríssimas situações. Na verdade, como será visto adiante, a contabilidade poderá ser realizada de forma manual (a mão), mecânica (utilizava-se máquinas contábeis, hoje extintas) e eletrônica (utilizando-se o computador).

> Com a estruturação do Plano de Contas pode-se falar em escrituração ou registros contábeis como manda nossa legislação.

PLANO DE CONTAS E O USUÁRIO DA CONTABILIDADE

O elenco de contas e o grau de pormenores num plano de contas dependem do volume e da natureza dos negócios de uma empresa. Entretanto, na estruturação do Plano de Contas devem ser considerados os *interesses dos usuários* (gerentes, proprietários da empresa, governo, bancos etc.).

Para uma grande indústria química, é necessário destacar, para a tomada de decisões, as contas de salários e encargos sociais relativas a pessoal da fábrica, de vendas, pessoal administrativo, honorários da diretoria etc.

Para uma drogaria, contudo, não é interessante para seus usuários tanta minúcia. Poderiam ser destacados apenas os honorários da diretoria e dos demais funcionários. Para um bar ou uma farmácia, uma única conta salários poderia ser o suficiente.

PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO

A seguir, sugerimos um *miniplano de contas*, relativo a uma indústria, com o objetivo adicional de auxiliar o estudante a memorizar ainda mais o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

O *Plano de* Contas proposto foi *codificado* da seguinte maneira.

- Inicia-se com a unidade 1 para todas as contas do *Ativo* com a unidade 2 para todas as contas do *Passivo*; com a unidade 3 para todas as contas do *Patrimônio Líquido*; 4 para todas as contas *Receita e deduções das Receitas* e com a 5 para as contas dedutivas no *Resultado* (Custo, Despesas, Participações etc.).
- Em seguida, adiciona-se um segundo número que representa o grupo de contas do Ativo, do Passivo, e assim por diante. Desse modo, observando o código 1.1, encontra-se o Ativo Circulante (o primeiro 1 é Ativo, o segundo 1 é Circulante), 1.2 Não Circulante, 2.1 Passivo Circulante, 2.2 Passivo Não Circulante etc.
- O terceiro dígito significa a conta do grupo. Assim, observando o código 1.1.1, há:

1. Ativo
1.1 Ativo Circulante
1.1.1 Ativo Circulante – Caixa
1.1.2 Ativo Circulante – Bancos etc.

(Veja Plano de Contas Simplificado na página seguinte.)

COMO ADEQUAR O PLANO DE CONTAS A OUTRAS ATIVIDADES

O plano de contas apresentado está voltado para uma pequena indústria. Como proceder quando desejamos elaborar um plano de contas para uma *empresa comercial?*

Certamente, devem ser consideradas as *peculiaridades da atividade* comercial para conseguir melhor adequação do plano de contas. Um supermercado, por exemplo, tem características bem diferentes de uma revendedora de automóveis, embora ambas as empresas sejam comerciais.

No caso de um plano de contas de um supermercado, não há a conta Duplicatas a Receber (o supermercado só venda a vista) e, muito menos, itens do Imobilizado, tais como: Máquinas, Equipamentos, Ferramentas (são peculiares em uma indústria).

No caso de uma empresa de transportes coletivos (ônibus urbanos), não há as contas Duplicatas a Receber (recebe a vista) e Estoque (não opera com mercadorias). O Imobilizado, todavia, seria elevado no item Veículos.

BALANÇO PATRIMONIAL

1. ATIVO

1.1 Circulante
- 1.1.1 Caixa
- 1.1.2 Bancos
- 1.1.3 Duplicatas a Receber
- 1.1.4 (–) Provisão para Devedores Duvidosos
- 1.1.5 (–) Duplicatas Descontadas
- 1.1.6 Estoques
- 1.1.7 Despesas do Exercício Seguinte

1.2 Não Circulante

1.2.1 Realizável a LP
- 1.2.1.1 Empréstimos a Coligadas
- 1.2.1.2 Empréstimos a Controladas

1.2.2 Investimentos
- 1.2.2.1 Aplicações em Cias. Coligadas e Controladas
- 1.2.2.2 Imóveis para Renda
- 1.2.2.3 Terrenos

1.2.3 Imobilizado
- 1.2.3.1 Imóveis em uso
- 1.2.3.2 (–) Depreciação Acumulada de Imóveis em Uso
- 1.2.3.3 Veículos
- 1.2.3.4 (–) Depreciação Acumulada de Veículos
- 1.2.3.5 Móveis e Utensílios
- 1.2.3.6 (–) Depreciação de Móveis e Utensílios

1.2.4 Intangível
- 1.2.4.1 Marcas e Patentes
- 1.2.4.2 (–) Amortização Acumulada

2. PASSIVO

2.1 Circulante
- 2.1.1 Fornecedores
- 2.1.2 Impostos a Recolher
- 2.1.3 Salários a Pagar
- 2.1.4 Encargos Sociais a Recolher
- 2.1.5 Empréstimos a Pagar
- 2.1.6 Contas a Pagar
- 2.1.7 Títulos a Pagar

2.2 Não Circulante
- 2.2.1 Financiamentos

3. Patrimônio Líquido
- 3.1 Capital
- 3.2 Reservas de Lucros
- 3.3 Lucros Acumulados*

* Conta transitória. Deverá ter saldo zero no final do período pela Lei nº 11.638/07.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

4.1 Vendas Brutas

4.2 (–) Deduções
- 4.2.1 IPI
- 4.2.2 ICMS
- 4.2.3 ISS
- 4.2.4 Devoluções
- 4.2.5 Abatimentos

5.1 (–) Custos dos Produtos Vendidos
- 5.1.1 Matéria-prima
- 5.1.2 Mão de obra Direta
- 5.1.3 Aluguel da Fábrica
- 5.1.4 Energia Elétrica
- 5.1.5 Depreciação de Equipamentos

5.2 (–) Despesas de Vendas
- 5.2.1 Comissão de Vendedores
- 5.2.2 Propaganda
- 5.2.3 Salários do Pessoal de Vendas
- 5.2.4 Devedores Duvidosos

5.3 (–) Despesas Administrativas
- 5.3.1 Aluguel de Escritório
- 5.3.2 Honorários da Diretoria
- 5.3.3 Material de Escritório
- 5.3.4 Salário do Pessoal Administrativo
- 5.3.5 Encargos Sociais

5.4 (–) Despesas Financeiras
- 5.4.1 Juros
- 5.4.2 Comissão Bancária
- 5.4.3 Variação Cambial
- 5.4.4 Receita Financeira
- 5.5.5 (+) Ganhos e Perdas
- 5.5.6 Provisão para Imposto de Renda
- 5.5.7 Participações

Palavras-chaves

Codificação do plano de contas: atribui número aos grupos e às contas do Balanço Patrimonial e DRE, facilitando a contabilidade mecanizada e eletrônica.

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa (*Cash Flow*): mostra as variações no disponível (caixa e bancos) da entidade.

DFC – Modelos Direto e Indireto: formas diferentes de apresentar a DFC. A primeira é mais simples de ser entendida, mostrando a origem e o uso do dinheiro. A segunda é mais complexa, parte do lucro da DRE ajustado e mostra as variações do Capital de Giro que afetam o Caixa.

DFC – Modelo Operacional: analisa a apuração do resultado dos negócios. Modelo Completo abrange todas as movimentações do Caixa, inclusive de Financiamento e Investimento.

Empresas coligadas: quando uma empresa participa com 10% ou mais de outra, tais empresas são denominadas coligadas; ligadas entre si.

Importação de plano de contas: copiar planos de contas de outras empresas. Não é aconselhável, mesmo que sejam as empresas do mesmo ramo de atividades.

Impostos a recolher: impostos a pagar; na verdade, quem paga é o consumidor, a empresa apenas canaliza o imposto ao governo; daí a expressão *Imposto a Recolher* e não *a Pagar*.

Padronização dos registros contábeis: uniformização dos nomes das contas a serem movimentadas pela contabilidade; uniformização de nomenclaturas.

Plano de contas: elenco das contas que serão movimentadas pela contabilidade em virtude das operações realizadas pela empresa.

Processos eletrônicos: utilizam o computador para a elaboração da contabilidade.

Processos mecânicos: utilizam equipamentos (máquinas) contábeis para a elaboração da contabilidade (hoje praticamente extinto).

? Perguntas e Respostas

1. Qual é o modelo mais adequado em termos de DFC: direto ou indireto?

O modelo direto dá mais clareza, principalmente para o leigo em Contabilidade.

É mais revelador e fácil de ser analisado.

O modelo indireto (obrigatório nos EUA) é de difícil compreensão pelo leigo, porém é mais profundo, proporcionando melhores análises.

O fato de o modelo direto ser demasiadamente explícito inibe as empresas para divulgação ao usuário externo. Todavia, para fins internos o modelo direto é mais usado.

A Lei nº 11.638/07 que alterou a Lei das Sociedades por Ações, substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A obrigatoriedade será para as sociedades abertas. Além das sociedades de capital aberto deverão seguir as disposições da Lei, no que diz respeito à escrituração e à elaboração das demonstrações, as sociedades de grande porte. Não ficou definido o modelo da DFC, o direto ou indireto.

A explicação da substituição é que a DOAR é uma demonstração difícil de ser entendida pelo leigo. Porém, a DFC Modelo Indireto é igualmente difícil. Assim, o ideal seria, sim, a DFC no lugar da DOAR, mas DFC Modelo Direto.

2. Por que o Modelo Indireto é mais rico para análise?

Este modelo mostra as variações do Capital de Giro Próprio que afetam o Caixa. Por exemplo, acréscimos sem Duplicatas a Receber (adia recebimento) e Estoque (provoca mais saída do Caixa) são fatos, do ponto de vista puramente financeiro, ruins para o Caixa.

Conclusões como esta levam a empresa a trabalhar com Estoque Mínimo (adequar melhor a política de estoque), trabalhar com uma política mais realista de Vendas a Prazo no sentido de enxugar Duplicatas a Receber (política de crédito, de cobrança, prazo de financiamento de vendas etc.).

Por outro lado, ampliar dívidas não onerosas (fornecedores, salários a pagar...) favorece o Caixa, adiando pagamento. Isso leva a uma adequação do perfil do endividamento (qualidade, quantidade, prazo da dívida).

Em outras palavras, a Análise da DFC Modelo Indireto evidencia objetivamente quais são as operações que prejudicam (ou melhoram) o Caixa e induz políticas gerenciais a corrigir ou aperfeiçoar os resultados financeiros.

3. Por que se diz que a empresa deu lucro contábil e não tem Caixa para pagar suas contas?

O lucro contábil apurado na DRE nem sempre se transforma em Caixa imediatamente (por exemplo, Receita a Prazo). Outras parcelas puramente econômicas não se tornarão caixa por algum tempo.

Na maioria das vezes, o Caixa gerado pelo lucro é imobilizado (aumenta Ativo), sacrificando o Capital de Giro. Outras vezes, o Caixa é destinado à amortização de financiamentos, diminuindo o Passivo. São exemplos de operações que

reduzem o Caixa (diminuindo o resultado financeiro), mas não são tratadas como parcelas subtrativas na DRE (não diminuindo o lucro contábil).

Outras situações de Vendas e Compras desordenadas em termos de cronogramas financeiros, prazos, ciclos operacional e financeiro etc. podem inicialmente evidenciar lucro contábil sem a geração de caixa suficiente. Lógico que compromissos com captação de dinheiro no mercado financeiro poderão trazer ônus financeiro (juros...) que comprometerá o lucro contábil no futuro.

Um bom remédio é, no planejamento da empresa, harmonizar o orçamento operacional (DRE) com o orçamento financeiro (DFC).

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 8.1 Arquivar em sua pasta um plano de contas. Em primeiro lugar, buscá-lo junto à empresa onde você trabalha. Se não for possível, um amigo seu ou uma empresa conhecida pode auxiliá-lo. É possível também obtê-lo num livro de Contabilidade, como o *Manual das sociedades por ações*, da Editora Atlas S.A. Esta última alternativa, no entanto, só deve ser utilizada em caso de serem frustradas as anteriores.

TAREFA 8.2 Busque uma empresa ou publicações (podem ser livros didáticos) que apresente simultaneamente a DFC nos modelos Direto e Indireto.

TAREFA 8.3 Admita que você e dois colegas de sala de aula resolvam montar uma lanchonete. O primeiro sócio foi designado para a produção: a função dele é operacionalizar a atividade, ou seja, trabalhar no balcão. O segundo foi designado para a parte comercial. Além de cuidar do marketing (propaganda, anúncios, luminosos, visual...), também será responsável pelas compras de bebidas e alimentos. Finalmente, você cuidará da parte financeira, será responsável por contatos bancários, folha de pagamento, impostos, contabilidade etc.

Sua primeira preocupação, evidentemente, é montar um pequeno plano de contas para executar a contabilidade. Não esquecer de dar nome à lanchonete.

Fazer esta atividade com mais dois colegas; troquem ideias e endossem o plano de contas.

9

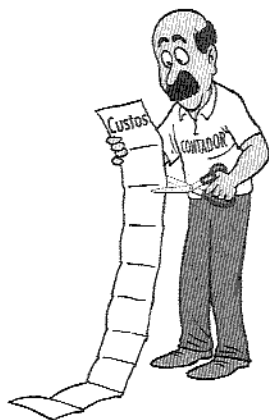
Contabilidade por Balanços Sucessivos

Metodologia do ensino da contabilidade
Aspectos da constituição de uma empresa
Operações

- Constituição do Capital
- Aquisição de Bens a Vista
- Aquisição de Bens a Prazo
- Financiamento a Longo Prazo
- Aquisição de Bens (metade a prazo + metade a vista)

Contabilidade por Balanços Sucessivos

Uma empresa sobrevive sem a Contabilidade de Custos?

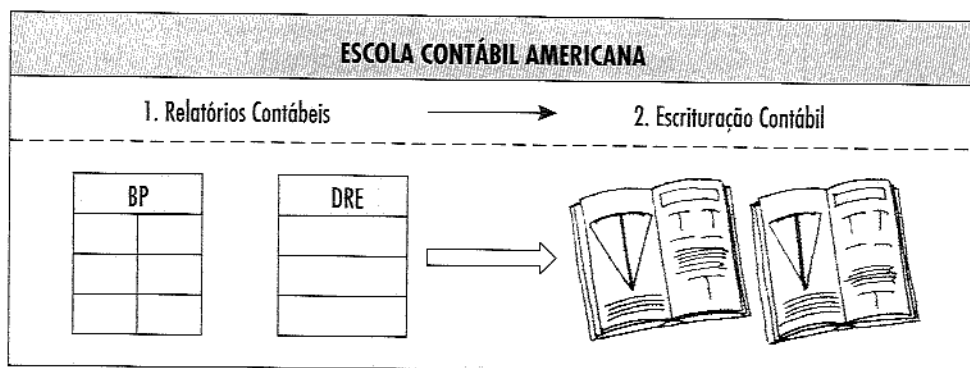
"Muitas empresas refinaram seus processos produtivos na última década, mas ainda há oportunidade de economia em partes mais obscuras dos negócios", afirmou a revista inglesa *The Economist*, no final do ano passado. Essa tese foi reforçada numa reportagem publicada em novembro de 2002 pela *Business Week*. A revista, uma das mais conceituadas publicações de negócios dos Estados Unidos, mostrou que, isoladamente, o crescimento da produtividade das empresas americanas – 25% na última década – já não é capaz de garantir lucros ascendentes. Manter os custos sob controle não é mais questão de opção. É questão de sobrevivência" (CORREA, Cristiane. Mãos de tesoura. *Exame*, São Paulo, nº 789, 9 abr. 2003).

"Nos livros de introdução à contabilidade, a essência da obra de autores americanos (veja Finney & Miller, por exemplo) é a clareza e a didática da exposição. Partem de uma visão de conjunto dos relatórios emanados da contabilidade (o balanço principalmente) para, a partir daí, descer ao nível de detalhe dos lançamentos originários. O aluno tem muito maior interesse e facilidade em aprender dessa forma do que na ordem inversa, pois é assim que evoluiu, historicamente, a contabilidade" (Livro *Teoria da contabilidade*, Capítulo 1).

METODOLOGIA DO ENSINO DA CONTABILIDADE

Na verdade, conforme a opinião de alguns autores de livros sobre Contabilidade, há duas escolas distintas no ensino da Contabilidade:

- *Escola italiana* – parte dos lançamentos contábeis (escrituração) para, no final, chegar às demonstrações financeiras.
- *Escola americana* – parte de uma visão conjunta das demonstrações financeiras, principalmente o Balanço Patrimonial, para, em seguida, estudar os lançamentos contábeis (escrituração) que deram origem a essas demonstrações.

A metodologia americana, de aceitação universal, consolidada no Brasil pela Lei das Sociedades por Ações, em 1976 (de origem nitidamente americana), baseia-se na própria *evolução histórica da Contabilidade*. Nos primórdios da Contabilidade (4.000 a.C.), era feita apenas a contagem da riqueza (demonstração financeira) em momentos distintos; em época mais recente (século XV d.C.), foram introduzidos os lançamentos contábeis.

Este livro segue a Escola americana.

Apresenta-se agora uma sequência de operações monetárias de uma empresa prestadora de serviços (transportadora) que servirá de base para se desenvolver, na etapa seguinte, a escrituração contábil.

ASPECTOS DA CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA

Normalmente, na constituição de uma empresa os proprietários se reúnem para estruturar um contrato que regerá as regras da sociedade. Numa empresa ltda. esse contrato é denominado *contrato social*; numa S.A. chama-se *estatuto*.

Uma das regras fundamentais refere-se ao valor do capital que os proprietários se responsabilizam em conceder à empresa. O compromisso assumido pelos proprietários é real, pois assinam (subscrevem) o contrato. Por isso, o montante de capital assumido por todos os proprietários de conceder à empresa denomina-se Capital Subscrito (capital prometido).

Dessa forma, se os sócios se comprometerem a dar $ 900.000 (em dinheiro ou em bens) para a empresa, esta tem direito de receber dos proprietários esse valor contabilmente, ocorrendo a seguinte situação:

ATIVO		PASSIVO E PL	
Direito		**Obrigações**	
Capital a Receber	900.000	Capital subscrito	900.000
(dos proprietários)		(uma promessa)	

"Capital a Receber" pode ser chamado também *capital a integralizar* ou *capital a realizar*: significa cumprir a promessa, integralizar (realizar) em bens ou dinheiro.

Em uma S.A. os acionistas precisam depositar no Banco do Brasil pelo menos 10% do capital subscrito. Se isto ocorrer, tem-se a seguinte situação:

ATIVO		PASSIVO E PL	
Banco c/Movimento	90.000	Capital subscrito	900.000
Capital a Integralizar	810.000		
	900.000		900.000

Quando os proprietários integralizam todo o capital, a conta "Capital a Integralizar" desaparece. Será considerada uma Companhia Transportadora, como exemplo. Na 1ª operação, a seguir, será considerado todo capital já integralizado.

OPERAÇÕES

CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL

1ª Operação: *Depósito inicial de $ 300.000 por sócio no Banco do Brasil S.A., em 02-12-X1 (a empresa é formada por três sócios).*

Foi visto que o Investimento Inicial realizado pelos sócios é denominado de *Capital*; que o Capital é uma *origem* de recursos derivada dos próprios sócios ou acionistas (Capital Próprio); que toda *origem* de recursos deve ser classificada no lado do Passivo e PL (obrigações exigíveis e não exigíveis, respectivamente); que toda *aplicação* de recursos deve ser classificada no lado do Ativo (Bens + Direitos).

Assim, há bons motivos para classificar *Bancos Conta Movimento* no Ativo: (1) é uma aplicação de recursos; (2) é um direito que a empresa adquire: o de sacar o dinheiro no momento que assim desejar.

Por outro lado, nas Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial), Capital é uma conta de PL e Bancos, de Ativo Circulante. Então:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 2-12-X1

COMPANHIA TRANSPORTADORA

ATIVO (B + D) (Aplicação)		PASSIVO E PL (Obrigações) (Origem)	
Circulante		**Patrimônio Líquido**	
Banco c/Movimento	900.000	Capital	900.000
Total	900.000	Total	900.000

Nesta operação, ocorre um aumento do PL (que era zero) e um aumento do Ativo e, pelo plano de contas apresentado, são utilizadas as contas 1.1.2 e 3.1.1.

ATIVO	PASSIVO E PL
(+) 900.000	(+) 900.000

AQUISIÇÃO DE BENS A VISTA

2ª Operação: em 10-12-X1, a empresa adquire a vista (paga em cheque) um veículo por $ 800.000.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 10-12-X1

COMPANHIA TRANSPORTADORA

ATIVO (Aplicação)		**PASSIVO E PL** (Origem)	
Circulante		**Patrimônio Líquido**	
Bancos c/ Movimento	100.000	Capital	900.000
Não Circulante			
Imobilizado			
Veículo	800.000		
Total	900.000	Total	900.000

Observe-se que o veículo adquirido foi pago (a vista) e o dinheiro, obviamente, foi tirado de bancos; por isso, seu novo saldo passou para $ 100.000 (900.000 – 800.000).

Por outro lado, veículo é uma aplicação, é um bem, por isso foi classificado no Ativo.

É importante lembrar o conceito de Balanço, que se origina de *balança – equilíbrio de dois lados* (pensar, evidentemente, em balança de dois pratos). De fato, os totais são $ 900 mil, tanto no Ativo como no Passivo + PL.

Obtemos, então, $ 900 mil de origem e $ 900 mil de Aplicação: a Aplicação será sempre igual à Origem, uma vez que a empresa não pode aplicar o que não tem.

Observe ainda que o valor do Capital não se alterou com a compra de veículos, pois o Capital representa o valor nominal aplicado pelos proprietários, ou seja, o valor da dívida (não exigível) da empresa para os sócios.

Veículos nesta operação leva a um *aumento* de uma conta do *Ativo → Veículos* e à *diminuição* de outra conta do Ativo → Bancos, pelo mesmo valor. Portanto, houve apenas uma permuta entre duas contas do Ativo.

	ATIVO	PASSIVO E PL
(B)	(–) 800.000	------
	(+) 800.000	------

Pelo plano de contas apresentado, foram utilizadas as contas 1.1.2 e 1.3.6.

AQUISIÇÃO DE BENS A PRAZO

3ª Operação: *em 12-12-X1, a empresa adquire Móveis e Utensílios (Máquinas de escrever, de calcular, Escrivaninhas etc.) a prazo, com pagamento em seis parcelas iguais de $ 20.000, mediante a emissão de uma Nota Promissória*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 12-12-X1
COMPANHIA TRANSPORTADORA

ATIVO		PASSIVO E PL	
Circulante		**Circulante**	
Bancos c/Movimento	100.000	Títulos a Pagar	120.000
Não Circulante		**Patrimônio Líquido**	
Imobilizado		Capital	900.000
Veículo	800.000		
Móveis e Utensílios	120.000		
Total do Não Circulante	920.000		
Total do Ativo	1.020.000	Total do Passivo e PL	1.020.000

Na aquisição de *Móveis e Utensílios*, houve a entrada de mais um bem (Aplicação de Recursos) na empresa. Por outro lado, quem originou a aplicação foi uma dívida contraída com o fornecedor de Móveis e Utensílios. Como a dívida terá o prazo de pagamento de seis meses, foi classificada no Passivo Circulante (Curto Prazo: até 365 dias).

Observe-se que, embora não houvesse ainda pagamento, Móveis e Utensílios já é *propriedade da empresa* e na Contabilidade é registrado por seu custo total de aquisição. Se, por exemplo, tivesse sido efetuada metade dessa aquisição, mesmo assim a conta Móveis e Utensílios seria registrada pelo valor total da aquisição.

É importante salientar que, por ocasião do pagamento das parcelas restantes, *não mais se movimentará* a conta *Móveis e Utensílios*. No pagamento, por exemplo, da primeira parcela de $ 20.000, o saldo da dívida será $ 100.000 (120 – 20) e o Caixa ou Bancos diminuirá $ 20.000. Portanto, haverá uma redução no Ativo e Passivo em $ 20.000, mas o valor de Móveis e Utensílios continuará sendo $ 120.

Nessa operação de aquisição de Móveis e Utensílios adiciona-se uma conta de Passivo e uma conta de Ativo. Foram utilizadas aqui as contas 1.3.8 e 2.1.7 do plano de contas exposto.

	ATIVO	PASSIVO E PL
(C)	(+) 120.000	(+) 120.000

FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO

4ª Operação: *em 15-12-X1, a empresa adquire um financiamento, por três anos, no valor de $ 200.000.*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 15-12-X1
COMPANHIA TRANSPORTADORA

ATIVO		PASSIVO E PL	
Circulante		**Circulante**	
Bancos c/Movimento	300.000	Títulos a Pagar	120.000
Não Circulante		**Não Circulante**	
Imobilizado		Financiamentos	200.000
Veículo	800.000	**Patrimônio Líquido**	
Móveis e Utensílios	120.000	Capital	900.000
Total do Não Circulante	920.000		
Total do Ativo	1.220.000	Total do Passivo e P. L.	1.220.000

Normalmente, Empréstimos Bancários e Financiamentos obtidos pela empresa são depositados em sua conta bancária Nessa operação, ocorreu uma *aplicação* de $ 200 mil (Ativo) e uma *origem* de idêntico valor. A origem (dívida) de recursos foi classificada no Exigível a Longo Prazo (Não Circulante), pois se trata de uma obrigação cujo vencimento supera 365 dias.

Nesta altura, pode-se constatar que, em qualquer transação, no registro contábil, *pelo menos duas contas são afetadas*. Não há caso em que apenas uma conta seja alterada, mas, como foi visto até aqui, pelo menos duas contas têm seus valores modificados. Isso é explicado pelo fato de, em qualquer operação, sempre haver uma *origem* (fonte) e uma *aplicação* de recursos.

Na operação nº 4 ocorreu o aumento de uma conta do Passivo no valor de $ 200.000 e o acréscimo, pelo mesmo valor, de uma conta do Ativo. Conforme o Plano de Contas, foram movimentadas a 1.1.2 e a 2.2.1.

	ATIVO	PASSIVO E PL
(D)	(+) 200.000	(+) 200.000

AQUISIÇÃO DE BENS (METADE A PRAZO + METADE A VISTA)

5ª Operação: *em 31-12-X1, a empresa adquiriu Materiais de Escritório (lápis, clipes, grampeadores e outros) por $ 50.000. Metade desse material foi paga a vista (em cheque) e metade será paga em 60 dias.*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-12-X1

COMPANHIA TRANSPORTADORA

ATIVO		PASSIVO E PL	
Circulante		**Circulante**	
Bancos c/Movimento	275.000	Fornecedores	25.000
Materiais de Escritório	50.000	Títulos a Pagar	120.000
Total do Ativo Circulante	325.000	Total do Circulante	145.000
Não Circulante		**Não Circulante**	
Imobilizado		Financiamentos (ELP)	200.000
Veículo	800.000	**Patrimônio Líquido**	
Móveis e Utensílios	120.000	Capital	900.000
Total do Não Circulante	920.000		
Total do Ativo	1.245.000	Total do Passivo e PL	1.245.000

Com o pagamento de $ 25.000 (metade do valor da aquisição de Materiais para Escritório), do depósito em bancos é diminuída aquela quantia. A outra metade refere-se à promessa de pagamento no futuro. A conta de dívida escolhida foi Fornecedores (poderia, no entanto, ser Contas a Pagar).

Observe-se que o fato de ter paga apenas a metade é indiferente (não o seria para a contabilidade pelo regime de caixa), por isso escritura-se o gasto pelo

total que será alocado (transferido, distribuído) para despesa no momento de seu consumo.

Nesta operação, movimentam-se três contas:

Pela aquisição (aplicação):	Pelo pagamento (origem):
$ 50.000 Materiais p/Escritório (1.1.6)	$ 25.000 (Bancos c/Movimento 1.1.2)
	$ 25.000 Fornecedores (2.1.1)

	ATIVO	PASSIVO E PL
(E)	(+) 50.000	(+) 25.000
	(–) 25.000	

CONTABILIDADE POR BALANÇOS SUCESSIVOS

A contabilidade por balanços sucessivos é bastante simples: a cada operação realizada pela empresa faz-se a alteração em um novo balanço.

Bastante simples, também, é averiguar se as modificações evidenciadas no balanço estão corretas ou não:

- Observa-se se o total do lado do Ativo é igual ao total do lado do Passivo + Patrimônio Líquido.
- Observa-se se o valor da operação inserido no balanço no lado do Ativo é igual ao do lado do Passivo + Patrimônio Líquido.

Na operação 1, foram inseridos + 900.000 no Ativo, assim como o mesmo valor no Passivo + PL.

Na operação 2, não foram inseridos valores adicionais no Ativo nem no Passivo e PL. Houve apenas uma permuta no Ativo.

Na operação 3, foram inseridos + $ 120.000 nos dois lados.

Na operação 4, foram adicionados $ 200.000 (Financiamento) no Passivo e $ 200.000 (Bancos) no Ativo.

Na operação 5, foram acrescentados $ 25.000 no Passivo (Fornecedores) e $ 25.000 no Ativo (+ 50.000 de Materiais de Escritório e (–) 25.000 baixados de Bancos para pagamento). Repare-se que haverá sempre equilíbrio entre Ativo e Passivo + Patrimônio Líquido. Daí a *Equação Contábil*: Ativo = Passivo + PL.

Palavras-chaves

Balanços sucessivos: elaboração de um novo balanço para cada nova operação empresarial.

Capital a integralizar: capital a ser entregue à empresa na forma de bens ou dinheiro; capital a receber pela empresa, capital a realizar.

Contrato social: contrato que estabelece as regras para uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Capital subscrito: capital comprometido pelos proprietários: assinado, subscrito.

Equação contábil: igualdade dos dois lados do balanço, equilíbrio. Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido.

Escola Contábil americana: de acordo com a evolução histórica da Contabilidade, parte dos relatórios contábeis para se chegar aos lançamentos contábeis.

Escola Contábil italiana: metodologia que parte dos lançamentos contábeis para chegar às Demonstrações Financeiras.

Estatuto: contrato que estabelece as regras para uma sociedade anônima.

Lançamentos contábeis: escrituração contábil; registros contábeis.

? Perguntas e Respostas

1. Como a classe contábil reagiu ao novo Código Civil no que tange à escrituração?

A Revista *Você S/A*, nº 58/03, diz:

"A profissão contábil, uma das mais antigas do mundo, passa por uma verdadeira revolução no Brasil. A transformação começou em Janeiro, quando entrou em vigor o novo Código Civil brasileiro. A nova legislação, se não reinventou a contabilidade, fortaleceu a carreira de contabilista. Daqui para frente deve promover a criação de novos postos de trabalho nas empresas limitadas (de capital fechado) e estabelecer novas responsabilidades para quem assina os livros-caixa. O balanço, pelas novas regras, transformou-se numa peça capaz de enquadrar criminalmente o contador, o administrador e os sócios. Eles são obrigados a cobrir com seus próprios bens os prejuízos causados por fraudes.

Segundo especialistas da área, isso vai ajudar a acabar com aquela ideia de que o contador é um meio "despachante". Ou seja, alguém que

apenas registra os atos e fatos da empresa, um burocrata, um emissor de notas que surge na história sempre depois das ações da companhia. Um profissional sem voz para dar palpites nem força para evitar deslizes administrativo e financeiro.

No Brasil isso é de importância fundamental, já que, segundo dados do conselho, mais de 80% das empresas limitadas do país não têm nenhuma prestação de contas, o que prejudica a transparência dos negócios e, consequentemente, a saúde financeira delas. 'É por isso que tem tanta pequena empresa quebrando com apenas dois anos de vida no Brasil' (...) No curto prazo, mais de 1 milhão de empresas precisarão de contador. Nem que seja para fazer a escrituração simplificada. Esse caso valerá também para os pequenos empresários, que poderão usar regularmente dois livros: o caixa propriamente dito e o Registro de Inventário. Para empresas com receitas anuais acima de 1,2 milhões de reais, a exigência do novo Código é formal. Regulamenta as responsabilidades dos cotistas das limitadas, que abrangem mais de 98% das pessoas jurídicas do Brasil."

2. O que exatamente o NCC fala sobre o contador?

O art. 1.182 dispõe que a escrituração ficará sob responsabilidade do *contabilista* legalmente habilitado, salvo se nenhum houver na localidade.

O art. 1.184 dispõe o Livro Diário e o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado Econômico (DRE) serão assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

Os arts. 1.177 e 1.178 falam sobre prepostos (o contador é visto como um preposto da empresa):

> "Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.
>
> Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.
>
> Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
>
> Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor."

3. Qual é o ponto principal do NCC em relação à Contabilidade?

É a obrigatoriedade da prestação de contas. Vai haver melhora na qualidade das informações de negócio, promovendo mais transparência, controles internos mais adequados e, consequentemente, mais confiabilidade das empresas.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 9.1 Na Tarefa 8.3 você montou uma lanchonete com três amigos. Deu-lhe um nome e preparou um plano de contas para suas atividades. Agora você fará um contrato social para sua empresa, com pelo menos quatro regras; uma delas deverá dispor sobre o capital subscrito a integralizar. Para realizar essa tarefa, pesquise no novo Código Civil (ou em livros de Contabilidade Comercial ou outros atualizados com o NCC) como é que se realiza um contrato social.

Esta atividade pode ser realizada com mais dois colegas. Não esquecer de assinar o contrato social.

TAREFA 9.2 Procurar em sua biblioteca ou da escola um livro sobre balanços sucessivos (Escola Contábil Americana) e outro cuja abordagem não seja essa (normalmente, de origem italiana). Indicar ambos os livros, com o nome dos autores e editoras respectivas.

TAREFA 9.3 Sempre que uma empresa é constituída, deve-se fazer a notificação publicamente através do Diário Oficial.

Recortar uma matéria de constituição de uma empresa (original) e arquivar em sua pasta.

10

Contabilização das Contas de Balanço – Débito e Crédito

"Nunca posso me desfazer desta minha escrivaninha. Ela é mais importante que meu microcomputador. A gaveta do lado esquerdo tem um 'D' marcado, para eu nunca esquecer que Débito é o lado esquerdo. A gaveta direita tem um 'C' inscrito, pois Crédito é o lado direito. Há mais de 20 anos esta escrivaninha tem sido minha memória."

O **Razonete** nada mais é que um **Razão simplificado**.

É de grande utilidade no ensino da Contabilidade, pois, através dele, é possível controlar o movimento de todas as contas utilizadas na escrituração, de maneira bem simplificada.

Sendo assim, para controlar o movimento das contas, em substituição ao livro Razão, didaticamente podemos utilizar gráficos em **T**, em número igual ao de contas existentes na escrituração do livro Diário.

Esse mesmo gráfico em **T** já foi aplicado para representar o Balanço Patrimonial. Agora, porém, ele será empregado para controlar o movimento individualizado das contas (Livro: *Contabilidade básica fácil*, Cap. 7).

MÉTODO BALANÇOS SUCESSIVOS

A metodologia empregada no Capítulo 9 (Contabilidade por balanços sucessivos), embora seja correta e facilite a visualização do processo contábil, apresenta uma inconveniência em seu aspecto prático: não é recomendável quando a empresa realiza muitas operações (que é o caso de quase todas as empresas). Imagine-se uma empresa com mil operações diárias: teria de fazer mil balanços sucessivos, o que seria impraticável.

Dessa forma, sem perder de vista esta metodologia, utiliza-se outro processo mais prático: o *controle individual por contas*, registrando-se aumentos e diminuições em cada conta isoladamente. No final de um período predeterminado, relacionam-se todas as contas, de forma resumida e ordenada, e chega-se ao Balanço Patrimonial.

1ª Parte: controle individual por contas				2ª Parte: Balanço Patrimonial	
Bancos	Estoque	Capital	Financiamento	Ativo	Passivo e PL
				Bancos Estoque	Financ. Capital

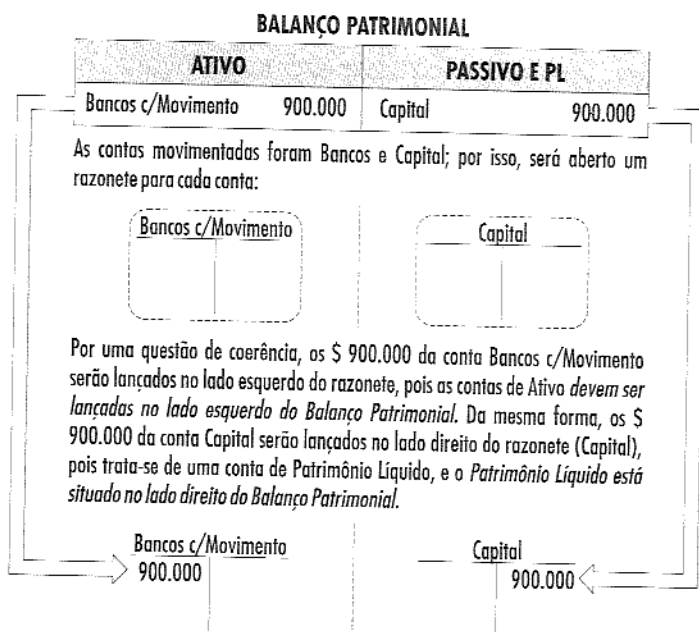
RAZONETE

É uma representação gráfica em forma de T bastante utilizada pelos contadores. É um *instrumento didático* para desenvolver o raciocínio contábil. Através do razonete são feitos os registros individuais por conta, dispensando-se o método por balanços sucessivos.

Como o balanço, o razonete tem dois lados; na parte superior do razonete coloca-se o título da conta que será movimentada.

Para cada conta do Balanço Patrimonial abre-se um razonete e nele realiza-se a movimentação. De um lado, registram-se os *aumentos*, de outro, as *diminuições*. A natureza da conta (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) determina que lado deve ser utilizado para aumentos e que lado deve ser utilizado para diminuições, como será visto ainda neste capítulo.

LANÇAMENTOS NOS RAZONETES

1ª Operação: *Constituição da Companhia Transportadora com um capital de $ 900.000 (PL) aplicado totalmente na conta Bancos c/Movimento.*

Conclusões: a) Toda conta de Ativo e todo acréscimo de Ativo serão lançados, por coerência, no *lado esquerdo do razonete.*

b) Toda conta de Passivo ou Patrimônio Líquido, bem como os acréscimos, por coerência, serão lançados no *lado direito do razonete.*

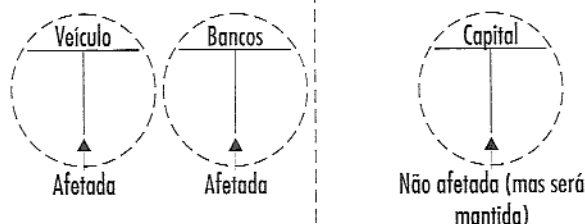
2ª Operação: *A Companhia Transportadora adquire um veículo por $ 800.000 e realiza o pagamento a vista, utilizando dinheiro do Banco c/Movimento.*

ATIVO		PASSIVO E PL	
Bancos c/Movimento	900.000	Capital	900.000
Veículo	800.000		
Total	900.000	Total	900.000

As contas movimentadas foram Bancos c/Movimento e Veículo. Nesta operação há necessidade de abrir apenas a conta Veículo, pois a conta Bancos já foi aberta na operação anterior e indica um *saldo* de $ 900.000. Embora a conta Capital não tenha sido afetada, ela será mantida pela contabilidade.

Veículo — Afetada

Bancos — Afetada

Capital — Não afetada (mas será mantida)

A conta Veículo, por ser uma conta de Ativo (lado esquerdo), receberá o valor de $ 800.000 no lado esquerdo do razonete. No entanto, a conta Bancos foi reduzida em $ 800.000, sobrando (saldo) $ 100.000. Dessa forma, o saque bancário ($ 800.000) será indicado no *lado direito do razonete, que, para as contas de Ativo, representará o lado das diminuições.*

Veículo	
800.000	

Bancos c/Movimento	
900.000	800.000

= 900.000 (800.000) 100.000 saldo =

Bancos c/Movimento	
900.000	800.000
100.000	

Conclusões: c) Toda diminuição de Ativo será lançada no lado *direito do razonete.*

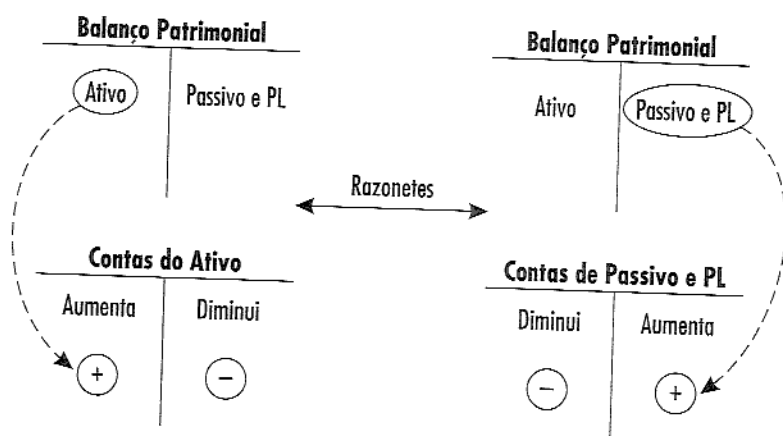
d) Toda diminuição de Passivo e Patrimônio Líquido será lançada no *lado esquerdo do razonete.*

PAUSA PARA MEMORIZAR AS REGRAS

Como já foi visto, o razonete registra as movimentações por conta (individualmente). Coloca-se o título da conta na parte superior; *de um lado da conta registram-se os aumentos, de outro, as diminuições.*

A *natureza da conta* (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) determina que lado do razonete deve ser utilizado para aumentos e que lado deve ser utilizado para diminuições.

Tratando-se de conta de Ativo, por coerência deverá figurar no lado esquerdo do Balanço Patrimonial; todos os aumentos serão lançados no lado esquerdo do razonete e, por uma questão algébrica, as diminuições serão lançadas no lado direito. Um lado, portanto, representa valores positivos (lado esquerdo) e outro, valores negativos (lado direito) – isto para as contas de Ativo.

Tratando-se de conta de Passivo e PL encontramo-las no lado direito do Balanço Patrimonial; por coerência, todos os aumentos serão lançados no lado direito do razonete, e as diminuições, no lado esquerdo do razonete. Ao contrário do Ativo, nas contas de Passivo e PL, no lado direito, temos a representação dos valores positivos e, no lado esquerdo, valores negativos.

DÉBITO E CRÉDITO

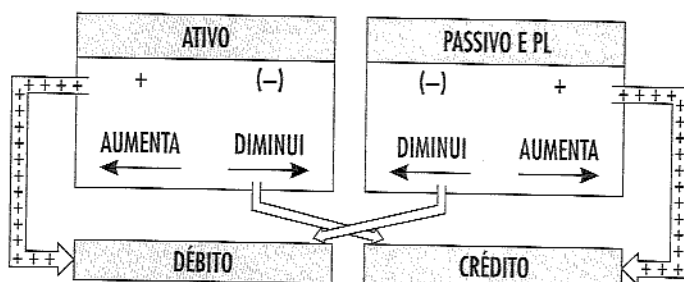
Tecnicamente, seria inadequado denominar *lado esquerdo* e *lado direito* da conta (ou do razonete). O lado esquerdo chama-se *débito* e o lado direito, *crédito*.

> Por muito tempo, no Brasil, conceitos de débito e crédito foram dados aos estudantes de Contabilidade de maneira complexa, de forma tal que muitos contadores deixavam a faculdade sem saber debitar e creditar.
>
> A tentativa de conceituar débito e crédito encontrava séria resistência no iniciante em Contabilidade, pois era levado a pensar que débito significava coisa desfavorável e crédito significava coisa favorável.
>
> Com o advento da Escola Contábil Americana no Brasil, basicamente introduzida pelo livro *Contabilidade introdutória* por uma equipe de professores da FEA/USP, houve uma notável simplificação para o estudante de Contabilidade, uma vez que essa escola dispõe que tais denominações (débito e crédito), "atualmente, são simplesmente convenções contábeis".
>
> Dessa forma, em vez de se chamar "lado esquerdo do razonete", denomina-se débito (portanto, débito é como se chama o lado esquerdo de uma conta e *crédito* é o nome do lado direito da conta).

RAZONETES

Dessa forma, *debitar* significa lançar valores no lado esquerdo de um razonete; *creditar* significa lançar valores no lado direito de uma conta (ou razonete).

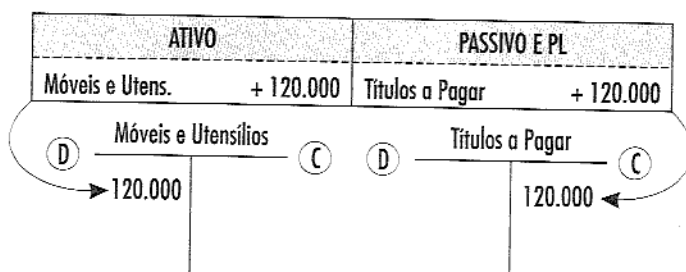
Regras Gerais

- Todo aumento de Ativo (lança-se no lado esquerdo do razonete): debita-se.
- Toda diminuição de Ativo (lança-se no lado direito do razonete): credita-se.
- Todo aumento de Passivo e PL (lança-se no lado direito do razonete): credita-se.
- Toda diminuição de Passivo e PL (lança-se no lado esquerdo do razonete): debita-se.

Apresentam-se, a seguir, as operações da Companhia Transportadora, utilizando-se os termos *débito* e *crédito*.

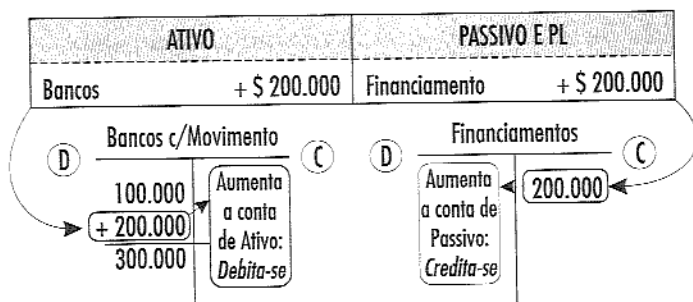
3ª Operação: *a Companhia Transportadora adquire móveis e utensílios a prazo por $ 120.000; o comprovante da dívida serão notas promissórias (Títulos a Pagar).*

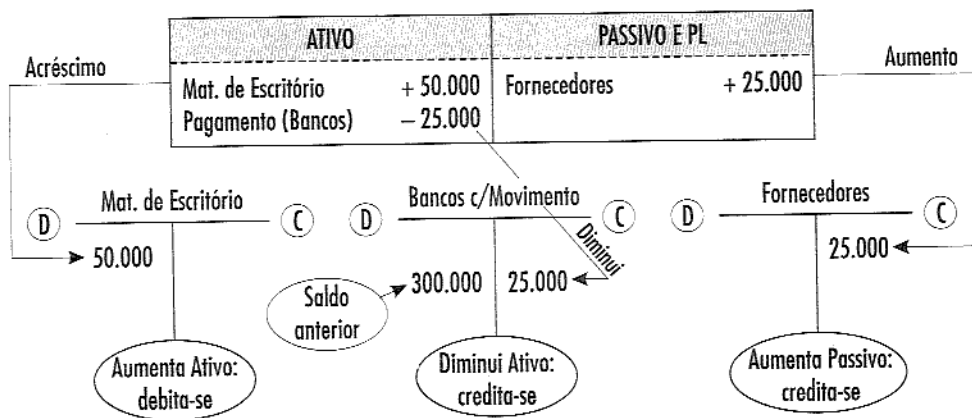
ATIVO		PASSIVO E PL	
Móveis e Utens.	+ 120.000	Títulos a Pagar	+ 120.000

Móveis e Utensílios	
(D)	(C)
120.000	

Títulos a Pagar	
(D)	(C)
	120.000

Nesta operação *debitam-se* $ 120 000 (lançados no lado esquerdo) e *creditam-se* $ 120.000 (lançados no lado direito do razonete).

Resumindo, sempre que houver aumentos em conta de Ativo, lança-se no lado esquerdo (debita-se); sempre que houver aumentos em conta do Passivo ou Patrimônio Líquido, lança-se no lado direito do razonete (credita-se).

4ª Operação: *a Companhia Transportadora contrai um financiamento cuja entrada de dinheiro será lançada na conta Bancos c/Movimento: $ 200.000.*

Observe-se que na conta Bancos já havia $ 100.000. Com o acréscimo de $ 200.000 obtém-se um saldo de $ 300.000.

5ª Operação: *a Companhia Transportadora adquire Materiais de Escritório por $ 50.000; $ 25.000 foram pagos no ato (em cheque: saiu de Bancos) e $ 25.000 foram transformados em dívida com os fornecedores do material.*

SALDO DAS CONTAS

O saldo de dinheiro no banco passa a ser $ 275.000, ou seja, $ 300.000 – $ 25.000:

D	Bancos c/Movimento	C
	300.000	25.000
	275.000	

Esse saldo de $ 275.000, que figura no lado do débito, é denominado *saldo devedor*. Saldo devedor, portanto, ocorre sempre que o débito é maior que o crédito.

No caso de fornecedores, há um saldo de $ 25.000 no lado do crédito; por isso, é denominado *saldo credor*, e ocorre sempre que o crédito é maior que o débito.

Das contas movimentadas até o momento têm-se os seguintes saldos:

Saldo devedor: D > C		Saldo credor: C > D	
Bancos c/Movimento	**Materiais de Escritório**	**Fornecedores**	**Títulos a Pagar**
275.000 (D)	50.000 (D)	25.000 (C)	120.000 (C)
Veículos	**Móveis e Utensílios**	**Financiamentos**	**Capital**
800.000 (D)	120.000 (D)	200.000 (C)	900.000 (C)

CONCLUSÃO

Como foi dito no início deste capítulo, seria feito um controle individual por contas, registrando-se os aumentos e as diminuições em cada conta isoladamente, e, no final de um período qualquer, normalmente um ano, todas as contas seriam relacionadas de forma ordenada no Balanço Patrimonial.

Observe-se que todas as contas de saldo devedor são contas de Ativo; todas as contas de saldo credor são contas de Passivo e Patrimônio Líquido.

Palavras-chaves

Crédito: lado direito do razonete; todos os lançamentos (registros) que são feitos no lado direito de uma conta.

Débito: lado esquerdo do razonete; todos os lançamentos que são feitos no lado esquerdo de uma conta.

Razonete: simboliza uma conta; uma representação gráfica em forma de T; um instrumento para raciocínio contábil.

Regras de contabilização:

Qualquer conta de Ativo	
Débito	Crédito
$ aumentos	$ diminuição

Qualquer conta de Passivo e PL	
Débito	Crédito
$ diminuição	$ aumentos

Saldo credor: se o total do crédito é maior que o total do débito, o saldo deve figurar no lado do crédito.

Saldo devedor: se o total do débito é maior que o total do crédito, o saldo deve figurar no lado do débito.

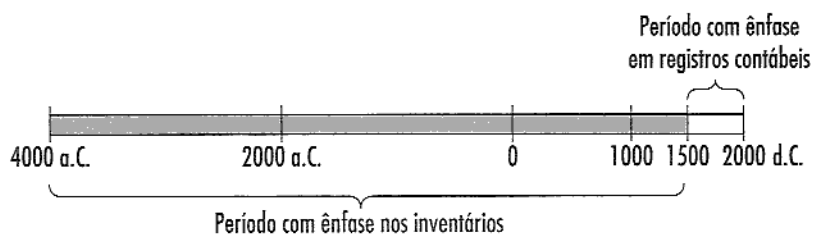
Saldos contábeis: diferença entre o total do débito e o total do crédito é denominada *saldo*.

? Perguntas e Respostas

1. Qual é a base científica para se trabalhar primeiro com relatórios, no caso de Balanços Sucessivos, para depois se falar de lançamentos contábeis?

A justificativa é que a Contabilidade, historicamente, começa com a ideia de relatórios. Há 4.000 anos antes de Cristo o homem do pastoreio controlava seu rebanho com símbolos, objetos (por exemplo, uma "pedrinha" para cada ovelha ou um "corte" em uma árvore para cada cabeça).

Mesmo depois de se inventar a escrita, os números e o dinheiro, a Contabilidade continuava em forma de Inventário (contagem física do patrimônio).

Os registros contábeis começaram a consolidar-se apenas na Idade Média, sendo totalmente oficializado em 1494 por Luca Pacioli. Assim, os Relatórios Contábeis precedem os registros contábeis.

2. Seria possível trabalhar com Balanços Sucessivos indicando operações de Compra e Venda com lucro ou prejuízo?

Em operações simples de Compra e Venda seria possível.

Imagine uma empresa que começa com Capital Social de $ 100.000, convertendo-o totalmente em estoque:

ATIVO		PASSIVO + PL	
Circulante		**Patrimônio Líquido**	
Estoque	100.000	Capital Social	100.000
Total	100.000	Total	100.000

Admita que ela venda a metade do Estoque por $ 70.000 a vista. Neste caso, houve um lucro de $ 20.000. [Vendas 70.000 (–) Custo 50.000].

Assim, o Balanço Patrimonial ficará:

ATIVO		PASSIVO + PL	
Circulante		**Patrimônio Líquido**	
Caixa	70.000	Capital Social	100.000
Estoque	50.000	Lucros Acumulados	20.000
Total	120.000	Total	120.000

Em Operações Múltiplas, com o surgimento de despesas, custos, outras receitas, haveria a necessidade de se trabalhar com a DRE.

3. Normalmente, os exemplos em Contabilidade referem-se à formação e aumento de capital. É possível situações de redução de Capital Social?

Sim, o NCC admite a saída ou morte de sócios, dos arts. 1.028 a 1.032, como transcrevemos:

> "Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:
>
> I – se o contrato dispuser diferentemente;
>
> II – se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;
>
> III – se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.
>
> Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.
>
> Parágrafo único. Nos trinta dias subsequentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.
>
> Art. 1.030. Ressalvado o disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.
>
> Parágrafo único. Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026.
>
> Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
>
> § 1º O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.
>
> § 2º A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário.
>
> Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação."

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 10.1 Escolher um balanço patrimonial que tenha recortado e arquivado em sua pasta. Tomar uma folha e transcrever os saldos de Ativo, Passivo e PL em razonetes. Para cada conta abrir um razonete.

TAREFA 10.2 Ao consultar num dicionário os termos *débito* e *crédito,* encontra-se o sentido comum das palavras que nada tem que ver com os termos contábeis *débito* e *crédito.*

Um leigo em contabilidade é levado a acreditar que débito é coisa desfavorável e que crédito é coisa favorável.

Como em contabilidade nada disso acontece e para que você fixe definitivamente essa conceituação, tome uma folha e escreva cinco vezes o seguinte:

"Débito é o lado esquerdo de uma conta; crédito é o lado direito de uma conta. Não devo confundir o significado contábil dessas palavras com o que comumente significam."

TAREFA 10.3 Há contas que aparecem subtraindo o Ativo: Depreciação Acumulada, Provisão para Devedores Duvidosos etc. Estas contas, embora estejam no Ativo, são contas credoras. Por isso foi trocado o sinal.

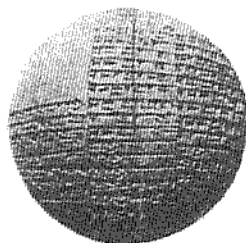
Verificar no balanço da Tarefa 10.1 quais são essas contas e sublinhá-las.

11

Balancete de Verificação e Método das Partidas Dobradas

Balancete de Verificação
Método das Partidas Dobradas
Partidas Simples
Balancete das Partidas Dobradas
Identificação do Erro de Lançamento
Erros que o Balancete não Detecta
Balancete de Várias Colunas
Apresentação do Balancete
Balancete como Instrumento de Decisão

Quem inventou a escrita?

"Em pé no museu, tentei imaginar como, numa tarde remota, um ancestral brilhante e anônimo registrou uma transação de animais domésticos desenhando sinais em pedaços de barro e, fazendo isto, inventou para as épocas futuras a arte da escrita. A escrita, compreendi, foi invenção não de poeta, mas de um contador" (MANGUEL, Alberto. Saques em Bagdá apagam a história da escrita. *O Estado de S. Paulo*, 26-4-03).

Mesmo entre ruínas, a palavra nos alcança

> "Muitas pessoas são intimidadas quando ouvem palavras como 'depreciação' ou 'inventário contábil'. Porém, estes conceitos são realmente muito simples. Tudo que você precisa para ser um mestre em finanças é contabilizar os dados do negócio cuidadosamente, um entendimento básico em Contabilidade e alguma habilidade para projetar Fluxo de Caixa" (Livro *Streetwise smal-business start-up*, Capítulo 6).

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Neste momento, faz-se uma pausa na sequência dos lançamentos contábeis para averiguação de sua exatidão.

Periodicamente (diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente...), os responsáveis pela contabilidade devem verificar se os *lançamentos contábeis realizados no período estão corretos.*

Uma técnica bastante utilizada para atingir tal objetivo é o Balancete de Verificação. Este instrumento, embora de muita utilidade, não detectará, entretanto, toda a amplitude de erros que possam existir nos lançamentos contábeis, como será visto adiante.

O balancete não se presta exclusivamente para detectar erros de lançamentos contábeis; é também um importante instrumento contábil para tomada de decisões.

O Balancete de Verificação é um *resumo ordenado* de todas as contas utilizadas pela contabilidade.

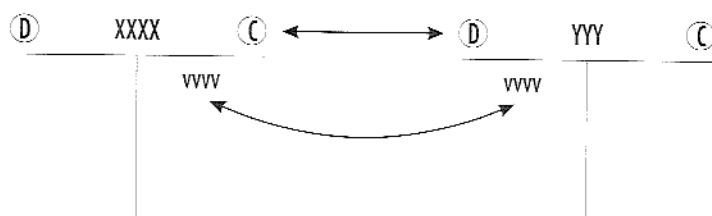
Os lançamentos estão corretos? **Vide →** **Balancete de Verificação**

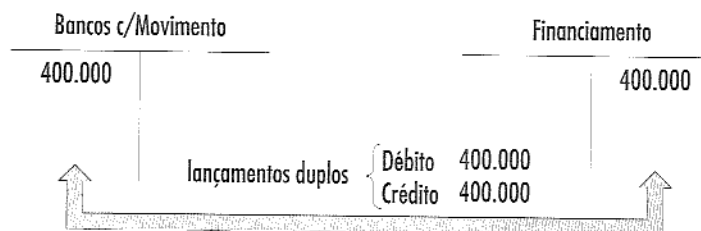
D XXX C — D YYYY C — D VVVV C

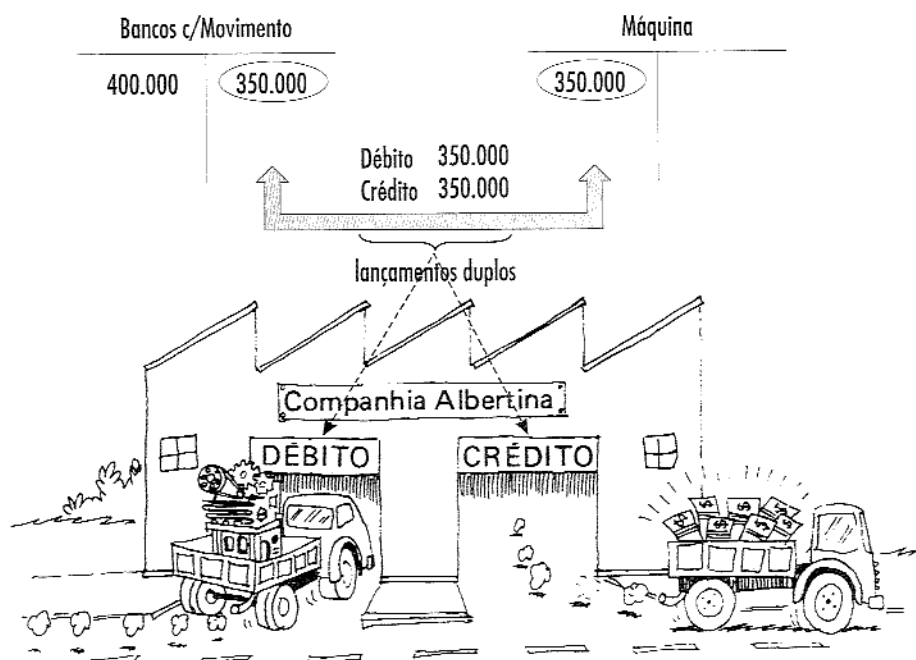
Contas	D	C

MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

Este método, desenvolvido pelo Frei Luca Pacioli, na Itália, século XV, hoje universalmente aceito, dá início a uma nova fase para a Contabilidade como disciplina adulta, além de desabrochar a Escola Contábil italiana, que iria dominar o cenário contábil até o início do século XX.

O método consiste no fato de que para qualquer operação há um débito e um crédito de igual valor ou um débito (ou mais débitos) de valor idêntico a um crédito (ou mais créditos). Portanto, *não há débitos sem créditos correspondentes*, ou ainda a soma dos débitos é igual à soma dos créditos.

Exemplos de Partidas Dobradas

A Companhia Albertina solicitou um financiamento ao Banco Coroa no valor de $ 400.000, cujo valor foi depositado em Bancos c/ movimento aberta nesta oportunidade:

O método das Partidas Dobradas já fez 500 anos de idade após sua oficialização. Nos últimos 50 anos observamos as maiores descobertas e invenções do mundo, entretanto, nada ainda substituiu na Contabilidade este método. Na verdade, este método é tão perfeito que nunca sofreu qualquer ameaça de substituição.

A Companhia Albertina adquire, a vista, uma máquina por $ 350.000:

PARTIDAS SIMPLES

Há empresas, ou mesmo pessoas físicas, que fazem contabilidade pelo *método das partidas simples*, ou seja, contabilizam apenas um débito ou apenas um crédito.

Suponha-se um pequeno agricultor, sem muita preocupação de controle. realizando os seguintes lançamentos:

- Venda a vista de sua produção: debita (ou lança *entrada* de dinheiro) o caixa.
- Compra a vista de sementes: credita (ou lança *saída* do dinheiro) o caixa.
- Empresta dinheiro do Banco X: credita (ou lança como *dívida*) o Banco X.
- Vende a prazo para a Cooperativa Y: debita (ou lança como valor a receber) a Cooperativa Y.

Embora haja alguns números relativos ao negócio, percebe-se que o método das partidas simples é imperfeito por revelar insuficiência de dados para a tomada de decisão. Essa a razão por que tal método não é largamente utilizado. Utiliza-se, no entanto, o método das partidas dobradas, universalmente aceito.

BALANCETE DAS PARTIDAS DOBRADAS

O Balancete de Verificação tem como base o método das partidas dobradas: "não haverá débito(s) sem crédito(s) correspondente(s)". Portanto, somando-se todos os débitos, por um lado, e todos os créditos, por outro, o total de ambos será sempre o mesmo. Assim, deve-se verificar se os lançamentos a débito e a crédito foram realizados adequadamente ou não.

Será apresentado a seguir um exemplo em que se constata o método das partidas dobradas através dos números indicativos (1, 2, 3) e, em seguida, a exatidão dos lançamentos através do Balancete de Verificação.

A Companhia Universal foi formada em janeiro de 20X1, e foram verificadas as seguintes operações:

- Formação de capital aplicado no Caixa: $ 1.500.000.
- Compra de estoque a vista: $ 500.000.
- Compra de móveis e utensílios a vista: $ 300.000.

D Caixa	C
(1) 1.500.000	500.000 (2)
	300.000 (3)

D Capital	C
	1.500.000 (1)

D Móveis e Utensílios	C
(3) 300.000	

D Estoques	C
(2) 500.000	

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 31-01-X1

Cia. Universal

CONTAS	LANÇAMENTOS DE DÉBITO	LANÇAMENTOS DE CRÉDITO
Caixa	1.500.000	800.000
Capital	–	1.500.000
Móveis e Utensílios	300.000	–
Estoques	500.000	–
Total	2.300.000	2.300.000

Balancete de duas colunas

> Nada é mais desesperador para os profissionais contábeis do que um balancete que não "bate", isto é, a soma das colunas dá totais diferentes.

Pode-se apresentar o Balancete pelo método simplificado, isto é, utilizando-se os saldos:

D	Caixa	C
1.500.000		500.000
		300.000
700.000		

D	Capital	C
		1.500.000

D	Móveis e Utensílios	C
300.000		

D	Estoques	C
500.000		

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 31-01-X1

Cia. Universal

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDOR	CREDOR
Caixa	700.000	–
Capital	–	1.500.000
Móveis e Utensílios	300.000	–
Estoques	500.000	–
Total	1.500.000	1.500.000

IDENTIFICAÇÃO DO ERRO DE LANÇAMENTO

Como é fácil entender, se a soma dos débitos (ou saldos devedores) não é igual à soma dos créditos (ou saldos credores), *há indícios claros de que os registros contábeis não estão corretos* (primeiro deve-se verificar com atenção se não houve erro na soma das colunas do balancete).

O contador, por sua vez, irá averiguar onde está o erro. Nem sempre é uma tarefa fácil. Muito pelo contrário: é um trabalho de pesquisa junto aos lançamentos contábeis já realizados. É importante destacar que, havendo diferenças no balancete, *não se deve prosseguir o trabalho contábil.*

Pode-se depreender, também, que, quanto menor for o período de abrangência do balancete, mais eficiente será a contabilidade. Os bancos, por exemplo, levantam balancetes diários em razão da grande quantidade de lançamentos, não passando erros de um dia para o outro. Grande parte das empresas verifica sua contabilidade através do balancete mensal. O que não se pode recomendar são os balancetes anuais, uma vez que, na constatação de erros, seria necessário pesquisar a contabilidade do ano todo (o que se torna inviável).

Um truque para identificar o erro quando o balancete não bate é dividir a diferença entre a coluna do débito e crédito por 9. Se o resultado for um número decimal redondo (Exemplo 100), há chance de ser um erro de transporte do número. Por exemplo, o número real a transportar para uma conta seria $ 1.428.395. Por um erro se transportou $ 1.482.395. A diferença, $ 54.000 ÷ 9, dá $ 6.000.

ERROS QUE O BALANCETE NÃO DETECTA

Se, no exemplo anterior, a conta de Móveis e Utensílios corresponder à compra de calculadoras, mas o contador, na contabilização, debitar indevidamente a conta de "Máquinas e Equipamentos", ter-se-ão as seguintes contas:

Caixa	
1.500.000	500.000
	300.000
700.000	

Capital	
	1.500.000

Máquinas e Equipamentos	
300.000	

Estoques	
500.000	

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 31-08-X8

Cia. Universal

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDOR	CREDOR
Caixa	700.000	–
Capital	–	1.500.000
Máquina e Equipamentos	300.000	–
Estoques	500.000	–
Total	1.500.000	1.500.000

Os totais do balancete são idênticos. A princípio, pode-se concluir que os lançamentos estão corretos. Dessa forma, o *balancete não evidenciou o débito em conta errada.*

Outro tipo de erro que o balancete não evidencia é a *inversão num lançamento,* de *débito* por crédito e de *crédito* por débito, simultaneamente. Numa

operação em que o contador devesse debitar Caixa e creditar Duplicatas a Receber e invertesse: creditasse Caixa e debitasse Duplicatas a Receber, os totais do balancete seriam os mesmos, mas os lançamentos estariam invertidos.

Pode-se, portanto, concluir que o Balancete de Verificação nem sempre detectará os erros nos registros contábeis. Embora de grande utilidade, o Balancete de Verificação é bastante limitado no que tange à identificação de erros nos lançamentos.

BALANCETE DE VÁRIAS COLUNAS

O balancete, dependendo da necessidade da empresa, pode ter forma simples de uma fita de máquina calculadora, de duas colunas (como estudado até o momento), de quatro colunas, seis e até oito colunas.

Quanto mais colunas existirem, maior será a *quantidade de dados* oferecida ao usuário do balancete.

Por exemplo, o balancete de seis colunas apresenta os saldos do balancete anterior, os movimentos de débitos e créditos do período em análise e os saldos atuais:

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO CIA. "J"
Mês ___/___

Discriminação das contas	Saldos do mês anterior		Movimentos do mês		Saldos do final do mês	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Caixa	100.000	___	200.000	50.000	250.000	___
___	___	___	___	___	___	___
___	___	___	___	___	___	___
___	___	___	___	___	___	___
___	___	___	___	___	___	___
___	___	___	___	___	___	___
___	___	___	___	___	___	___
___	___	___	___	___	___	___

APRESENTAÇÃO DO BALANCETE

É interessante apresentar os balancetes, destacando-se as Contas de Balanço das Contas de Resultados.

Conforme já foi visto no início deste capítulo, o balancete comporta todas as *contas movimentadas no período* que possuem saldo no final de um período qualquer. Essas contas podem ser patrimoniais (de balanço) ou de Resultados (receita/despesa).

A apresentação do balancete separando-se estes dois grupos de contas distintas (sem, com isso, fazer dois relatórios) e, de preferência, concentrando em forma de grupo de contas e puxando o subtotal (circulante, permanente, despesas operacionais, despesas não operacionais...) contribui sensivelmente como um instrumento para a tomada de decisão (veja-se tópico seguinte).

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DA
BARBEARIA DO ISMAIL LTDA.
Janeiro/20X1

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDORES	CREDORES
Caixa	200.000	–
Equipamentos	200.000	–
Capital	–	400.000
Instalações	150.000	–
Contas a Pagar	–	100.000
Receita	–	200.000
Despesas de Salários	50.000	–
Despesas de Aluguel	100.000	–
Total	700.000	700.000

O mesmo balancete apresentado de forma mais adequada:

BARBEARIA DO ISMAIL LTDA.

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDORES	CREDORES
Ativo		
Caixa	200.000	–
Equipamentos	200.000	–
Instalações	150.000	–
Subtotal I	–	–
Passivo e PL		
Contas a Pagar	–	100.000
Capital	–	400.000
Subtotal II	550.000	500.000
Receita	–	200.000
Despesas Operacionais		
Salários	50.000	–
Aluguel	100.000	–
Subtotal III	150.000	200.000
Total (I + II + III)	700.000	700.000

Observa-se que, embora não se tenha apurado o resultado (lucro) do mês, torna-se fácil calcular o resultado das operações.

BALANCETE COMO INSTRUMENTO DE DECISÃO

Dada a inconveniência de levantar balanço em períodos mais curtos (normalmente as micros e pequenas empresas levantam balanço uma vez por ano), o balancete tem-se tornado poderoso instrumento de base para decisões. Assim, através de balancetes mensais, por exemplo, a administração da empresa terá um resumo de todas as operações, bem como de todos os saldos existentes no final do período.

Dessa forma, o "poder decisório" conhecerá o *resultado financeiro e econômico* da empresa no final de determinado período sem a necessidade de estruturar um balanço. Estes dados, sem dúvida, são fundamentais para a tomada de decisão.

Ressalte-se, entretanto, que, quanto maior for o grau de detalhamento (sofisticação) do balancete, mais subsídios haverá para a tomada de decisão. Assim, um balancete com duas colunas não terá o mesmo grau de utilidade para a tomada de decisão que um balancete de seis colunas.

Palavras-chaves

Balancete de duas colunas: informa o total do débito (ou saldo devedor) e o total do crédito (ou saldo credor) de um período.

Balancete de várias colunas: além do balancete de duas colunas, há aqueles que têm quatro, seis ou oito colunas e que, consequentemente, contêm mais informações, tais como: contas movimentadas no período, saldos anteriores etc.

Balancete de verificação: instrumento contábil, levantado periodicamente para examinar a exatidão dos lançamentos contábeis, que serve de base para a tomada de decisão.

Método das partidas dobradas: cada operação contábil dá origem a um lançamento duplo: débito e crédito. Não há, portanto, débito sem crédito. Daí a origem do Balancete de Verificação: o total do débito deve ser igual ao total do crédito.

Partidas: lançamento, registro.

Partidas simples: processo de lançamento em que apenas se debita sem que haja crédito correspondente ou apenas se credita sem que haja débito correspondente.

? Perguntas e Respostas

1. Por que é notória a Escola Italiana de Contabilidade?

A Itália praticamente é o berço da Contabilidade Científica. Foi o Frei Franciscano Luca Pacioli que, em 1494, divulgou o método das partidas dobradas "Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita", dando início a uma série de estudos, pesquisas e publicações na Itália.

Apesar de outros países europeus (Inglaterra, França, Alemanha...) se destacarem em trabalhos contábeis, a Itália foi mais enfática, revelando verdadeiros gênios.

2. Como o Brasil foi afetado pela Escola italiana?

Em 1902 foi criada a primeira escola de comércio no Brasil, a Álvares Penteado, atualmente Fecap, com um modelo originado da Escola italiana.

Em 1940, o Decreto-lei nº 2.627, sobre Sociedades Anônimas, era nitidamente de origem italiana.

Em 1946, foi criada a FEA/USP, dentro de um modelo italiano. Só na década de 60 professores de Contabilidade desta instituição trouxeram o modelo norte-americano, consolidado em 1976 com a Lei nº 6.404, sobre as Sociedades Anônimas, substituindo o Decreto-lei acima referido, nitidamente de origem norte-americana. A Lei nº 11.638/07 globaliza a nossa contabilidade.

3. Quais foram as razões da queda da Escola italiana em relação à norte-americana?

Os norte-americanos deram mais ênfase aos usuários da Contabilidade (valorizando a Auditoria, a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Pragmática), enquanto na Itália houve culto aos grandes personagens da Contabilidade (contabilidade dogmática), não enfatizando os usuários e a auditoria.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 11.1 Arquivar um balancete de verificação. As fontes são: a empresa em que você trabalha, uma empresa qualquer ou um livro de Contabilidade.

TAREFA 11.2 O método das Partidas Dobradas foi criado pelo Frade Franciscano Luca Pacioli, no século XV d.C. Esse método exerceu notável influência na Contabilidade.

Pesquisar sobre a vida e obra desse frade. Não esquecer de citar as fontes: nome do livro, autor, editora, cidade, ano da publicação. A Editora Atlas S.A. publicou, em 1966, *Frà Luca Pacioli e seu tratado de escrituração de contas,* cujos autores são Francisco Valle e Armando Aloe.

TAREFA 11.3 Entrevistar um empresário ou um administrador de empresas ou gerente e perguntar-lhe que tipo de decisão toma com base em balancetes.

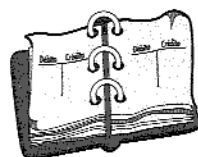
Anotar a decisão, citar o entrevistado e arquivá-la.

12

Contabilização de Contas de Resultado e Apuração Contábil do Lucro

Contas de Resultado
Contabilização das Contas de Balanço Patrimonial
Regras de Contabilização das Contas de Resultado
Apuração Contábil do Resultado
Encerramento das Contas de Resultado
Lançamentos de Encerramento
Apuração do Resultado
Contabilização do Resultado

Qual foi a maior revolução do último milênio?

"Uma das contribuições *mais notáveis* do livro 'Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita', escrito por Luca Pacioli em 1494 foi sua apresentação da Contabilidade por partidas dobradas. Essa inovação revolucionária nos métodos contábeis teve importantes consequências econômicas, *comparáveis* à descoberta da máquina a vapor trezentos anos depois" (BERNSTEIN, Peter L. *Desafio aos Deuses.* Rio de Janeiro: Campus. Capítulo 3 – O jogador do Renascimento, dedicado a Luca Pacioli).

O presidente da IFAC (International Federation Accounting Committee) em seu discurso de encerramento do Congresso Mundial de Contadores em 21-11-02 destacou três compromissos em nome da profissão: (a) o contador ser consultor dos futuros empreendedores; (b) treinar auditores e contadores para ajudarem pequenas empresas; (c) estimular auditores e consultores à multidisciplinaridade, isto é, além da destreza em contabilidade, conhecer impostos, legislação e sistemas de informação. Estimulou ainda à Contabilidade combater a corrupção, a lavagem de dinheiro e a fraude (*Boletim do Ibracon*, set./dez. 2002).

CONTAS DE RESULTADO

De maneira geral, as contas de resultados são aquelas utilizadas para apuração do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício social. Basicamente, são as contas de Receita e Despesa que periodicamente (anualmente) são confrontadas (associadas) para apurar o *Lucro* (se Receita > Despesa) ou *Prejuízo* (se Despesa > Receita).

As regras definidas para o confronto Receita × Despesa são originadas do *Regime de Competência*. Este regime (estilo, maneira) de contabilidade dispõe que, considerando determinado período ou exercício, 20X1, será considerada como *Receita* aquela ganha ou gerada neste período (não importando se foi recebida ou será em outro período) e como *Despesa* aquela consumida, utilizada, incorrida também naquele período (não importando se foi paga ou será liquidada em outro período).

Outra maneira de fazer a contabilidade, oposta ao regime retroapresentado, é através do *Regime Caixa*, que considera como Receita apenas o que foi recebido no período em análise e como Despesa aquilo que foi pago naquele período.

O Regime de Competência, exigido pela legislação brasileira proposto pela teoria contábil, é a base do que será apresentado.

AS FORMAS DE APURAR O RESULTADO (LUCRO OU PREJUÍZO)		
DRE	Regime de Competência	Regime Caixa
Receita →	Gerada ou ganha no período →	Recebida no período
(–) Despesas →	Consumida ou utilizada no período →	Paga no período
Lucro (ou prejuízo)	Resultado econômico	Resultado financeiro

CONTABILIZAÇÃO DAS CONTAS DE BALANÇO PATRIMONIAL

A contabilização das contas de resultados, como será vista adiante, é decorrência da própria contabilização das contas de balanço. Daí a necessidade de rápida recordação.

BALANÇO PATRIMONIAL

Contas de Ativo		Contas de Passivo e PL	
Qualquer conta de Ativo		Qualquer conta de Passivo e PL	
Débito	Crédito	Débito	Crédito
Aumento de conta de Ativo	Diminuição de conta de Ativo	Diminuição de conta de Passivo e PL	Aumento de conta de Passivo e PL

Observe-se que, conhecendo a regra de contabilização das contas do Ativo, automaticamente sabe-se a regra das contas do Passivo e do PL, que é exatamente o oposto. Para conhecer a regra de contabilização das contas de Ativo basta lembrar que o Ativo é o lado esquerdo do balanço; o débito é o lado esquerdo da conta (razonete); portanto, aumentando o Ativo, por coerência registra-se o valor do acréscimo no lado esquerdo da conta: debita-se, e assim sucessivamente.

REGRAS DE CONTABILIZAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

É fácil compreender que toda receita aumenta o lucro: quanto maior a receita, maior o lucro; que todo lucro não distribuído aumenta o Patrimônio Líquido: quanto maior o lucro, maior o reinvestimento pelos proprietários, maior o PL. Assim:

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo e PL
	P. Líquido
	Lucros Acumulados (+) ← PL +

DRE (Apuração do Resultado)	
Receita (–) Despesa	(+) Receita
	+
Lucro ←	Lucro ←

A Contabilidade engloba basicamente duas classes de contas: (a) Contas do Balanço Patrimonial (ativo, passivo e patrimônio líquido); e (b) Contas da Demonstração de Resultado (receita e despesa).

Ora, foi visto no item anterior, nas regras de contabilização, que o Passivo e o PL deveriam ser *creditados* pelos aumentos e *debitados* pelas diminuições. *Se toda receita aumenta o PL, toda receita será creditada.* A regra primeira, portanto, é: toda receita ou ganho deve ser creditada.

Inversamente à receita, toda despesa reduz o lucro e, consequentemente, o Patrimônio Líquido. Se *toda despesa diminui o PL, toda despesa deve ser debitada.* A segunda regra, portanto, é: toda Despesa, Custo, Perda... será debitada.

RESUMO GERAL

NATUREZA DAS CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Contas de Ativo	Aumento	Diminuição
Contas de Passivo e PL	Diminuição	Aumento
Contas de Resultado	Despesa	Receita

EXEMPLOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO E BALANÇO PATRIMONIAL

Suponha-se que a Companhia Magnelândia tenha tido as seguintes operações no período de 19X1:

1. Iniciou a atividade com $ 20.000 em dinheiro no *Caixa*, que é equivalente a seu *Capital.*
2. Teve receita no período de $ 45.000; $ 15.000 foram a vista e o restante a prazo.
3. As Despesas de Salários atingiram o valor de $ 16.000 e foram totalmente pagas.
4. Das despesas com material de consumo (todo o material consumido no período), $ 4.000 foram pagos e $ 3.000 serão liquidados no futuro.

Observem-se as regras aplicadas conforme Resumo Geral suprarreferido. Atente-se também para o método das partidas dobradas: um débito e um crédito de igual valor. No final, deve ser apresentado um Balancete de Verificação para apurar a exatidão dos lançamentos.

LANÇAMENTOS

Nº Op.	CONTAS DO BALANÇO – ATIVO	CONTAS DO BALANÇO – PASSIVO E PL	CONTAS DE RESULTADO – DESPESA	CONTAS DE RESULTADO – RECEITA
1	Caixa: (D) 20.000	Capital: (C) 20.000	Toda despesa será debitada	Toda receita será creditada
2	Caixa: (D) 20.000; 15.000			Receita: (C) 15.000
	Dupl. a Receber: (D) 30.000			Receita: (C) 30.000
3	Caixa: (D) 35.000; (C) 16.000		Desp. Sal.: (D) 16.000	
4	Caixa: (D) 19.000; (C) 4.000		Desp. Mat. Constr.: (D) 4.000	
		Contas a Pagar: (C) 3.000	Desp. Mat. Constr.: (D) 3.000	

RESUMO DAS OPERAÇÕES

Caixa	Contas a Pagar	Desp. Salários	Receita
(D) 15.000	(C) 3.000	(D) 16.000	(C) 45.000

Dupl. a Receber	Capital	Desp. Mat. Constr.
(D) 30.000	(C) 20.000	(D) 7.000

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO (PARA EXAMINAR A EXATIDÃO DOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS)

CLASSIFICAÇÃO		SALDOS DEVEDOR	SALDOS CREDOR
Balanço Patrimonial	Caixa	15.000	–
	Duplicatas a Receber	30.000	–
	– Contas a pagar	–	3.000
	– Capital	–	20.000
Resultado	Despesas de Salários	16.000	–
	Desp. Mat. Consumo	7.000	–
	Receita	–	45.000
Total		68.000	68.000

APURAÇÃO CONTÁBIL DO RESULTADO

Em cada período (exercício social) se apura o resultado (Lucro ou Prejuízo).

Dessa forma, confronta-se toda a Despesa que *compete* a determinado período com toda a Receita que, igualmente, compete a esse determinado período. Então, não se pode confundir Despesa consumida (incorrida) em 20X1 com Despesa consumida (incorrida) em 20X2. Da mesma forma será tratada a Receita. Em cada final de período contábil, somam-se todas as Despesas e as Receitas. No ano seguinte, próximo período contábil, inicia-se do zero o novo cômputo das Despesas e Receitas.

Por isso se fala em *Independência Absoluta de Períodos Contábeis*, relacionada com o Princípio da Competência de Exercícios.

ENCERRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

Conforme exigência legal, pelo menos uma vez por ano as empresas estão obrigadas a *encerrar todas as contas de resultado*. Esse encerramento ocorre no momento do confronto das *despesas* com as *receitas* para apurar o resultado.

Com o encerramento das contas de receita e despesa, todas as contas de resultado ficam com saldo zero para o início do próximo período contábil. Assim, começa-se a acumular receita e despesa do próximo período até o final do período, em que novamente serão encerradas as contas de resultado, apurando-se o lucro ou prejuízo, e assim sucessivamente.

LANÇAMENTOS DE ENCERRAMENTO

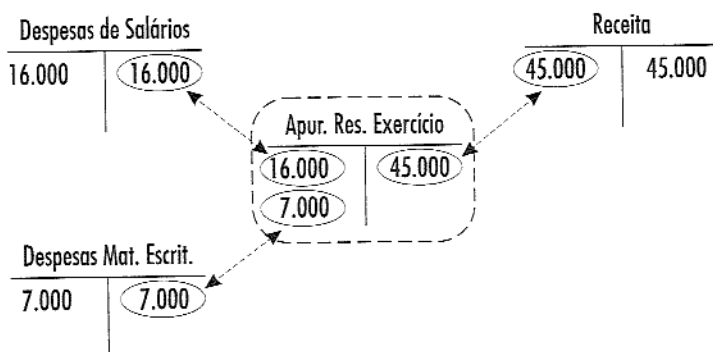
A técnica é bastante simples:

a) abre-se uma conta transitória com o título de "Apuração do Resultado do Exercício (ARE)", em que se realiza o confronto receita × despesa;
b) transfere-se o saldo das contas de receitas e despesas para a conta de resultados (ARE). Note-se que nessa transferência *encerram-se* as contas de Receita e Despesa.

EXEMPLO DE ENCERRAMENTO

Tenham-se presentes as contas de resultado da Companhia Magnelândia do exemplo anterior:

Desp. Salários		Desp. Mat. Escritório		Receita	
16.000		7.000			45.000

Encerram-se agora essas contas, igualando-se o saldo a zero (assim, para o ano seguinte, *inicia-se a acumulação de despesa e receita novamente*). Para encerrar as contas de despesas, basta creditar idêntico valor (a contrapartida será débito de ARE – Apuração de Resultado do Exercício). Para encerrar a conta receita, basta debitar valor idêntico – $ 45.000 (a contrapartida será crédito de ARE).

APURAÇÃO DO RESULTADO

Se o total da receita for maior que o total de despesa, haverá lucro; se a receita for menor que a despesa, haverá prejuízo.

No exemplo apresentado, têm-se $ 45.000 de receita contra $ 23.000 de despesa; portanto, houve um lucro de $ 22.000 ($ 45 – $ 23).

Apuração do Resultado do Exercício	
(Despesas) 23.000	45.000 (Receita)
	22.000 (Saldo)
	Lucro

O saldo maior no lado da receita indica contabilmente lucro.

O lucro que é apurado pela Contabilidade é canalizado para diversas finalidades: a principal é a distribuição em dinheiro para os donos do negócio. O lucro não distribuído nem destinado para fins específicos é que chamamos de Lucro Retido.

CONTABILIZAÇÃO DO RESULTADO

Como já foi estudado, todo lucro acresce o Patrimônio Líquido. O lucro é a remuneração aos proprietários da empresa pelo capital investido. Os recursos dos proprietários aplicados na empresa são evidenciados no Patrimônio Líquido (capital próprio). Dessa forma, *a participação dos proprietários na empresa será maior com o acúmulo do lucro no PL.*

Por conseguinte, partindo-se da hipótese de que não há, por enquanto, distribuição do lucro em dinheiro (dividendos) aos proprietários, o PL será acrescido de $ 22.000. A conta que receberá os $ 22.000 é Lucros Acumulados. Aumentando-se o PL, tem-se um crédito:

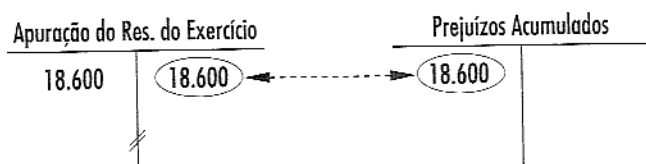
Lucros Acumulados	
22.000	22.000

Reserva de Lucros	
	22.000

Pelo Método das partidas dobradas, sabe-se que se foi *creditada* uma conta de $ 22.000, deve-se *debitar* outra(s) conta(s) cujo total seja $ 22.000. A conta a ser debitada será a de "Resultados" (ARE), pois, como foi dito, é uma conta transitória, que serve única e exclusivamente para apuração do resultado do exercício. Com esse lançamento a débito, encerra-se a conta Resultados (ARE), uma vez que já cumpriu sua missão: confrontar receita com despesa e apurar o resultado (Lucro ou Prejuízo).

Apuração do Res. do Exercício	
22.000	22.000

Se houvesse prejuízo, o saldo da conta ARE seria devedor; portanto, o lançamento seria o contrário: crédito da conta ARE e débito de Prejuízos Acumulados.

Admita-se, agora, que a Companhia Desilusão apresente um prejuízo de $ 18.600.

A conta Prejuízos Acumulados faz parte do Patrimônio Líquido com o sinal negativo (18.600), ou seja, reduz os investimentos dos proprietários.

Palavras-chaves

Caixa (Regime Caixa): considera como receita aquela recebida no período e como despesa, aquela paga no período.

Competência: regime de competência ou princípio de competência de exercícios; dispõe que a receita de um período é aquela ganha (gerada) nesse período, independentemente se foi ou não recebida dentro desse período; dispõe também que a despesa de um período é aquela incorrida (consumida) nesse período, não importando se foi paga nesse período.

Independência absoluta de exercícios: significa que, para se apurar o resultado, as despesas de um ano não devem passar para outro período e vice-versa. A mesma coisa acontece com a receita: um período independe de outro.

Lucros Acumulados: ou prejuízo acumulado, é a conta de Patrimônio Líquido por onde transita o resultado do período, somando-se com os saldos anteriores. Pela Lei nº 11.638/07 é uma conta transitória, devendo ter saldo zero no final do exercício social.

Partidas de Encerramento: lançamentos (partidas) das contas de resultados (Receita/Despesa) para apurar contabilmente se a empresa teve lucro ou prejuízo no período.

Prejuízos Acumulados: conta subtrativa do Patrimônio Líquido; no caso de empresas malsucedidas, registram-se os sucessivos prejuízos.

Reservas de Lucros: conforme a Lei nº 11.638/07, art. 182, § 4º, serão classificadas como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da empresa ou companhia.

? Perguntas e Respostas

1. Por que este livro dá ênfase somente às empresas prestadoras de serviços? E as operações com mercadorias e estoques?

Até então demos uma ênfase maior em empresas prestadoras de serviços pela facilidade maior em operacionalizá-las. Vamos introduzir agora empresas que operam com mercadorias.

Estoques e o Custo da Mercadoria Vendida

- **Classificação**

Seja qual for o tipo de Estoque, ele estará sempre classificado no Ativo Circulante. Basicamente os estoques são apresentados de acordo com a atividade da empresa.

Ativo		
Circulante		
a)	Comércio: mercadorias para revenda	
b)	Indústria:	matéria-prima (componentes que integrarão o produto) produtos em elaboração (não completamente terminados) produtos acabados (produtos prontos para venda)
c)	Serviços: produtos para consumo: limpeza, escritório etc. (este tipo de estoque também é comum na indústria e comércio)	

- **Controle dos Estoques**

O controle ocorre fisicamente (quantidade) e monetariamente (valor). É necessário periodicamente contar (inventário) o estoque e avaliá-lo monetariamente para fins de custos (apurar lucro), de controle (conhecer consumo, perdas, extravios, quebra...) e para tomada de decisão (qual produto ou mercadoria é mais lucrativo na hora da venda...).

- **Há dois sistemas distintos de Controle de Estoques:**

Inventário Periódico

Não há uma avaliação constante, permanente dos estoques. No final de determinado período, a empresa faz um levantamento físico dos estoques de mer-

cadorias. Com a avaliação desses estoques (estoque final), tendo ainda o estoque do período anterior (estoque inicial), a empresa calcula o Custo da Mercadoria Vendida (CMV):

CMV = Estoque Inicial + Compras (–) Estoque Final

Inventário Permanente

É quando a empresa controla o estoque de forma contínua, registrando a entrada e saída de mercadoria no estoque. Ou seja, quando se compra mercadoria, soma-se ao estoque; quando se vende mercadoria, dá-se baixa no estoque.

Assim, tem-se o Custo da Mercadoria Vendida (a baixa no estoque na hora da venda) e o valor da mercadoria à disposição para venda que permanece em estoque.

2. Como então se controla o Inventário Permanente?

Tradicionalmente, no Brasil se *utilizam dois métodos* de controle de Inventário Permanente:

Média: à medida que se for comprando as mercadorias, calcula-se o preço médio para todos o itens em estoque. Por ocasião das vendas das mercadorias, a saída dos estoques é calculada pelo preço médio encontrado, calculando-se o CMV. Poderia ser uma média simples. Entretanto, como veremos no exemplo a seguir, recomenda-se a média ponderada.

Peps: primeiro que entra, primeiro que sai. Seria lógico um vendedor de ovos na feira vender na frente o que entrou em primeiro lugar, considerando que há um prazo de validade para as mercadorias. Assim o custo da mercadoria é considerado com base nos estoques mais antigos, os primeiros a serem adquiridos. Em inglês, essa sigla é conhecida como Fifo = *first in, first out*.

Há outros métodos que rarissimamente são utilizados:

Ueps: último que entra, primeiro que sai. Imagine uma loja com depósito de areia. Quando chega a areia o caminhão despeja no depósito. Na hora da venda, a última que entrou é a primeira que sai. Em inglês, essa sigla é conhecida como Lifo = *last in, first out*. Esse método não é aceito pelo Imposto de Renda.

Reposição: quando se vende a mercadoria, calcula-se o preço da nova mercadoria que irá ser comprada para repor a mercadoria vendida. Em inglês a sigla é Nifo = *next in, first out*. Esse método é mais usado pela Contabilidade Gerencial. Não é usado comumente, pois não obedece ao princípio do custo original como base de valor.

Exemplo:

Admita um revendedor de motos de modelo padronizado que no início de janeiro dispõe de duas motos adquiridas por $ 10.000 cada. Assim, seu *Estoque Inicial* é de $ 20.000.

Durante o mês, adquire mais três motos por $ 11.000 cada, ou seja, $ 33.000 de *Compras*.

No final do mês, vendeu duas motos por $ 15.000 cada (*Vendas* $ 30.000)

a) Pelo Inventário Periódico, constatou três motos em estoque. Admita que sejam as três últimas que foram adquiridas: $ 33.000 de Estoque Final. Ou, poder-se-ia calcular o Estoque Final pela média simples:* 3 × 10.500 = 31.500

CMV = EI + Compras – EF
CMV = 20.000 + 33.000 – 33.000
CMV = 20.000

Estoque final: 3 × 11.000 = 33.000

Vendas →	30.000
(–) CMV	(20.000)
Lucro Bruto	10.000

b) Pelo Inventário Permanente: Média Ponderada

Primeira entrada	2 × 10.000 =	20.000
Segunda entrada	3 × 11.000 =	33.000
Total	5	53.000

Média = $\frac{53.000}{5}$ = 10.600

Estoque final: 3 × 10.600 = 31.800

Vendas	30.000
(–) CMV (2 × 10.600)	(21.200)
Lucro Bruto	8.800

c) Pelo Inventário Permanente: Peps

Primeira entrada	2 × 10.000 =	20.000
Segunda entrada	3 × 11.000 =	33.000
Estoque final:	3 × 11.000 =	33.000

Vendas	30.000
(–) CMV (2 × 10.000)	(20.000)
Lucro Bruto	10.000

---

* $\frac{10.000 + 11.000}{2}$ = 10.500 (este método não é considerado ideal).

d) Pelo Inventário Permanente: Ueps

Primeira entrada	2 × 10.000 =	20.000
Segunda entrada	3 × 11.000 =	33.000

Estoque final: { 2 × 10.000 = 20.000; 1 × 11.000 = 11.000 } 31.000

Vendas	30.000
(–) CMV (2 × 11.000)	(22.000)
Lucro Bruto	8.000

e) Pelo Custo de Reposição: Nifo

Admita que o fabricante informe que o novo preço da moto a partir de fevereiro será de $ 12.000

Estoque final: 3 × 12.000 = 36.000

Vendas	30.000
(–) Custo Reposição (2 × 12.000)	(24.000)
Lucro Bruto	6.000

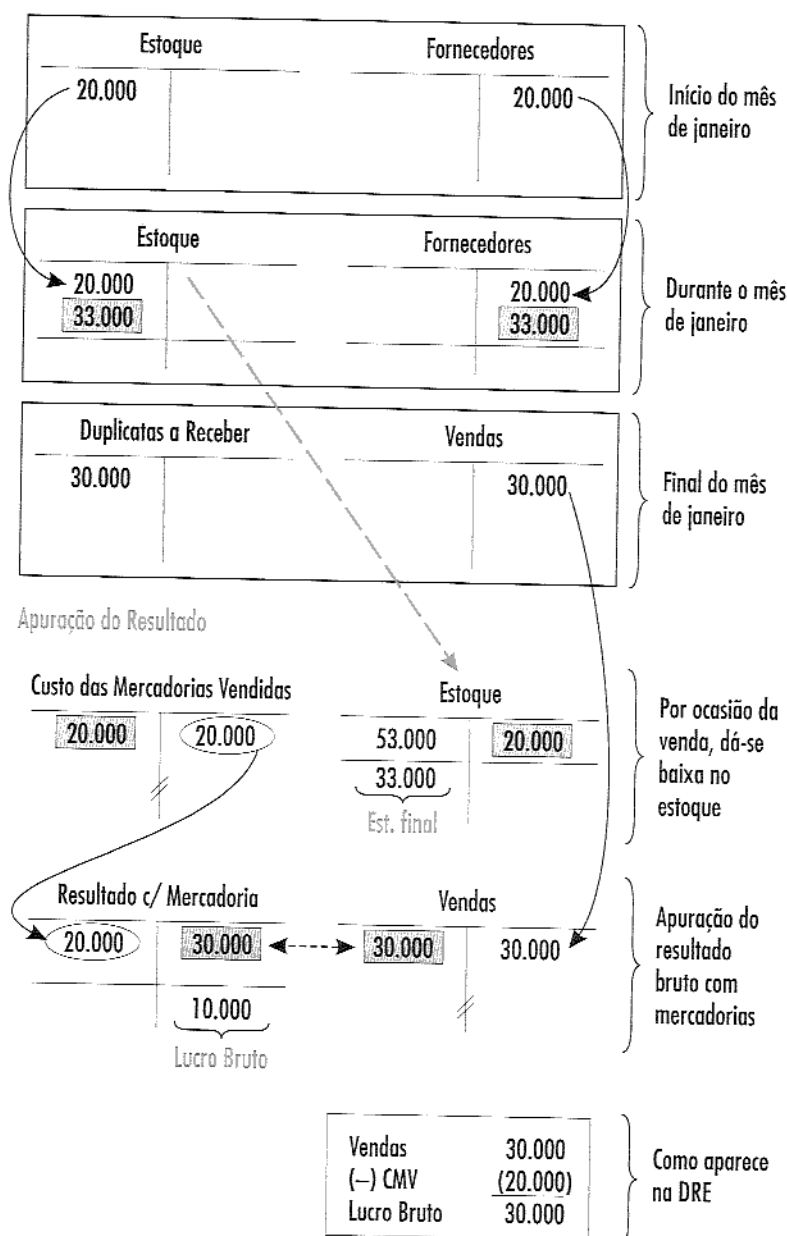
Estoque Média Ponderada	31.800
+ Ganho na Manutenção Estoque	4.200
Estoque a Valores de Reposição	36.000

Neste caso a empresa teria que aumentar seu preço de venda, pois a mercadoria a ser reposta teve seu preço majorado.

3. Como seria feita a apuração de resultado em termos contábeis com operações de mercadorias?

Tomando como base o exemplo da questão 2, o item "c", ou seja, pelo Inventário Permanente – Peps, admitindo que a empresa compra e vende "a prazo".

Inicialmente, faremos os registros contábeis do mês de janeiro.

Numa segunda etapa, faremos a apuração do resultado, trabalhando com a conta de Custo da Mercadoria Vendida (CMV) e Resultado com Mercadorias (RCM).

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 12.1 Recortar de um jornal qualquer Demonstração de Resultado do Exercício que *num período tenha dado lucro e noutro, prejuízo.*

Observar se as Demonstrações Financeiras são publicadas em duas colunas (exercício atual e anterior).

TAREFA 12.2 Indicar, num Balanço Patrimonial qualquer, a conta de *Lucros Acumulados.*

TAREFA 12.3 Elaborar, com números hipotéticos, um exemplo de Receita e Despesa, de uma situação em que pelo *Regime Caixa* a empresa tenha lucro e pelo *Regime de Competência,* prejuízo.

13

Livros Contábeis

Metodologia deste livro
Razão
Diário
Diário com Três Colunas

Qual é a maior decisão do mundo dos negócios do século XX?

Depois de consultar estudiosos da Administração nas principais universidades norte-americanas, entre eles Warren Benis – o maior especialista em liderança nos EUA –, a AMA elaborou uma relação das decisões que mudaram o mundo dos negócios. A *primeira* que ganhou o destaque foi:

1. Pierre du Pont percebeu que sua empresa precisava gerir melhor o dinheiro que movimentava. Sob sua direção (entre 1902 e 1940), a Du Pont desenvolveu a *moderna Contabilidade Empresarial.*

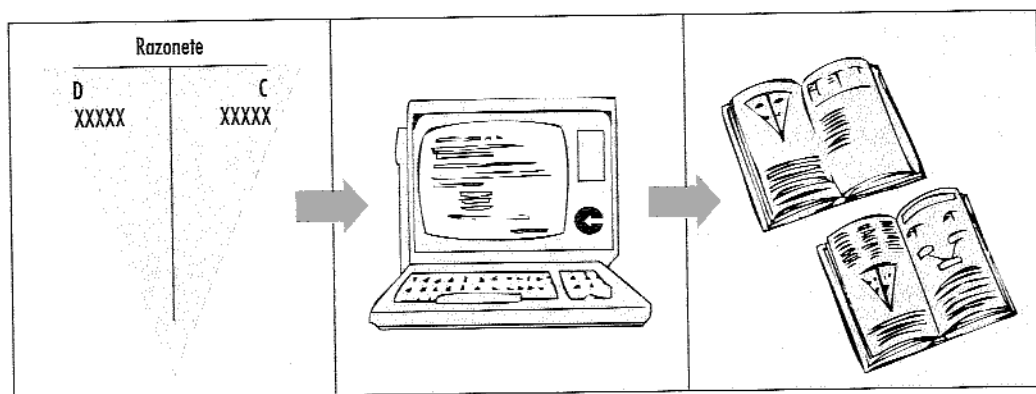
2. (Há uma lista de mais de 100 decisões no mundo dos negócios).

"A falta de registros contábeis tira da empresa a sua identidade, não permitindo que se conheça o seu passado, nem seu presente e muito menos seu futuro, comprometendo o desenvolvimento da mesma, pois lhe faltam meios, isto é, está desprovida de controles econômico-financeiros permanentes que só a Contabilidade oferece, tornando-a desorganizada e desorientada."

METODOLOGIA DESTE LIVRO

Até o momento, foram estudados os efeitos dos lançamentos contábeis sem a preocupação de escriturá-los em Livros Contábeis. Daqui para a frente, aquilo que foi feito em razonetes será transportado para os Livros Contábeis. Observe-se que o perfeito domínio da conceituação dos dois capítulos anteriores é imprescindível para a aprendizagem deste capítulo.

Como já foi abordado, caminha-se de acordo com o desenvolvimento histórico da Contabilidade: primeiro, os relatórios; depois, como observar os efeitos nos lançamentos contábeis; e, por fim, a escrituração (partidas dobradas) nos livros contábeis, que basicamente são dois: *Razão* e *Diário*.

É importante ressaltar que a escrituração em livros contábeis *não se traduz como atividade precípua no aprendizado da Contabilidade*. Essa tarefa (escrituração) gradativamente está sendo incorporada pelo computador. É fundamental, no entanto, para o estudante, o raciocínio contábil, a compreensão de todo o processo contábil.

RAZÃO

Razão é um livro atualmente obrigatório, que foi durante muito tempo facultativo. Em virtude de sua eficiência, é indispensável em qualquer tipo de empresa: e o instrumento mais valioso para o desempenho da Contabilidade. Por isso, pela legislação contábil, é um livro obrigatório.

Consiste no agrupamento de valores em contas de mesma natureza e de forma racional. Em outras palavras, o registro no Razão é realizado em *contas individualizadas*; tem-se assim um controle por conta. Por exemplo, abre-se uma conta Caixa e registram-se todas as operações que, evidentemente, afetam o Caixa; debitando-se ou creditando-se nesta conta, a qualquer momento apura-se o saldo.

Pela descrição acima, pode-se concluir que o Razão e o Razonete são a mesma coisa. Na realidade, o Razonete deriva do Razão; o Razonete é uma forma simplificada, uma forma didática do Razão.

A princípio o Razão só existia em forma de Livros, em que para cada página se atribuía o título de uma conta. Tinha-se, então, uma página para o *Caixa,* outra para *Bancos c/Movimento,* outra para *Duplicatas a Receber,* outra para *Estoque,* e assim sucessivamente. Com o passar do tempo, as folhas avulsas foram substituindo as páginas do livro. Também foi bastante comum as *fichas Razão,* dado o aspecto prático que se exigia pela contabilidade mecanizada. Para cada conta deve haver pelo menos uma ficha Razão. Com os sistemas eletrônicos, o Razão passa a ser uma folha impressa com diversos formatos.

A Resolução nº 563, de 28-10-1983, editou a Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica – NBC-T-2: Da Escrituração Contábil. No capítulo NBC-T-2,1, Das formalidades da Escrituração Contábil, encontra-se em seu inciso 2.1.5: "O Diário e o Razão constituem os registros permanentes da Entidade." E no inciso 2.1.5.4: "Os registros permanentes e auxiliares previstos nesta Norma serão registrados no registro Público Competente."

RAZÃO ANALÍTICO × SINTÉTICO

Era comum o uso de fichas coloridas do Razão: determinada cor para as contas integrais (contas de balanço) e outra para as diferenciais (contas de resultado); ou ainda, atribuíam-se cores de acordo com grupo de contas, ou seja, Ativo, Passivo, Receita, Despesa etc. Essas cores, que podiam ser identificadas por uma tarja colorida na parte superior da ficha, permitiam melhor visualização do

grupo a que pertence a ficha, favorecendo, assim, o sistema de arquivo. Atualmente, com o advento da informática, esse processo tornou-se muito ágil, possibilitando o uso de inúmeros recursos oferecidos.

Quando a ficha razão abrange a conta toda, denomina-se *Razão Sintético* ou *Razão Geral*. Todavia, quando há o desdobramento de conta para um melhor controle, denomina-se *Razão Analítico* ou *Razão Auxiliar.*

Razão Sintético (Geral) (conta Sintética)	**Razão Analítico** (Auxiliar) (conta Analítica)
Estoques	Estoque de Mercadorias Estoque de Produtos Acabados Estoque de Produtos em Elaboração Estoque de Matérias-primas
Duplicatas a Receber	Cia. Nacional de Adubos Cia. Real de Inseticidas Lopes & Dias – Construções ....
Bancos Conta Movimento	Banco do Brasil S.A. Banco Itaú S.A. Banco Real S.A. ....
Fornecedores	João Alves & Cia. Ltda. Pedreira Mateus Ltda. Comércio de Ferramentas Rama S.A. ....
Empréstimos a Pagar	Banco Brasileiro de Descontos S.A. Financeira Crédito Real Banco do Brasil S.A. ....

EXEMPLO DE RAZÃO

A partir de um Razonete, observar o que é e como funciona uma ficha Razão. A "Cia. K. Nova" tem $ 1,0 milhão em Caixa e compra, a vista, em 20-02-X5, Equipamentos por $ 800 mil.

Um Modelo Simples de Ficha Razão

Conta: Caixa		Código: 1.1.1 (Plano de Contas)			
Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	
				D/C	Valores
–	Saldo já existente	–	–	D	1.000.000
20-02-X5	Compra Equipamentos	–	800.000	D	200.000

Conta: Equipamentos		Código: 1.3.8 (Plano de Contas)			
Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	
				D/C	Valores
20-02-X5	Aquisição a Vista	800.000	–	D	800.000

O Razão, portanto, engloba as contas *Patrimoniais* (as contas de Balanço, também conhecidas como *contas integrais*) e as contas de *Resultados* (as contas de Receitas e Despesas, também conhecidas como *contas diferenciais*), de forma individual, havendo controle conta por conta.

Todos os registros nos livros contábeis deverão ter um valor objetivo, baseado em documentos; objetividade significa que o contador deve ser neutro e não "inventar" valores.

DIÁRIO

É um livro obrigatório (exigido por lei) em todas as empresas. Registra os fatos contábeis em partidas dobradas na ordem rigorosamente cronológica do dia, mês e ano.

O livro Diário deve ser encadernado com folhas numeradas seguidamente, e os registros devem ser feitos diariamente. Quem empregava escrituração mecanizada podia substituir o Diário por fichas seguidamente numeradas (mecânica ou tipograficamente). Quando se usa o computador, as folhas são numeradas automaticamente pelo programa e, no final do período, o livro será encadernado.

Portanto, o Diário registra oficialmente todas as transações de uma empresa.

Os livros ou fichas (Diário) devem conter termos de abertura e de encerramento e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio. O atraso na escrituração do Diário não poderá ultrapassar 180 dias, sob pena de multa prevista pelo Imposto de Renda.

Os requisitos básicos de um livro Diário Geral são:

- Data da operação (transação).
- Título da conta de *débito* e da conta de *crédito*.
- Valor do débito e do crédito.
- Histórico: alguns dados fundamentais sobre a operação em registro: número da nota fiscal, cheque, terceiros envolvidos etc.

EXEMPLO DE ESCRITURAÇÃO NO DIÁRIO

Suponha-se que em fevereiro de 20X5 a empresa Bascos & Cia. faça as seguintes operações:

- 20-2: compra de equipamento, a vista, da Calígula e Cia., conforme Nota Fiscal série B nº 25.451, por $ 800.000
- 26-2: deposita no Banco do Brasil S.A. a quantia de $ 900.000.

Caixa		Equipamentos		Banco c/Movimento	
$$$$	800.000 (20-2)	(20-2) 800.000		(26-2) 900.000	
	900.000 (26-2)				

Data		Títulos das Contas e Histórico	Código da Conta	Diário bicolunado Débito	Crédito
20X5					
Fev.	20	Equipamentos	–	800.000	
		Caixa	–		800.000
		N. F. 25.451 – Série B de Calígula & Cia.			
	26	*Bancos c/Movimento*	–	900.000	
		Caixa	–		900.000
	–	Depósito no Banco do Brasil S.A.			
		______	–	–	
		______	–		–
Mar.	–	______	–	–	–

OBSERVAÇÕES

- Normalmente a coluna do *débito* é colocada mais à esquerda e a coluna do crédito, por convenção, mais à direita.

  DÉBITO

  CRÉDITO

- Para averiguar a exatidão dos lançamentos, basta somar a coluna do Débito e a do Crédito, uma forma de averiguação parcial, além do Balancete de Verificação. Pelo método das partidas dobradas os totais deverão ser iguais.

DIÁRIO COM TRÊS COLUNAS – SISTEMA MANUSCRITO

O Diário é constituído de duas colunas (bicolunado): uma serve para o débito, outra, para o crédito. Esse sistema é utilizado quando se faz a contabilidade com equipamentos (máquinas, computador...).

Encontra-se, todavia, na literatura contábil brasileira e em algumas empresas um modelo de livro diário (três colunas) utilizado normalmente para escrituração manuscrita (em desuso). Às vezes, é utilizada a máquina de datilografia. Esse sistema é pouco utilizado no mundo contábil e é considerado mais complexo. Esse método será abordado aqui em virtude da tradição de os contadores do Brasil, em grande parte, terem assim aprendido contabilidade. O professor, no entanto, decidirá se deve ou não ministrar essa forma de escrituração a seus alunos.

As diferenças básicas entre o modelo bicolunado e o de três colunas são as seguintes:

- Coloca-se a data por extenso no início de lançamentos referentes a um dia.
- Coloca-se a preposição a à frente das contas de crédito.
- Podem-se resumir em um único lançamento vários lançamentos que repetem a mesma conta devedora ou credora.

EXEMPLOS DE LANÇAMENTOS EM DIÁRIO DE TRÊS COLUNAS (este assunto é apenas para ilustração, não tendo valor prático profissional)

1. Lançamento que envolve uma só conta de débito e uma só de crédito. Tradicionalmente, esse lançamento é conhecido como 1ª Fórmula.

1ª Fórmula	→ Há uma única conta de Débito e uma única de Crédito.

Admita-se que a *Cia. Simples* deposita $ 800 mil, que estavam no Caixa, no Banco Comercial S.A.

2. Lançamento que envolve uma conta de débito e duas ou mais de crédito:

2ª Fórmula	→ Uma conta de Débito e duas ou mais de Crédito num mesmo lançamento.

Admita-se que a *Cia. Composta I* recebeu uma duplicata de $ 1.800 mil; nessa data, o Cliente paga 10% de Juros de Mora, uma vez que liquidou a duplicata com atraso.

Dupl. a Receber	
$$$$	1.800.000

Juros Recebidos (conta de Receita)	
	180.000

Caixa	
$$$$	
1.800.000	
180.000	

Movimentam-se nesse lançamento duas contas de crédito (Dupl. a Receber e Juros Recebidos) e uma conta de débito (Caixa). Nessa circunstância, introduz-se o termo *Diversos*, que substitui diversas contas de crédito (dispensa-se o histórico):

		São Paulo,	21	de julho de 20X3			
		Caixa					
	a	Diversos					
	a	Juros recebidos				180.000	
	a	Duplicatas a receber				1.800.000	1.980.000

Dessa forma, simplifica-se o lançamento sem ferir os requisitos do livro Diário.

3. Lançamento com duas ou mais contas de débito e uma de crédito.

3ª Fórmula	→	Diversas contas (duas ou mais) de débito e uma conta de crédito num mesmo lançamento.

Admita-se que a *Cia. Composta II* adquira, a vista, com pagamento em cheque, Ferramentas ($ 500 mil), Máquinas ($ 800 mil) e Móveis e Utensílios ($ 900 mil).

Bancos c/Movimento	
$$$$	500.000 800.000 900.000

Ferramentas	
500.000	

Máquinas	
800.000	

Móveis e Utensílios	
900.000	

		São Paulo,	22	de julho de 20X3		
		Diversos				
	a	Bancos c/ Movimento				
		Ferramentas			500.000	
		Máquinas			800.000	
		Móveis e Utensílios			900.000	2.200.000

Também, nesse lançamento, além de simplificá-lo (não há necessidade de fazer três lançamentos isolados), não se fugiu aos requisitos do livro Diário.

Os lançamentos de 2ª e 3ª fórmula são ainda bastante utilizados nas *partidas de encerramentos,* em que são encerradas as contas de despesas e receita.

Encerramentos das Despesas (2ª fórmula)			**Encerramentos das Receitas** (3ª fórmula)		
São Paulo, 31 de dezembro de 20X3			São Paulo, 31 de dezembro de 20X3		
Apuração do Resultado do Exercício (ARE)			**Diversos**		
a	*Diversos*	$$$$	a	*Apuração do Resultado do Exercício (ARE)*	
a	Despesa de Salários	$$$$		Receita Bruta	$$$$
a	Despesa de Material de Escritório	$$$$		Receita de Juros	$$$$
a	Despesa de Juros	$$$$		Receitas Diversas	$$$$
a	Despesa de Manutenção	$$$$		____________	$$$$
a	Depreciação	$$$$		____________	$$$$
a	____________	$$$$		____________	$$$$
a	____________	$$$$		____________	$$$$

Palavras-chaves

Diário: livro ou conjunto de fichas, obrigatório por lei, em que se faz uma descrição sucinta (histórico) de cada operação, evidenciando a data, a conta de débito e de crédito e seu valor em ordem cronológica.

Diário bicolunado: diário composto de duas colunas (débito e crédito) utilizado para contabilização através de equipamentos.

Diário de três colunas: diário composto de três colunas, utilizado para contabilização manuscrita.

Diversos: termo utilizado no Diário de três colunas quando há mais de um débito ou de um crédito para um mesmo lançamento, com o objetivo de simplificar ou reduzir o número de lançamentos. O termo *diversos* pode significar diferentes contas de débitos ou, com a preposição *a* precedendo-o, diversas contas de crédito.

Razão: livro ou conjunto de fichas em que se registram valores, conta por conta, permitindo o controle individual. Obrigatório a partir de 1-1-1992 (ver art. 259, RIR/99).

Requisitos do Livro Diário: data, conta(s) de débito(s), conta(s) de crédito(s), valor e histórico.

? Perguntas e Respostas

1. Como o Imposto de Renda e outras legislações abordam o Livro Diário?

No art. 255 do RIR/99, o Imposto de Renda diz: "O livro diário poderá ser escriturado por sistema de processamento eletrônico de dados, em formulários contínuos cujas folhas deverão ser numeradas em ordem sequencial, mecânica ou tipograficamente, e conterão termos de abertura e de encerramento, sendo obrigatória a sua autenticação no órgão competente."

O art. 297 do Código Penal Brasileiro configura como crime a inexistência do Livro Diário ou a elaboração do Balanço Patrimonial sem base fidedigna da Contabilidade.

O Novo Código Civil fala sobre o Livro Diário, Balancetes Diários, Balanço Patrimonial, Balanço de Resultado Econômico (DRE) e Inventário.

2. O que exatamente o NCC fala sobre Escrituração?

> "Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na

escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios.

Art. 1.182. Sem prejuízo do disposto no art. 1.174, a escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, salvo se nenhum houver na localidade.

Art. 1.183. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

Parágrafo único. É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado.

Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

§ 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

§ 2º Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

Art. 1.185. O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, observadas as mesmas formalidades extrínsecas exigidas para aquele.

Art. 1.186. O livro Balancetes Diários e Balanços será escriturado de modo que registre:

I – a posição diária de cada uma das contas ou títulos contábeis, pelo respectivo saldo, em forma de balancetes diários;

II – o balanço patrimonial e o de resultado econômico, no encerramento do exercício."

3. Em termos legais, o que o NCC fala sobre os relatórios contábeis e livros contábeis?

"Art. 1.189. O balanço de resultado econômico, ou demonstração da conta de lucros e perdas, acompanhará o balanço patrimonial e dele constarão crédito e débito, na forma da lei especial.

Art. 1.190. Ressalvados os casos previstos em lei, nenhuma autoridade, juiz ou tribunal, sob qualquer pretexto, poderá fazer ou ordenar diligência para verificar se o empresário ou a sociedade empresária observam, ou não, em seus livros e fichas, as formalidades prescritas em lei.

Art. 1.191. O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas a sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.

§ 1º O juiz ou tribunal que conhecer de medida cautelar ou de ação pode, a requerimento ou de ofício, ordenar que os livros de qualquer das partes, ou de ambas, sejam examinados na presença do empresário ou da sociedade empresária a que pertencerem, ou de pessoas por estes nomeadas, para deles se extrair o que interessar à questão.

§ 2º Achando-se os livros em outra jurisdição, nela se fará o exame, perante o respectivo juiz.

Art. 1.192. Recusada a apresentação dos livros nos casos do artigo antecedente, serão apreendidos judicialmente e, no seu § 1º, ter-se-á como verdadeiro o alegado pela parte contrária para se provar pelos livros.

Parágrafo único. A confissão resultante da recusa pode ser elidida por prova documental em contrário.

Art. 1.193. As restrições estabelecidas neste Capítulo ao exame da escrituração, em parte ou por inteiro, não se aplicam às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, nos termos estritos das respectivas leis especiais.

Art. 1.194. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correpondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.

Art. 1.195. As disposições deste Capítulo aplicam-se às sucursais, filiais ou agências, no Brasil, do empresário ou sociedade com sede em país estrangeiro."

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 13.1 Arquivar em sua pasta uma *ficha Razão* que pode ser adquirida em papelaria especializada ou através de escritório de contabilidade.

Atribuir uma conta com código a essa ficha e fazer algum lançamento hipotético.

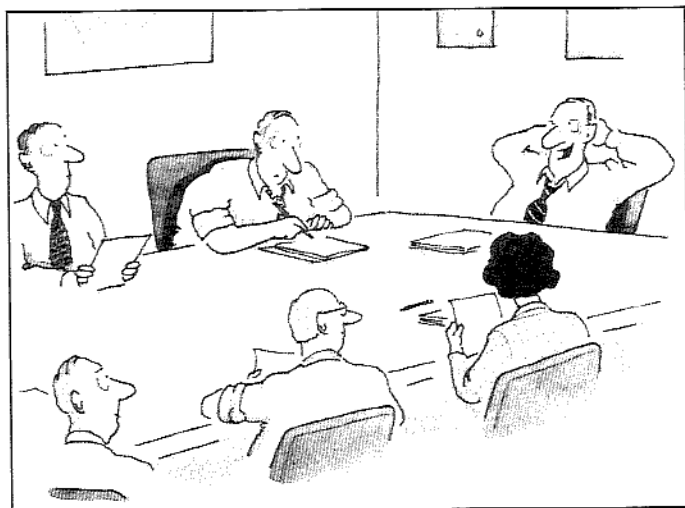
TAREFA 13.2 Adquirir uma folha (ou ficha) de livro *Diário* com duas e três colunas (pode-se utilizar xerox).

Os dados utilizados na Tarefa 13.1 podem ser aproveitados aqui.

TAREFA 13.3 Além dos livros contábeis (Razão e Diário) estudados neste capítulo, existem os *livros ficais e sociais.* Pesquisar em livros didáticos ou na legislação brasileira quais são esses livros fiscais e sociais.

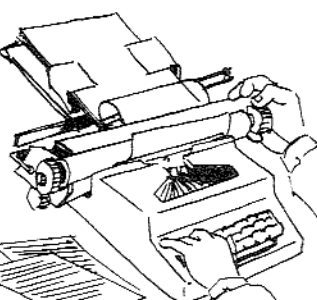
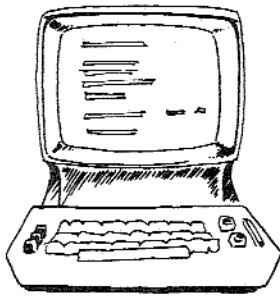
Transcrever numa folha sua pesquisa e arquivá-la em sua pasta.

14

Sistemas Contábeis e Disposições sobre Escrituração Mercantil

"Ora, parece que a discussão passou para a ética contábil, e devo confessar que isto está fora do meu departamento."

> "Na realidade, nos Sistemas Integrados ou ERP,* como são mais conhecidos, os lançamentos acontecem no momento em que são gerados, ou seja, quando na emissão ou recebimento de uma Nota Fiscal, no momento em que efetuamos uma baixa de pagamento e recebimento ou quando informamos uma aplicação, ou seja, sempre que precisamos contabilizar o movimento, e de maneira automática, rápida e *on line* sem a necessidade de qualquer intervenção, mostrando ou não para o usuário o lançamento que está sendo realizado naquele momento" (livro: *Contabilidade inside ERP*, Cap. 9).

SISTEMAS CONTÁBEIS

Entende-se por sistema de contabilidade o conjunto de atividades contábeis que engloba a compreensão da atividade empresarial (necessária para elaborar um plano de contas adequado), a análise e interpretação de cada fato contábil isoladamente, a contabilização e a elaboração das Demonstrações Financeiras, sua análise, interpretação e recomendações para aperfeiçoar o desempenho da empresa.

Muitas alternativas podem surgir na escolha de um sistema contábil. É preciso, porém, em primeiro lugar, considerar as necessidades administrativas; em segundo lugar, os outros usuários da contabilidade: governo, instituições financeiras, funcionários, fornecedores etc. Além disso, é muito importante ter presentes os recursos disponíveis, sejam eles humanos, técnicos ou monetários.

Em relação ao equipamento, deve-se levar em conta a possibilidade de ele apresentar as informações necessárias e de processá-las quantitativamente sem períodos de ociosidade nem de estrangulamento. É evidente que, para compor o sistema, exige-se um trabalho de análise dos serviços a serem realizados.

Salienta-se que é desaconselhável a "importação" de sistemas de outras empresas, mesmo que haja semelhança em seu tamanho e atividade operacional, pois dificilmente coincidiriam os interesses dos usuários da contabilidade.

A seguir apresenta-se uma breve descrição dos sistemas de contabilidade manual, maquinizado, mecanizado e eletrônico.

---

* Veja Conceito de ERP em "Perguntas e Respostas", neste capítulo.

SISTEMA MANUAL

Todos os sistemas contábeis dependem de acionamento manual. Aqui, no entanto, entende-se por sistema manual o que se utiliza de instrumentos simples, de valor reduzido, tais como canetas, livros ou fichas a serem escrituradas etc.

Os livros Diário e Razão, nesse processo, podem ser adquiridos em lojas especializadas ou em papelarias.

O Diário, antes de ser usado, deve ser registrado na Junta Comercial, e tanto o termo de abertura como o de encerramento deverão ser assinados pelo titular da firma e pelo contador ou técnico de contabilidade registrado no CRC.

TERMO DE ABERTURA

Contém este livro . . . folhas, tipograficamente numeradas de um a . . . , e vai servir de Livro DIÁRIO nº . . . . da firma . . . ., estabelecida em . . . . – . . . ., na Rua . . . . nº . . . . ., com CGC nº . . . . e Inscrição Estadual nº . . . ., com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado em . . . . . de . . . . de 20 . . , sob nº . . . . (ou com declaração de firma registrada na Junta Comercial do Estado em . . . . . de . . . . de 20 . . . sob nº . . . .).

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém este livro . . . folhas, tipograficamente numeradas de um a . . . . , e serviu de Livro DIÁRIO nº . . . . da firma . . . ., estabelecida em . . . . – . . . ., na Rua . . . . nº . . . . ., com CGC nº . . . . e Inscrição Estadual nº . . . ., com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado em . . . . . de . . . . de 20 . . , sob nº . . . . (ou com declaração de firma registrada na Junta Comercial do Estado em . . . . . de . . . . de 20 . . . sob nº . . . .).

Se o Diário é destinado a uso de escrituração direta, deve ser pautado e possuir três colunas para valores. Esse sistema é utilizado em pequenas entidades sem fins lucrativos e microempresas cujo volume de operações é pequeno e que não precisam frequentemente dos dados contábeis para a tomada de decisões. Uma pequena mercearia, um bar, uma igreja, um pequeno clube etc. não necessitam, nem condições têm, de despender volumes razoáveis de recursos com equipamentos contábeis, sabendo-se que a contabilidade não é um instrumento decisivo para a continuidade da atividade.

O sistema manual por muitos anos foi o principal método contábil. Os contadores necessitavam ter boa caligrafia para a escrituração. Esse sistema hoje está em desuso.

SISTEMA MAQUINIZADO

Por algum tempo, foi considerado um processo moderno onde se utilizava a máquina de datilografar comum, a máquina de calcular e um formulário denominado Ficha Tríplice. Esse processo era conhecido como maquinizado (e não mecanizado).

A Ficha Tríplice era constituída de três vias (daí a origem de seu nome). Tem uma impressão tipográfica diferenciada (em cores) para cada via e a datilografia deve ser realizada com o uso de carbono. A finalidade de cada uma delas é:

- *Primeira via*: impressa e datilografada com tinta copiativa, destina-se a ser copiada no Livro Diário.
- *Segunda via*: destina-se a compor o Razão da *conta debitada,* uma vez que o campo (espaço) destinado à conta de crédito está cancelado.
- *Terceira via*: tendo cancelado o campo da conta debitada, destina-se a compor o Razão da conta creditada.

Para esse caso recomendava-se a aquisição do Livro Diário com folhas em branco, adaptando-se a qualidade do papel de acordo com o equipamento de copiagem: equipamento de gelatina → papel acetinado; prensa → papel chinês etc.

Da mesma forma que o sistema manual, o livro Diário deveria ser preenchido de acordo com os requisitos legais.

Na década de 80, gigantescas empresas produziam máquinas de datilografar: Olivetti, Burroughs, Remington etc. Com o advento do microcomputador, essas empresas praticamente desapareceram.

MODELO DE FICHA TRÍPLICE

1ª Via **Diário**

Débito | Crédito

Histórico: | Valor:

Data: / / | Feito por: | Conf. por: | Visto:

2ª Via **Razão – Débito**

Débito | Crédito

| XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Histórico: | Valor:

Data: / / | Feito por: | Conf. por: | Visto:

3ª Via **Razão – Crédito**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |

Histórico: | Crédito:

Data: / / | Feito por: | Conf. por: | Visto:

Esse sistema foi muito utilizado por pequenas empresas e em escritórios de contabilidade, em virtude do seu baixo custo e de sua razoável eficiência.

Portanto, as fichas datilografadas serviam como *razão* desde que fossem ordenadamente arquivadas. Podiam também servir como *diário* se, através de gelatina e outros processos, forem copiadas em livro próprio, em sequência cronológica, uma a uma, ficando assim reproduzidas no Diário.

SISTEMA MECANIZADO

O sistema mecanizado era caracterizado por um equipamento contábil, ou seja, por uma máquina específica para se fazer contabilidade.

Nesse sistema, fazia-se a inserção frontal que possibilita a elaboração simultânea do Diário com a Ficha Razão. O equipamento podia ser dotado também de somadores e saldadores que forneciam as somas das colunas do Diário, tanto de débito como de crédito, e também o saldo da Ficha Razão. Dependendo das

necessidades do serviço, existiam equipamentos com três, cinco, oito ou mais somadores que podiam fornecer acúmulos e saldos para fichas sintéticas e analíticas, saldo do ano, movimento do mês etc. As máquinas contábeis mais utilizadas são: Ruf, National, Olivetti, Burroughs, Zornita, Front Feed (estas duas últimas foram adaptadas de máquinas de escrever comuns).

Nesse processo, colocava-se, portanto, a folha de Diário na máquina, sobre ela ajustava-se uma folha de carbono que se sobrepunha às fichas de Razão e proporcionava o decalque nestas; escriturava-se, assim, simultaneamente, o Diário e o Razão – *Diário-Razão*.

Utilizavam-se aqui as fichas *voucher* (ou *slips*), semelhantes à Ficha Tríplice; elas facilitavam a seleção dos vários lançamentos na mesma ficha, poupavam trabalho e melhoravam a produtividade da operação da máquina, pois era reduzida a inserção de fichas de Razão no equipamento.

Outras utilidades podem ser atribuídas às fichas *voucher*, seja na padronização dos controles, conferências, fluxo das informações e arquivamento, seja na ordem estabelecida através de numeração consecutiva (muito apreciada por alguns especialistas).

> Com o advento da era eletrônica, também o sistema mecanizado está em seu crepúsculo.

SISTEMA ELETRÔNICO

O sistema eletrônico pressupõe o uso do computador, que, hoje, deixou de ser algo misterioso e aterrorizador para ser entendido como uma calculadora muito rápida que, entre outras coisas, elabora, compara, analisa e transforma em relatórios a contabilidade de uma empresa.

Se isso não fosse suficiente, encontram-se ainda empresas de processamento de dados que, a preços módicos, em algumas horas, preparam, calculam, analisam e fornecem relatórios para as empresas que não desejam adquirir computadores. Os serviços prestados não se restringem à Contabilidade, pois também são úteis à Folha de Pagamentos, Cobrança, Controle de Estoque etc. Basta preencher uma planilha e, diariamente, a empresa terá dados processados referentes à Contabilidade, Contas a Receber, Contas a Pagar etc.

A princípio, pode-se dizer que o computador pressupõe a existência de grandes quantidades de lançamentos a serem feitos e grande volume de negócios. Todavia, com o advento do microcomputador, a realidade é outra. Basta haver necessidade de rapidez na tomada de decisões para motivar a existência de um micro, cujo custo é relativamente barato; seu benefício, no entanto, é visi-

velmente elevado. Suponha-se uma farmácia com um teclado de um microcomputador no balcão; seus funcionários podem teclar o código de cada remédio vendido e no final do dia o proprietário tem as seguintes informações: custo dos remédios vendidos, lucro bruto do dia, remédios mais vendidos, posição do seu estoque, estoques baixos, remédios que não são vendidos, enfim, um elenco de dados consideráveis para a tomada de decisão (além de fornecer dados para a contabilidade).

As grandes novidades nesta área são os *softwares* contábeis, integrados com custos, orçamentos, folha de pagamento, setor financeiro... são eficientes e de simples operacionalização.

DISPOSIÇÕES SOBRE A ESCRITURAÇÃO MERCANTIL

Entendem-se por escrituração mercantil os registros contábeis realizados no *Diário*. Tais registros são obrigatórios e determinados pela legislação comercial brasileira.

De maneira geral, o pequeno empresário está dispensado da escrituração, isto é, a microempresa e as empresas que trabalham à base de lucro presumido não precisam apresentar escrituração mercantil para fins de Imposto de Renda.

Conforme a legislação comercial, todavia, essas empresas não estão dispensadas da escrituração mercantil.

Para as empresas que fazem a escrituração mercantil, ressaltam-se alguns aspectos, conforme o Decreto nº 64.567, de 22-5-1969, que regulamenta dispositivos sobre esse assunto. Atualmente, o Novo Código Civil estabelece regras de escrituração.

ESCRITURAÇÃO RESUMIDA DO DIÁRIO

Admite-se a escrituração resumida do Diário, por totais, desde que tal período não exceda um mês, e para as contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento sejam utilizados *livros auxiliares* para registro individualizado e conservados os documentos que permitem sua perfeita verificação.

Essa é a razão do Diário Geral e de seus livros auxiliares. Observa-se que o Razão também tem seus livros auxiliares (razão analítico). Os auxiliares do

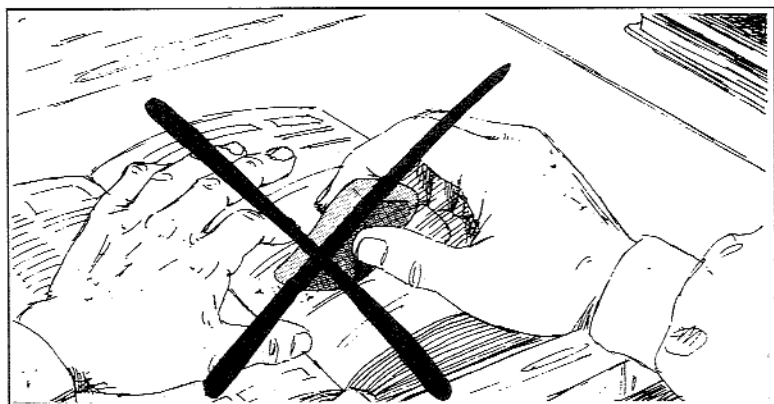
Diário são livros oficiais que permitem uma contabilidade mais minuciosa e informativa. Como exemplos de diários auxiliares podem-se citar:

- Se o volume de pagamentos e recebimento no Caixa é muito grande, pode ser instituído um livro *Diário Auxiliar de Caixa*.
- Se o volume é maior ainda, pode-se instituir um *Diário Auxiliar de Recebimentos e outro de Pagamentos*.
- Se ocorre muita movimentação bancária, pode-se ter um *Diário Auxiliar de Bancos*.
- Se a quantidade de fornecedores é muito numerosa e os fornecimentos constantes, pode-se ter um *Diário Auxiliar de Fornecedores*.
- Se isso ocorre com clientes, então é conveniente que seja usado um *Diário Auxiliar de Clientes*, que também pode ser desdobrado em *Diário Auxiliar de Vendas* e *Diário Auxiliar de Recebimentos* (este livro já foi mencionado no segundo item como um possível desdobramento do Diário Auxiliar de Caixa).

ERROS NO DIÁRIO

A escrituração deve ser completa, realizada em moeda e idioma correntes nacionais, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transportes para as margens.

Observação: permite-se o uso de código de números ou abreviaturas, desde que constem de livro próprio, regularmente registrado.

Os erros cometidos serão corrigidos por meio de lançamentos de *estorno*, que retificam sem apresentar rasuras no Diário.

Suponha-se que uma empresa tenha adquirido um equipamento, a vista, por $ 8.000. O contador, todavia, por engano, lançou $ 80.000; dessa forma:

	Débito	Crédito
Equipamentos	80.000	
Caixa		80.000
para compra de		

A retificação seria um novo lançamento com a inversão das contas e a atribuição do valor indevidamente lançado.

Outro ajuste que poderá existir é a complementação, quando o valor for registrado a menor. Assim, repete-se o lançamento com o valor complementar. Admitir, agora, que o valor lançado pelo contador foi $ 800 em vez de $ 8.000.

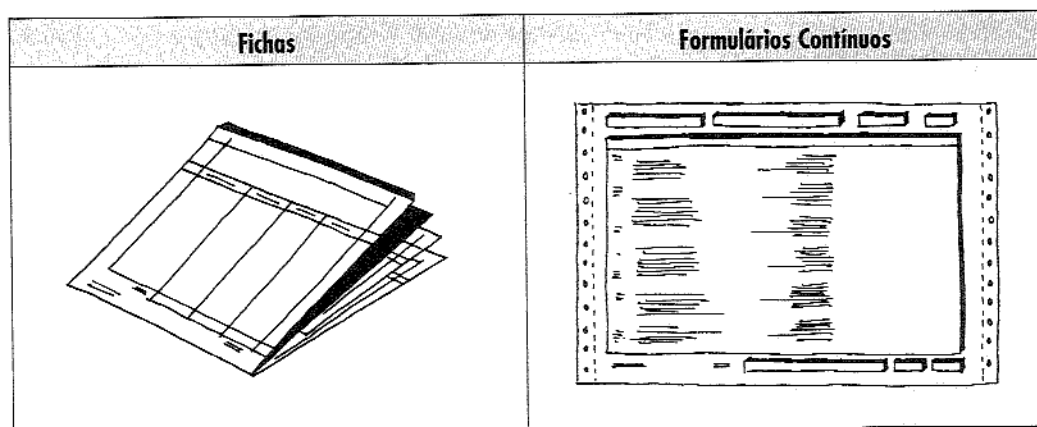
FICHAS E FORMULÁRIOS CONTÍNUOS

O livro Diário e seus auxiliares devem ser autenticados (legalizados) pela Junta Comercial, com termos de abertura e de encerramento, lançados, respectivamente, na primeira e na última páginas úteis.

O livro Diário pode ser substituído por *fichas* quando a escrituração for mecanizada (nesse caso é possível escriturar o Diário e o Razão simultaneamente). *As fichas podem ser soltas ou contínuas.*

As fichas soltas (ou avulsas) devem ser numeradas tipograficamente e os termos lançados na primeira e na última ficha de cada conjunto.

As fichas contínuas podem ser em forma de sanfona, em blocos, com subdivisão, numeradas mecânica ou tipograficamente por dobras; é vedado, porém, o destaque das mesmas. Os termos são apostos no anverso da primeira página e no verso da última dobra de cada bloco que receberá número de ordem.

O *formulário contínuo* foi introduzido com o advento do computador. Apesar de equiparado às fichas contínuas, não é autenticado previamente em virtude de sua grande extensão. Assim, após processado eletronicamente, será destacado e encadernado em forma de livro e submetido à autenticação.

A autenticação *a posteriori* é possível, portanto, somente para os formulários contínuos processados eletronicamente. Os livros e as fichas devem ser autenticados antes da escrituração.

Normalmente, nas capitais essa autenticação é feita na Junta Comercial; no interior, tal função é delegada aos Cartórios Distribuidores da Comarca; para a sociedade civil ou empresa sem fins lucrativos, as autenticações são realizadas no Cartório de Registro Civil.

Quando a escrituração é realizada através de fichas, a empresa deve adotar livro próprio para inscrição do Balanço Patrimonial (balancetes e Demonstração do Resultado do Exercício) e mandá-lo autenticar por órgão competente.

SOFTWARE CONTÁBIL

Ao longo do tempo, o contador contou com diversas ferramentas de apoio para auxiliá-lo em suas tarefas contábeis. Como já vimos, desde a calculadora, passando pelas máquinas contábeis mecanizadas, até mais recentemente, o computador.

O aumento da complexidade, variedade e volume das operações realizadas nas organizações tem sido significativo ao longo da história. Parte disso foi provocada pelas mudanças ambientais políticas e sociais que afetaram as instituições e, por extensão, o contador e sua forma de trabalhar.

Nesse contexto, o *software contábil*, adicionado ao computador, tornou-se ferramenta indispensável para manipulação, classificação, ordenação, cálculo e impressão de documentos, no volume e complexidade hoje requeridos.

Softwares são programas de computador desenvolvidos por técnicos em informática. Esses técnicos, após analisarem as tarefas do cotidiano de determinado setor (contabilidade, por exemplo), escrevem um *software* (programa) para automatizar, simplificar e racionalizar a execução daquelas tarefas. Um dos resultados mais visíveis do uso de *software* na execução de tarefas contábeis é que o

profissional contábil fica livre de tarefas manuais e tem mais tempo para aplicar em tarefas intelectuais.

Levando-se em conta que as instituições modernas estão exigindo novos papéis a serem desempenhados pelo profissional contábil, fica difícil imaginar o funcionamento de uma contabilidade, seja no setor público ou privado, sem o apoio dos programas de computador.

Os investimentos necessários para ter um *software* de contabilidade profissional de qualidade, instalado e funcionando corretamente em um computador, são relativamente altos. Apesar do fato de os preços de *software* (programas) e *hardware* (máquinas) estarem caindo a cada ano, eles são ainda pouco acessíveis a estudantes e iniciantes em Contabilidade.

Felizmente, algumas empresas de *software* oferecem facilidades para que estudantes e instituições de ensino tenham acesso a *software* de qualidade profissional para fins de ensino e aprendizado. Uma delas é a Plandata, que há mais de 20 anos produz o *software* profissional de contabilidade, Contab 5. A Plandata oferece uma licença acadêmica de apoio a estudantes e instituições de ensino, para que estes possam usar *software* profissional.

A licença acadêmica do *software* profissional também é oferecida por vários fornecedores no mercado de *software*, normalmente em opções: (a) pessoa física (pessoal), estudantes e professores, (b) pessoa jurídica (institucional) para escolas. A licença pessoal permite a alunos ou professores instalar o *software* em seus microcomputadores pessoais. A licença institucional permite que escolas instalem o *software* em seus laboratórios de informática.

Esses *softwares*, na qualidade de *software* profissional, oferecem uma série de facilidades para os usuários acadêmicos, como a interatividade em rede entre alunos e professores, para a formulação de problemas e avaliação de exercícios.

Alguns desses *softwares* têm seu *design* totalmente compatível e integrado com outras ferramentas líderes e padrões do mercado. Editores de texto, planilhas eletrônicas, formato dos documentos compatíveis com os processadores de texto, a troca e o compartilhamento de trabalhos realizados, exploração de recursos da Internet etc. são vantagens que esses *softwares* apresentam.

CONTABILIDADE DIGITAL

Como já vimos, o livro Diário e os demais livros comerciais poderão ser escriturados por sistema de processamento eletrônico de dados, formulários contínuos.

O advento dos sistemas de processamento eletrônico de dados permite efetuar a escrituração contábil automaticamente por estes centros de processamento à medida que as operações vão acontecendo.

A contabilidade digital é um passo à frente no sentido de padronizar os registros de escrituração contábil e digital. Na verdade, é um esforço do governo em implantar esse sistema para combater a sonegação e ter maior controle.

Com isso se criou a Nota Fiscal Eletrônica, certificados digitais (assinaturas digitais, transações eletrônicas seguras e, o mais importante, SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que unifica a recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal utilizando um fluxo único, o computador.

Assim, os livros e documentos são emitidos de forma eletrônica. Ainda que o SPED tenha natureza fiscal, certamente será de grande contribuição à contabilidade moderna.

Palavras-chaves

Escrituração mercantil: escrituração contábil realizada no Diário. Essa expressão é usada pela legislação comercial brasileira que dispõe sobre a forma da adequada escrituração.

Ficha tríplice: conjunto de fichas em três vias, com cores diferenciadas, destinadas à datilografia (processo maquinizado); as 2ª e 3ª vias são utilizadas como Razão; a 1ª via, como Diário.

Livros auxiliares: livros que detalham a escrituração mercantil. São constituídos de acordo com a quantidade de lançamentos: quanto maior for a repetição de determinados registros, mais interessante é adequá-los a um único livro, o que facilita o controle e a anotação de dados esclarecedores. Os livros auxiliares podem ser do Diário (livro oficial – autenticado) e do Razão (considerado extraoficial – sem autenticação).

Lucro presumido: lucro estimado, aproximado; o Imposto de Renda determina, em média, que o lucro presumido seja calculado multiplicando um percentual sobre a Receita Bruta.

Sistemas contábeis: entre os diversos enfoques, podem ser entendidos como formas de escrituração: *manual* (manuscrito), *maquinizado* (datilografado), por *copiagem*, *mecanizado* (equipamentos contábeis adaptados), por *decalque a máquina*, e *eletrônico* (computador).

Sociedade civil: normalmente empresa prestadora de serviços ou empresa sem fins lucrativos. Difere das *sociedades comerciais* que operam com mercadorias ou produtos.

***Vouchers* ou *slips*:** fichas de lançamentos; espécies de rascunhos em que são feitos lançamentos antes do registro definitivo no Razão e Diário. Substituem com vantagens o antigo *borrador* (livro para rascunho).

? Perguntas e Respostas

1. O que é ERP?

Enterprise Resource Planning (ERP), ou Planejamento dos recursos corporativos, é um sistema que contempla praticamente todos os processos administrativos comuns da empresa, que estão "enlatados" no sistema na forma de regras de negócio baseadas nas "melhores práticas de mercado" e tem como objetivo a consolidação e consistência dos dados no nível corporativo e não departamental; não tem como objetivo a otimização máxima dos processos de um ou outro departamento, e sim da empresa em sua totalidade.

2. O que é um *software* de Gestão Contábil?

Normalmente, através de uma única entrada de dados em sistema *on line*, abastece-se toda a rede de informações dos departamentos contábeis, fiscal, pessoal e financeiro. Possui todas as informações fisco-legais, gerando automaticamente todas as obrigações principais e acessórias.

A partir da implantação do *software* contábil a empresa passa a obter benefícios e resultados, tais como:

- maior agilidade no fechamento contábil;
- visão total da situação econômica da empresa, através de seus balanços;
- informações precisas sobre as despesas por centro de custo;
- controle orçamentário;
- aspectos legais, fiscais etc.

O Sistema contábil é constituído para efetuar gestão central e/ou descentralizada, tendo como funções básicas: plano de contas, diário, razão, balancetes, demonstrações contábeis, orçamento, bancos, livros fiscais etc.

Ainda, esses tipos de *softwares* são integrados à gestão empresarial, apoiando todos os tipos de decisões que envolvem faturamento, compras, vendas, produção, setor financeiro etc.

3. Com o advento do computador e *softwares* de gestão contábil, o contador não ficará desempregado?

Não. Ninguém faz o Curso Superior de Contabilidade para exercer a atividade de escriturador contábil como na época da Contabilidade manual ou maquinizada.

Hoje, o perfil do profissional contábil é o de gerente da gestão contábil, gerente do sistema de informação da empresa.

Cada vez mais o contador está envolvido com o sistema decisorial da empresa, desde o planejamento estratégico (já se fala em Contabilidade Estratégica), orçamento, até os relatórios contábeis, com auditoria, análise financeira, análise das variações (envolvendo a Contabilidade de Custos, índices padrões etc.), controladoria etc. Os ajustes e a formatação de novos relatórios, principalmente para atender às necessidades dos administradores (Contabilidade Gerencial), cada dia é mais premente.

4. O SPED é tratado apenas como uma ferramenta fiscal?

Não. Podemos pensar no SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) como SPED contábil, como a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais. Na verdade o SPED substitui os Livros Diário e Razão.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 14.1 Pesquisar na parte de Direito Empresarial todos os artigos do novo Código Civil que falem de escrituração e sistemas de escrituração. Xerocar e arquivar em sua pasta.

TAREFA 14.2 Pesquisar sobre *Softwares* contábeis. Arquivar anúncios, folhetos ou informações sobre esse assunto.

TAREFA 14.3 Um dos livros contábeis facultativos para a empresa, mas de real importância, é o livro Caixa, utilizado para registrar todas as entradas e saídas de dinheiro da empresa. Utilizando esse livro é possível a qualquer momento a empresa saber o saldo de seu caixa, bem como controlar melhor essa importante conta.

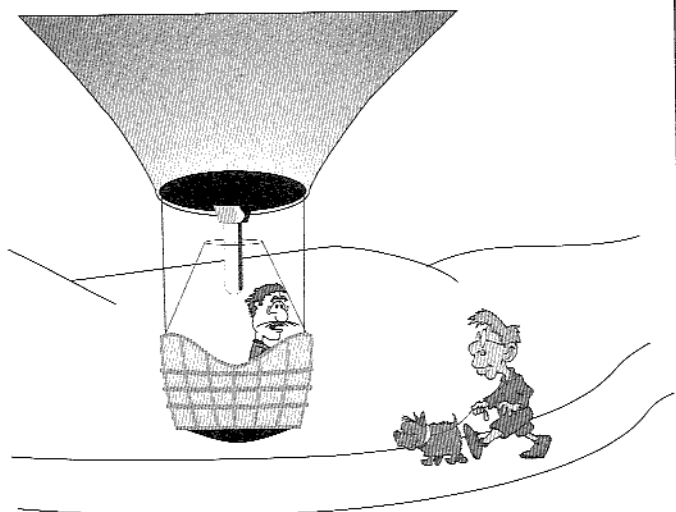
Arquivar uma folha do livro Caixa, também denominada "Movimento do Caixa".

15

Ativo Não Circulante e a Depreciação

Imobilizado
Depreciação
Taxa Anual da Depreciação
Depreciação Acelerada
Amortização e Exaustão
Recuperação de Ativos Permanentes

Piada de mau gosto?

Um balonista, perdido na neblina, desce num grande campo onde vê um homem passeando com seu cachorro. "Por favor, onde eu estou?", ele grita. "Na cesta de um balão no meio de um campo gramado", vem a resposta. O balonista então diz: "Você deve ser um contador formado." "Sou, mas como você sabe?" "Porque o que você respondeu está impecavelmente correto, mas é completamente inútil!" Injusto e indelicado, possivelmente, mas com uma ponta de verdade (?)

O McDonald's é hoje o maior proprietário individual de imóveis do mundo, superando até a Igreja Católica. Os melhores pontos comerciais do mundo são desta rede de franquias de hambúrguer. A marca McDonald's está entre as dez mais importantes do mundo. Os imóveis, a localização (ponto comercial), a marca, a clientela são atributos que, quando contabilizados, aparecerão no Ativo Permanente.

O Ativo Não Circulante divide-se em quatro grupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Analisaremos mais cuidadosamente o Imobilizado por ser o grupo mais relevante e representativo do Ativo Não Circulante.

IMOBILIZADO

Natureza do Ativo Imobilizado

Entende-se por Ativo Imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda. Podemos diferenciar, no conceito dado, três afirmações importantes que devem coexistir para que possamos classificar um Ativo Imobilizado. Isso quer dizer que não basta que tenhamos apenas uma ou duas características: são necessárias três características, concomitantemente:

a) natureza relativamente permanente (vida útil longa);
b) ser utilizado na operação dos negócios;
c) não se destinar à venda.

Dizemos que é de natureza *relativamente* permanente, porque praticamente nenhum bem (exceto Terrenos) possui vida ilimitada dentro da empresa, sofrendo desgaste com o uso e, com o passar do tempo, obsolescência. Isso tanto é verdade que a própria lei reconhece e autoriza as empresas a contabilizarem tais desgastes, como teremos oportunidade de estudar quando discutirmos Depreciação.

Assim, o edifício da fábrica, por exemplo, constitui um ativo imobilizado, pois possui, concomitantemente, as três características mencionadas: é uma propriedade relativamente permanente, é utilizada na operação dos negócios e não se destina à venda.

Um bem pode ser considerado como ativo imobilizado em uma empresa e não ser assim considerado em outra, cujas características de negócios sejam diferentes. Por exemplo:

a) edifícios são considerados Ativo Imobilizado para uma indústria que os utiliza como sede, fábrica, escritório. Porém, os de propriedade de uma companhia imobiliária ou de uma incorporadora *não* são considerados Ativos Imobilizados, pois se destinam à venda;
b) veículos, em uma companhia de transportes, são considerados Ativos Imobilizados, enquanto na empresa automobilística os veículos destinados à venda são considerados Ativos Circulantes;
c) da mesma forma, as máquinas e as grandes prensas utilizadas nas companhias automobilísticas, de estamparia e outras são consideradas Imobilizado, não o sendo, entretanto, para as indústrias que as produzem.

De maneira geral, os bens podem ser classificados como veremos a seguir.

a) BENS TANGÍVEIS (CORPÓREOS)

São os que têm uma substância concreta e que podem ser tocados, palpados. Exemplos:

a) *sujeitos à depreciação*: edifícios e equipamentos;
b) *não sujeitos à depreciação*: terrenos e obras de arte;
c) *sujeitos à exaustão*: reservas minerais e florestais.

Observação: Conceitos de Depreciação, Amortização e Exaustão serão vistos à frente.

b) BENS INTANGÍVEIS (INCORPÓREOS)

> Os bens intangíveis, não corpóreos, de acordo com a Lei nº 11.638/07, foram excluídos do Imobilizado, passam agora para o novo grupo chamado Intangível.

Como a palavra sugere, são os ativos que não têm substância física e que, sem serem abstratos, não podem ser tocados, palpados, mas podem ser comprovados. Os exemplos principais são:

1. *Fundo de Comércio (Goodwill)*. Consiste na reputação da empresa e no ambiente em que ela atua. A determinação do valor do Fundo de Comércio e sua associação com as futuras receitas e os futuros períodos que serão beneficiados são alguns dos problemas que têm merecido as mais diversas soluções, como todos sabemos. Em alguns empreendi-

mentos, o valor do "Fundo de Comércio" é determinado como o valor pago a maior pelo Ativo de uma empresa adquirida.

2. *Outros Intangíveis*: Ponto Comercial, Direitos Autorais, Isenções ou Licenças de Exploração, Patentes relativas a Invenções e também a Marca de Indústria e Comércio.

Atualmente, alguns autores têm tratado o intangível da empresa como capital intelectual, parte invisível, difícil de ser avaliado.

ITENS QUE COMPÕEM O ATIVO IMOBILIZADO (TANGÍVEL)

- terrenos (realmente utilizados pela empresa);
- edifícios (idem terrenos);
- instalações (integradas aos edifícios: hidráulicas, contra incêndios, elétricas, sanitárias etc.);
- máquinas e equipamentos (para realizar a atividade da empresa);
- móveis e utensílios (mesas, cadeiras, máquinas de escrever, arquivos etc.);
- veículos (de utilização para cargas, para vendas, para administração etc.);
- ferramentas (com vida útil superior a um ano);
- benfeitorias em propriedades arrendadas (construções, instalações etc. em prédios de terceiros).

MANUTENÇÃO E REPAROS NO ATIVO IMOBILIZADO

A princípio, observamos que uma característica do Ativo Imobilizado é vida relativamente longa. Pode-se entender como longa uma vida útil superior, pelo menos, a um ano. Assim, se adquirirmos uma ferramenta (normalmente Imobilizado), cuja vida útil seja inferior (por exemplo, quatro meses) a um ano, contabilizaremos como *despesa do período* (DRE), pois só beneficiará a empresa por um exercício, não sendo, portanto, classificada no Imobilizado.

> A Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76, de acordo com o seu art. 179, item IV, conceitua o Ativo Imobilizado como: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Para os bens classificados no Imobilizado (vida útil superior a um ano), temos que incorrer com certos gastos para mantê-los ou recolocá-los em condições normais de uso. Esses gastos são denominados Manutenção e Reparos.

Gastos de Manutenção e Reparos normalmente não aumentam a vida útil do bem ou a capacidade de produção. Por isso, é comum contabilizar tais gastos como despesas do período.

MELHORIAS NO ATIVO IMOBILIZADO

Através de uma reforma ou substituição de partes do bem que contribua para o aumento da vida útil ou da capacidade produtiva há a ocorrência de Melhoria no Ativo Imobilizado.

Nesse caso, adicionaremos o custo da melhoria ao valor do bem.

IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

Deverão constar do Imobilizado certas Imobilizações que se encontram em formação (andamento) e no futuro entrarão em uso para a empresa: construções de prédios em andamento; construções de máquinas (para uso da empresa) em andamento; importações em andamento de bens imobilizados; adiantamento a fornecedores de bens imobilizados etc.

Subtrações do Imobilizado

DEPRECIAÇÃO

A maior parte dos Ativos Imobilizados (exceção feita praticamente a Terrenos e Obras de Arte) têm vida útil limitada, ou seja, serão úteis à empresa por um conjunto de períodos finitos, também chamados Períodos Contábeis. À medida que

esses períodos forem decorrendo, dar-se-á o desgaste dos bens, que representam o custo a ser registrado.

O custo do Ativo Imobilizado é destacado como uma despesa nos períodos contábeis em que o Ativo é utilizado pela empresa. O processo contábil para essa conversão gradativa do Ativo imobilizado em Despesa chama-se *Depreciação*. A depreciação é uma despesa, porque todos os bens e serviços consumidos por uma empresa são Despesas.

Poderá ser computada como Custos (Despesas), em cada exercício, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo imobilizado resultante dos desgastes pelo Uso, Ação da Natureza e *Obsolescência*.*

DEPRECIAÇÃO PERANTE O IMPOSTO DE RENDA

Para efeito de Imposto de Renda, a Depreciação não é obrigatória; todavia, é interessante que a empresa a faça para apuração do Lucro Real do exercício (pagando menos Imposto de Renda), apresentando um lucro mais próximo da realidade. Contudo, se o contribuinte deixar de depreciar num exercício, não poderá, no exercício seguinte, fazê-lo acumuladamente, em virtude do "princípio legal da independência dos exercícios (ou competência de exercícios)". A Depreciação efetuada fora do exercício em que ocorreu a utilização dos bens do ativo, bem como a Depreciação calculada a maior que as taxas permitidas, não é dedutível como custos, ou encargos, para fins do Imposto de Renda.

TAXA ANUAL DA DEPRECIAÇÃO

Para cálculo da taxa anual de Depreciação é necessário estimar a vida útil do bem, isto é, quanto ele vai durar, levando em consideração as *Causas Físicas* (o uso, o desgaste natural e a ação dos elementos da natureza) e as *Causas Funcionais* (a inadequação e o obsoletismo, considerando o aparecimento de substitutos mais aperfeiçoados).

Então, a taxa de Depreciação Anual é estabelecida em função do prazo de vida útil do bem a depreciar. Assim, se um bem pode ter a duração de cinco anos, admite-se uma taxa anual de 20%, isso porque a taxa anual corresponde à divisão de 100% pelo número de anos do prazo de vida útil do bem.

---

* *Obsolescência*: Determinado equipamento está obsoleto quando perde a competitividade, pois está superado por outro equipamento que produz o mesmo produto ou similar, com tantas vantagens ou com custos inferiores; tais vantagens tornam inviável a operação do equipamento obsoleto.

Taxas de Depreciação Anual fixadas pela Legislação do Imposto de Renda

Grupos de Bens do Imobilizado	% a.a.
Bens Móveis em geral	10
Edifícios e Construções	4
Biblioteca	10
Ferramentas	20
Máquinas e Instalações Industriais	10
Veículos em geral	20
Tratores	25

DEPRECIAÇÃO ACELERADA

As taxas de depreciação fixadas pela Legislação do Imposto de Renda são para uma jornada normal de trabalho (turno de 8 horas). Portanto, quando ocorre a adoção de dois ou três turnos de 8 horas, quanto aos bens móveis comprovadamente utilizados, poderão ser adotados os coeficientes de aceleração de 1,5, quando são dois turnos, e de 2,0, quando são três turnos. Isso porque é admissível que o uso intensivo do bem reduzirá sua vida útil.

Assim, se a empresa está trabalhando em dois turnos, a taxa de Depreciação será:

Para dois turnos:	Taxa Normal	×	Coeficiente	Taxa Acelerada
Máquinas:	10%	×	1,5	15%
Ferramentas:	20%	×	1,5	30%
.....	...	×	1,5	...
.....	...	×	1,5	...
Para três turnos:				
Máquinas:	10%	×	2,0	20%
.....	...	×	2,0	...
.....	...	×	2,0	...

DEPRECIAÇÃO

Os encargos de depreciação, amortização e exaustão podem ser computados mensalmente, observado o seguinte critério:

> registro de 1/12 do encargo anual, em cada mês-calendário, se a empresa permanecer no regime mensal ou trimensal de apuração do lucro real.

Se a empresa optar pagar o Imposto de Renda a base de estimativa (lucro presumido), poderá fazer o registro do encargo anual, em cada ano-calendário. Ressalte-se que, nesse caso, a depreciação e outras despesas não entram no cálculo para Imposto de Renda, já que o lucro presumido é um percentual da Receita.

EFEITOS DA DEPRECIAÇÃO (DRE E BP)

O item Despesas de Depreciação é uma conta que deve figurar na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

No Balanço Patrimonial, a Depreciação aparece deduzindo o Imobilizado (conta retificativa).

Assim, como podemos observar no exemplo a seguir, a "Cia. Moeda Estável" faz a *primeira depreciação* de um veículo que lhe custou $ 200.000. Dessa forma, após a Depreciação (20%), teremos uma despesa (DRE) de $ 40.000 (o lucro será reduzido em $ 40.000) e uma diminuição no valor do Veículo (BP) de $ 40.000, que passa a $ 160.000 ($ 200.000 (–) $ 40.000).

Moeda Estável S.A. – Cia. Comercial Anti-inflação

1º Ano de Depreciação

Custo de Aquisição de Veículo: $ 200.000
Taxa = 20%
Data de Aquisição: 2-1-X1
Depreciação Anual: $ 40.000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Moeda Estável S.A. – Cia. Comercial Anti-inflação
De 1º-1-X1 a 31-12-X1

Receita	____
– CMV	____
Lucro Bruto	
(–) Despesas Operacionais	____
• Administrativas	____
____	
Depreciação	40.000
____	____
• Financeiras	____
____	____
Lucro Operacional	____

BALANÇO PATRIMONIAL
Moeda Estável S.A. – Cia. Comercial Anti-inflação
Em 31-12-X1

ATIVO		P e PL
____		____
____		____
____		____
Não Circulante		____
Imobilizado		____
Veículo	200.000	____
(–) Depreciação acumulada	(40.000)	____
	160.000	____

Subtração

No segundo ano, faremos nova Depreciação no item Veículo. Teremos, então, uma nova despesa de $ 40.000 ($ 200.000 × 20%) na DRE, diminuindo o lucro do exercício. Assim como no primeiro ano, os $ 40.000 de Depreciação também irão reduzir o item Veículo no Imobilizado (BP). Só que, agora, não são apenas os $ 40.000 do segundo ano que reduzirão a conta de balanço, mas estes serão adicionados (acumulados) aos $ 40.000 do primeiro ano. Portanto, teremos uma **Depreciação Acumulada** de $ 80.000, reduzindo o Imobilizado, como vemos no exemplo a seguir.

2º Ano de Depreciação

Custo de Aquisição de Veículo: $ 200.000
Taxa = 20%
Data de Aquisição: 2-1-X1
Depreciação Anual: $ 40.000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Moeda Estável S.A. – Cia. Comercial Anti-inflação
De 1º-1-X2 a 31-12-X2

Receita	____
– CMV	____
Lucro Bruto	____
(–) Despesas Operacionais	
• de vendas	____
____	____
____	____
____	____
____	____
• Administrativas	____
____	____
____	____
____	____
Depreciação	40.000
____	____
____	____
• Financeiras	
____	____
____	____
____	____
Lucro Operacional	____

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO
Moeda Estável S.A. – Cia. Comercial Anti-inflação
Em 31-12-X2

ATIVO	31-12 X2	31-12 X1	P + PL
____			____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____
Acúmulo na Depreciação			____
Não Circulante		Balanço	____
Imobilizado		Anterior	____
Veículo	200.000	200.000	____
(–) Depreciação Acumulada	(80.000)	(40.000)	____
	120.000	160.000	____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____
____	____	____	____

Nesse exercício, estamos alocando a despesa de Depreciação para o grupo Despesas Operacionais. Se a depreciação, entretanto, decorrer de bens da fábrica de uma indústria, esta será alocada no item Custo do Produto Vendido (primeiramente no Estoque).

No terceiro ano, faremos nova Depreciação no item Veículo. Teremos, então, uma nova despesa de $ 40.000 ($ 200.000 × 20%), que irá reduzir o lucro na DRE.

A Depreciação Acumulada (conta retificativa do item Veículo) passará, agora, para $ 120.000:

1º ano	40.000
2º ano	40.000
3º ano	40.000
	120.000

Por conseguinte, teremos, no Balanço Patrimonial:

Não Circulante	
Imobilizado	
Veículo	200.000
(–) Depr. Acum.	(120.000)
	80.000

Como podemos entender facilmente, o Veículo será totalmente depreciado no 5º ano (pois a vida útil dele é de cinco anos):

Não Circulante	
Imobilizado	
Veículo	200.000
(–) Depr. Acum.	(200.000)
	0

No final do 5º ano, portanto, teríamos saldo zero. O saldo seria igualmente zero no final da vida útil do bem, ainda que sobre ele incidisse reavaliação. Pelo fato de encontrarmos saldo zero, não significa que devamos dar baixa em Veículo. Daqui para frente, este bem, se continuar funcionando, não se tornará despesa para a empresa, pois já está totalmente depreciado.

Só daremos baixa no momento em que o Veículo for tirado de circulação. Qualquer preço que a empresa conseguir na alienação desse bem (mesmo como sucata) será considerado lucro, uma vez que seu custo é zero.

MÉTODOS DE CÁLCULO DE DEPRECIAÇÃO

Encontram-se, na literatura contábil, muitos métodos de Depreciação, dos quais podemos mencionar os seguintes:

a) Método da Linha Reta (quotas constantes).
b) Método das Taxas Fixas.
c) Método das Taxas Variáveis.
d) Método de Cole.
e) Método de Horas Trabalhadas.
f) Método de Unidades Produzidas.
g) Método da Depreciação Decrescente.
h) Métodos Especiais.

O Método da Linha Reta, um dos mais simples, oferece a vantagem da aceitação fiscal. Ele consiste no cálculo exemplificado a seguir:

Exemplo: *Veículo adquirido ao custo de $ 600.000, com vida útil estimada de 5 anos.*

Fórmula do Método da Linha Reta:

Depreciação do Período = Custo do Bem ÷ Vida Útil Provável

Demonstração: $\frac{600.000}{5 \text{ anos}} = 120.000$

Anos	Despesa de Depreciação	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
1	120.000	120.000	480.000
2	120.000	240.000	360.000
3	120.000	360.000	240.000
4	120.000	480.000	120.000
5	120.000	600.000	–0–
Total	600.000		

Deixaremos de abordar outros métodos, dado que a utilização na prática, no momento, é muito reduzida em relação a tais métodos. Na verdade, a maioria esmagadora utiliza-se do Método Linha Reta, considerando sua aceitação pelo Imposto de Renda.

SALDO CONTÁBIL

No exemplo anterior, o valor residual foi igual a zero; no entanto, algumas empresas estimam um valor residual representando a quantia que será recebida pela venda do bem, quando ele não for mais útil. Esse saldo é conhecido como "valor residual contábil".

Admitindo a existência de um valor residual estimado de $ 20.000, no exemplo dado, teremos as seguintes modificações:

1. Na fórmula:

$$\text{Depreciação do Período} = \frac{\text{Custo do Bem} - \text{Valor Residual}}{\text{Vida Útil Provável}}$$

2. No cálculo da Depreciação do Período:

$$\frac{600.000 - 20.000}{5} = 116.000 \text{ por ano}$$

Conclusão: A utilização do Valor Residual diminui a despesa de depreciação; portanto, aumenta o lucro do período. Sua prática é aceita pela legislação tributária.

Há certas situações em que o valor residual é imprescindível. O touro, para uma fazenda, é Imobilizado até o momento em que deixar de ser eficiente como reprodutor. O fato de ele não ser mais utilizado como reprodutor não significa que não valha mais nada, pois poderá ser vendido a um frigorífico, para abate. O valor residual será a estimativa de seu valor para abate no final de sua vida útil como reprodutor.

AMORTIZAÇÃO

CONCEITO

A Amortização corresponde à perda do valor do capital aplicado em Ativos Intangíveis. Assim, são amortizáveis os Ativos Intangíveis de duração limitada, ou seja: o Fundo de Comércio,* o Ponto Comercial, os Direitos Autorais, as Patentes e o Direito de Exploração.

CÁLCULO DA AMORTIZAÇÃO

A amortização do período é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Amortização do Período} = \frac{\text{Valor do Direito}}{\text{nº de Períodos de Duração}}$$

EFEITOS DA AMORTIZAÇÃO

Os efeitos são semelhantes aos da Depreciação, porém, são usadas contas próprias. Exemplo:

> "Despesa de Amortização" e "Amortização Acumulada". Cabem, aqui, as mesmas considerações que foram feitas a respeito da Depreciação Acumulada referente a uma conta retificativa do Ativo, diminuindo o saldo do valor original até seu limite.

Não confundir Amortização de Intangível (a perda do valor do Ativo Intangível, contabilizada como despesa) com Amortização de Financiamento (pagamentos de parcelas de dívidas).

---

* A Amortização de Fundo de Comércio (*Goodwill*) tem sido feita de modo mais consistente quando apoiada em estudos mercadológicos. Em alguns casos, a amortização desse valor é bastante arbitrária.

EXAUSTÃO

CONCEITO

A Exaustão corresponde à perda do valor decorrente da exploração de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

APLICAÇÃO DO CONCEITO

Ao contrário das propriedades que se deterioram física ou economicamente, os Recursos Naturais se esgotam. O esgotamento é a extinção dos recursos naturais e a exaustão é a extinção do custo ou do valor desses recursos naturais (mina, floresta, poço petrolífero etc.).

Assim, à medida que se extingue o Recurso Natural, registra-se a Exaustão do valor desse recurso.

CÁLCULO DA EXAUSTÃO

A exaustão do período é calculada de modo semelhante à Amortização, assim como seus efeitos e demais considerações também aqui se aplicam. Se for previsto algum valor residual, esse fato deve ser considerado, como já foi explicado no caso da Depreciação. O cálculo do montante deve levar em conta:

a) os princípios de Depreciação, com base no custo de aquisição ou na proporção dos recursos minerais;
b) o volume da produção no ano;
c) a razão entre o potencial conhecido da mina e o volume de produção do período;
d) o prazo de duração do contrato, se preferida pela empresa essa base.

Ressalte-se que valor residual é bastante comum para o cálculo de exaustão quando se adquire o terreno onde se encontram os recursos naturais a serem explorados. Assim, por exemplo, se a Cia. W adquire uma pedreira, o terreno onde está localizada a pedreira deverá, no cálculo da exaustão, ser destacado, dado que, no final da exploração da pedreira, continuará como propriedade da Cia. W.

Preço pago pela Cia. W pela pedreira, com o terreno: $ 12.900.000

Valor estimado do terreno por ocasião da compra:	$ 2.500.000
Prazo estimado para esgotamento total da pedreira:	7 anos

$$\text{Exaustão anual} = \frac{12.900.000 \quad 2.500.000}{7 \text{ anos}} = \$\ 1.485.714$$

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES

A Lei nº 11.638/07 determina que a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no Imobilizado e no Intangível, a fim de que sejam:

- registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de descontinuar os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou
- revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu norma (CPC 01) sobre o assunto.

Palavras-chaves

Amortização: corresponde à perda de valor do capital aplicado em Ativos Intangíveis (marcas, patentes, fundo de comércio, direitos autorais) e em benfeitorias em propriedade de terceiros.

Depreciação: diminuição do valor dos bens do Ativo Imobilizado resultante dos desgastes pelo uso, ação da natureza ou obsolescência (tornou-se antiquado, perdeu a competitividade).

Exaustão: corresponde à perda de valor decorrente da exploração de direitos cujo objeto sejam recursos materiais, ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

Tangível: bens corpóreos, físicos.

Intangível: bens incorpóreos, sem corpo.

? Perguntas e Respostas

1. Além da depreciação, quais outras contas relevantes que subtraem o Ativo?

As duas contas subtrativas relevantes estão no Ativo Circulante, especificamente Duplicatas a Receber: provisão para devedores duvidosos e duplicatas descontadas.

Admita que a "empresa exemplo" vende $ 500.000 a prazo no mês. Conforme levantamento estatístico nos últimos 3 anos, a empresa não consegue receber toda venda a prazo, mas, em média, perde 5% referente a maus clientes (*Devedores Duvidosos*).

Ainda que tal provisão não seja dedutível para fins de Imposto de Renda, os princípios contábeis norteiam que o procedimento correto é fazer tal provisão (estimativa) com base estatística em períodos anteriores.

Balanço Patrimonial	
Ativo Circulante	
• Disponível	xxxxx
• Duplicatas a Receber	500.000
(–) Prov. Dev. Duvidosos	(25.000)
(–) Duplicatas Descontadas	(xxxxx)
• Estoques	xxxxx
• ______	______
• ______	______
Não Circulante	
• ______	______
• ______	______
• ______	______
• ______	______
• ______	______
• ______	______

Demonstração do Resultado do Exercício	
Receita	500.000
(–) Deduções	(xxxxx)
Receitas Líquidas	xxxxx
(–) CMV	(xxxxx)
Lucro Bruto	xxxxx
(–) Despesas Operacionais	
→ De vendas	(25.000)
Administrativas	(xxxxx)
Financeiras	(xxxxx)
Lucro Operacional	xxxxx
______	______
______	______
______	______

Em termos de *Duplicatas Descontadas*, é comum empresas com necessidade de capital de giro negociar "Duplicatas a Receber" com os bancos, antecipando o recebimento, porém, sendo descontadas as despesas bancárias (juros, comissão bancária...): daí denominar-se desconto de duplicatas.

Abre-se uma conta "Duplicatas Descontadas" para controle, pois se o cliente não honrar o compromisso com o banco, a empresa que descontou as duplicatas terá que liquidar junto ao banco o valor das Duplicatas a Receber.

2. Como se contabiliza a Provisão para Devedores Duvidosos?

Normalmente, a Provisão para Devedores Duvidosos se faz, nos ajustes, no final do período X1. No período seguinte X2 poderão acontecer três situações:

a) a perda com recebimento é menor que a prevista (ex.: 18.000);
b) a perda com recebimento é maior que a prevista (ex.: 30.000);
c) a perda com recebimento é igual ao que foi previsto (ex.: 25.000).

Constituição no Final do Período X1

Prov. Deved. Duvidosos	
	25.000 (I)

Despesa Deved. Duvidosos	
(I) 25.000	xxxxx

Conta encerrada na apuração do resultado

a) No período seguinte X2 constatou-se que a perda foi de $ 18.000

b) No período seguinte X2 constatou-se que a perda foi de $ 30.000

Duplicatas a Receber	
xxxxx	1) 25.000
	2) 5.000

Perdas c/ Duplicatas	
2) 5.000	

Entra como *Despesa* em Desp. com Vendas

c) No período seguinte X2 constatou-se que a perda foi de $ 25.000. Idem a exemplo *b*, considerando apenas o lançamento "1".

3. Como se contabiliza Duplicatas Descontadas?

Admita que a "empresa-exemplo" descontou 40% das Duplicatas a Receber ($ 500.000 × 40% = $ 200.000), que o vencimento será em 30 dias e os encargos financeiros (juros, comissão bancária...) serão de 10% ($ 200.000 × 10% = 20.000).

Nesse caso, o banco deposita o valor líquido financiado na conta "Banco com Movimento" da empresa.

Se a empresa-cliente não liquidar a dívida junto ao banco, a "empresa-exemplo" deverá fazê-lo.

4. Qual a diferença entre Reservas e Provisão?

Provisão

Há, basicamente, dois tipos de provisão:

a) Redução de Ativo – São expectativas de perdas de Ativos. O exemplo mais conhecido é a Provisão para Devedores Duvidosos, na qual se estima o não recebimento de uma parte de Duplicatas a Receber.

b) Aumento do Passivo (exigibilidade) – São desembolsos que certamente ocorrerão no futuro, uma vez que o fato gerador já ocorreu. Como exemplos têm a Provisão para Férias e a Provisão para 13º salário.

Reservas

São acréscimos ao Patrimônio Líquido que, quase sempre, são utilizadas para o aumento de Capital.

As Reservas não têm qualquer característica de Passivo, ou seja, não há nenhum indício de que se tornem exigibilidades, pois, se assim fosse, deveríamos classificá-las como Passivo. Normalmente, as reservas originam-se de contribuições dos acionistas, de doações, de lucros não distribuídos aos proprietários etc.

5. Neste tema de redução de Ativo ou Passivo houve alguma mudança relevante na Lei nº 11.638/07?

Sim. Os elementos do Ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente (valor atual, em moeda de hoje). As obrigações, encargos e riscos classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo serão ajustados ao seu valor presente.

Esta mesma regra vale para Ativos e Passivos, mesmo não sendo de longo prazo, devendo ser ajustado a valor presente, quando houver efeito relevante.

O valor presente ou método valor atual é a fórmula matemático-financeira de se determinar o valor presente de pagamentos futuros descontados a uma taxa de juros apropriada.

Vamos admitir que uma empresa faça uma venda a prazo, ainda que seja por um mês (mas com efeito relevante), em 15/12 por $ 100. Se fosse o preço a vista, seria $ 90:

No ato da Venda

Duplicatas a Receber	
(1) 100	

Receita Bruta	
	100 (1)

Despesa p/ Ajuste a Valor Presente	
(2) 10	

Provisão p/ Ajuste a Valor Presente	
	10 (2)

31/12/X1

Balanço Patrimonial		Demonstração Resultado Exercício	
Ativo Circulante			
________	____	Receita Bruta	100
________	____	(–) Desp. Ajuste V.P.	(10)
Duplicatas a Receber	100		90
(–) Provisão Ajuste V.P.	(10)		
	90		

No ato do Recebimento

Duplicatas a Receber

Débito	Crédito
(1) 100	90 (3)
	10 (4)

Caixa

Débito	Crédito
(3) 100	

Despesa p/ Ajuste a Valor Presente

Débito	Crédito
(4) 10	10 (1)

Receita Financeira (DRE)

Débito	Crédito
	10 (3)

Se fosse Passivo, conta Fornecedor, teríamos Despesa Financeira em vez de Receita Financeira.

ATIVIDADES SUGERIDAS

TAREFA 15.1 Recortar uma Demonstração Financeira de uma empresa em que aparece qualquer Intangível. Mesmo que aparecer em Nota Explicativa será válido (pode ser *Goodwill*, Capital Intelectual, Fundo de Comércio etc.).

Circular ou sublinhar o Intangível selecionado.

TAREFA 15.2 Recortar qualquer Relatório Contábil que fale sobre Amortização ou Exaustão.

Circular ou sublinhar o termo selecionado.

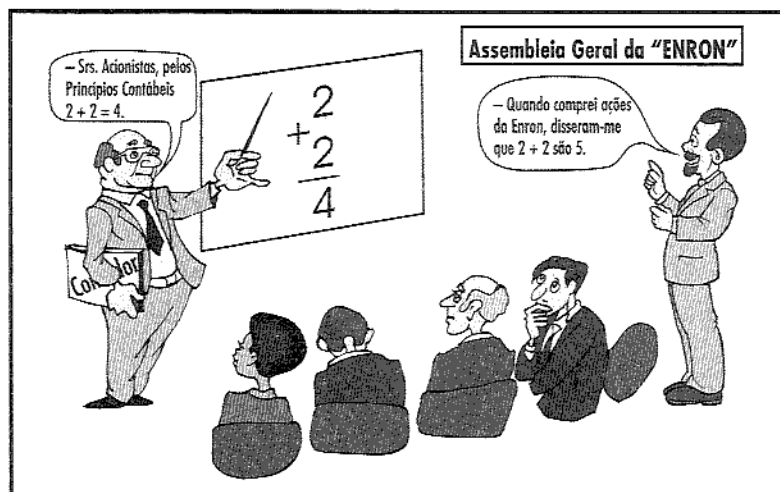
TAREFA 15.3 Existem bens que não estão sujeitos à Depreciação:

- terrenos, exceto se neles ocorrerem melhoramentos, construções e benfeitorias;
- bens que aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades.

Arquivar uma *tabela de bens sujeitos à depreciação e não sujeitos à depreciação* com as taxas usualmente adotadas e aceitas pela fiscalização do Imposto de Renda. (Pode-se usar xerox.)

16

Ciclo Contábil e Levantamentos das Demonstrações Financeiras

Introdução
Dados para Escrituração
Levantamento das Demonstrações Financeiras
Escrituração
Primeiro Balancete de Verificação
Ajustes no Final do Período
Segundo Balancete de Verificação
Apuração de Resultados
Contabilização do Lucro
Distribuição do Lucro
Estruturação das Demonstrações Financeiras

Por ocasião do XV Congresso Mundial de Contabilidade, o Sr. James Woltensohn, presidente do Banco Mundial, disse que nos últimos 15 anos temos visto grandes transformações políticas e econômicas, e corrupção crescente, em todo o mundo; ele pergunta: "O que isso tem a ver com Auditores e Contadores?" E responde: "O simples elemento que une esses fatos é **transparência**." A falta desta, segundo ele, gera a corrupção, generalizada em nossos dias, principalmente nos governos de países em desenvolvimento. Dirigindo-se aos Contadores, afirmou:

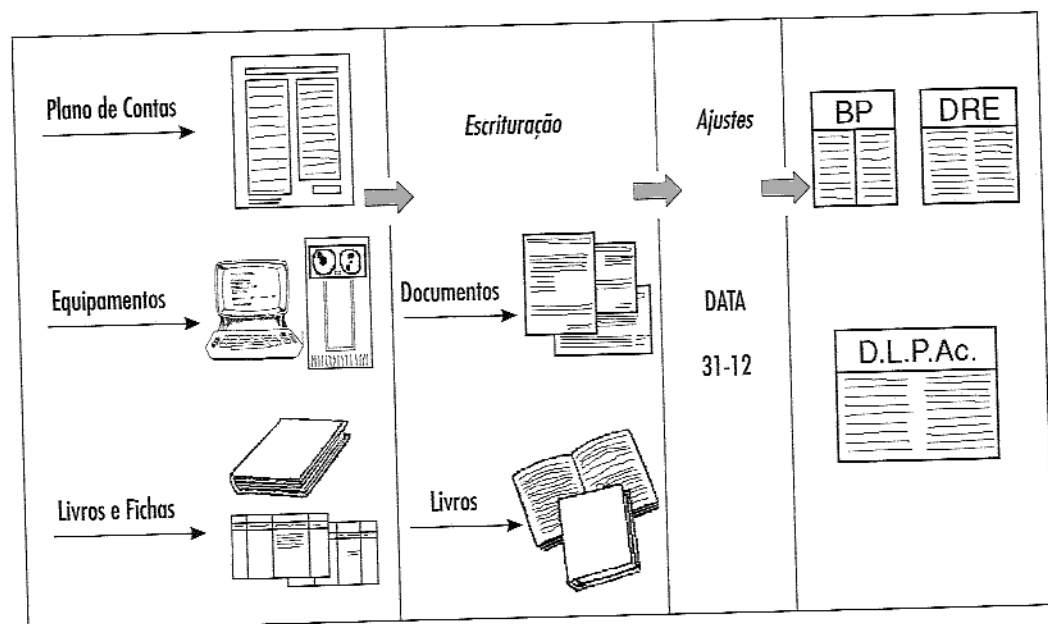
> "Mas vocês têm também importante papel a desempenhar. **Vocês são os vigilantes da probidade**. São vocês que assinam as contas públicas e têm a responsabilidade moral e ética de servir o interesse público. É o título deste Congresso. Em muitos casos vocês estão presentes. Mas tomemos o caso da lavagem de dinheiro. Onde está a profissão contábil? Se não atuarem voluntariamente, serão obrigados a fazê-lo por lei. Não seria melhor tomarem a iniciativa, vocês mesmos, e iniciarem a construção de um mecanismo de normas éticas? Os governos também precisam atuar" (*A contabilidade na era da globalização*, Capítulo 1).

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, este capítulo visa apresentar uma visão conjunta de todo o processo contábil ou ciclo contábil, englobando *desde a escrituração até o levantamento das Demonstrações Financeiras* e sua análise (omite-se a parte de análise, pois será vista mais adiante pelo estudante).

Dessa maneira, apresenta-se ao estudante todo o caminho que deverá percorrer na atividade contábil até chegar a seu produto final: as Demonstrações Financeiras.

Em segundo lugar, objetiva-se aqui abordar alguns ajustes que ocorrem em final de período.

Será desenvolvido um exemplo em que se parte da hipótese de que já havia um Plano de Contas e um Sistema Contábil, ou seja, supõe-se que a Contabilidade tenha sido planejada quanto às contas que serão movimentadas (Plano de Contas – Capítulo 8) e ao tipo de equipamento, livros e fichas (Sistemas Contábeis – Capítulo 14) que serão utilizados.

DADOS PARA ESCRITURAÇÃO

31-12-X0

CIA. COBAIA – TINTURARIA EM GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Em $ mil

ATIVO		PASSIVO E PL	
Circulante		**Circulante**	
Caixa/Bancos	20.000	Títulos a Pagar	10.000
Não Circulante		**P. Líquido**	
Imobilizado		Capital	20.000
Móveis e Utensílios	10.000	Res. Capital	10.000
(–) Deprec. Acumulada	(1.000)	Lucros Acumulados*	7.000
Equipamentos de Tintura	20.000	Total do P. Líquido	37.000
(–) Deprec. Acumulada	(2.000)		
Total Imobilizado	27.000		
TOTAL	47.000	TOTAL	47.000

* Para as empresas sujeitas à Lei nº 11.638/07, o saldo da conta Lucros Acumulados deverá ser zero (todo lucro acumulado deverá ser destinado).

Em 20X1 ocorrem os seguintes fatos (para não tornar o exemplo longo demais, os fatos serão apresentados resumidamente):

Em $ mil

a) A empresa prestou serviços num total de $ 100.000; $ 40.000 foram a prazo e nada se recebeu ainda. Desse total houve $ 5.000 de ISS, que serão pagos em 15-01-X2.
b) Adquiriu a prazo $ 20.000 de material de tintura para consumo.
c) Pagou $ 40.000 de salários; $ 30.000 referem-se ao pessoal da tinturaria, e o restante ao pessoal de escritório.
d) Liquidou os títulos a pagar, mas contraiu em 30-6, por um ano, um empréstimo bancário de $ 14.000. No final do empréstimo pagará juros de $ 16.000.
e) A empresa fez seguro contra incêndio, para o prédio da tinturaria, em 1º-10, por 12 meses, pagando a vista $ 6.000.
f) A empresa foi autuada e pagou uma multa de $ 2.000 por não recolher adequadamente seus encargos.
g) O salário do pessoal de escritório referente a dezembro no valor de $ 2.000 será pago em 10-1-X2.
h) A taxa de depreciação é de 10%.
i) Constatou-se, no final do ano, que havia em estoque $ 5.000 de material para tintura.

Para evitar excesso de detalhes (o que prejudicaria a compreensão do raciocínio), não serão contabilizados itens como despesa de aluguel, imposto predial, material de escritório, encargos sociais, energia elétrica etc.

LEVANTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRIMEIRO PASSO

Escrituração

Com base nos documentos que suportam os registros contábeis (nota fiscal, faturas, escrituras etc.) faz-se a escrituração.

Recomenda-se em primeiro lugar efetuar os lançamentos nos razonetes para, a seguir, passar para o Diário e o Razão. Assim, antes de efetivar os lançamentos, o esquema estará montado. Aconselha-se, ainda, separar os razonetes (as contas) que se referem ao balanço das contas de resultado. Serão feitos os lançamentos referentes às operações normais do ano e, em seguida, os ajustes que correspondem ao final de período.

RAZONETES

Em $ mil

CONTAS DE BALANÇO

CONTAS DE ATIVO

Caixa/Bancos	
(SI) 20.000	40.000 (c)
(a) 60.000	10.000 (d)
(d.1) 14.000	6.000 (e)
	2.000 (f)
36.000	

Dupl. a Receber	
(a) 40.000	

Mat. Tintura	
(b) 20.000	

Seguros	
(e) 6.000	

Móveis e Utensílios	
(SI) 10.000	

Equipamentos	
(SI) 20.000	

Dep. Ac. Móveis Utens.	
	1.000 (SI)

Dep. Ac. Equip.	
	2.000 (SI)

CONTAS DE PASSIVO E PL

Título a Pagar	
(d) 10.000	10.000 (SI)

ISS a Pagar	
	5.000 (a.1)

Fornecedores	
	20.000 (b)

Emprést. Banc.	
	14.000 (d.1)

Capital	
	20.000 (SI)

Res. Capital	
	10.000 (SI)

Lucros Acumulados	
	7.000 (SI)

CONTAS DE RESULTADO

CONTAS DE DESP./CUSTO

ISS	
(a.1) 5.000	

Sal. Administração	
(c) 10.000	

Sal. Tinturaria	
(c) 30.000	

Multa	
(f) 2.000	

CONTAS DE RECEITA

Receita Bruta	
	100.000 (a)

Observação: Os lançamentos nos livros Razão e Diário não são realizados por serem excessivamente simples e dispensáveis para a finalidade proposta neste capítulo.

SEGUNDO PASSO

Primeiro Balancete de Verificação

Para dar continuidade ao trabalho, o objetivo agora é verificar a exatidão dos lançamentos contábeis. E, visando a uma melhor ilustração, será feito um balancete de seis colunas: as duas primeiras referem-se aos saldos existentes no último balancete; a terceira e quarta colunas referem-se às operações no período; as duas últimas referem-se aos saldos finais (bastariam apenas estas duas últimas). As contas de balanço e as de resultado serão separadas para que permitam uma melhor visão do elenco das contas. Entre as contas de balanço também serão feitas distinções.

PRIMEIRO BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Em $ mil

Contas	Saldo 31-12-X0		Operações do Período		Saldo Final (1º Balancete)	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Ativo						
Caixa	20.000	–	74.000	58.000	36.000	–
Dupl. a Receber	–	–	40.000	–	40.000	–
Material de Tintura	–	–	20.000	–	20.000	–
Seguros	–	–	6.000	–	6.000	–
Móveis e Utensílios	10.000	–	–	–	10.000	–
Equipamentos	20.000	–	–	–	20.000	–
(–) Depr. Móv. Utens.	(1.000)	–	–	–	(1.000)	–
(–) Depr. Equip.	(2.000)	–	–	–	(2.000)	–
Passivo						
Títulos a Pagar	–	10.000	10.000	–	–	–
ISS a Pagar	–	–	–	5.000	–	5.000
Fornecedores	–	–	–	20.000	–	20.000
Empréstimo Bancário	–	–	–	14.000	–	14.000
P. Líquido						
Capital	–	20.000	–	–	–	20.000
Res. Capital	–	10.000	–	–	–	10.000
Lucros Acumulados	–	7.000	–	–	–	7.000
Despesa/Custo						
ISS	–	–	5.000	–	5.000	–
Sal. Administração	–	–	10.000	–	10.000	–
Sal. Tinturaria	–	–	30.000	–	30.000	–
Multa	–	–	2.000	–	2.000	–
Receita						
Receita de Serviços	–	–	–	100.000	–	100.000
TOTAL	47.000	47.000	197.000	197.000	176.000	176.000

TERCEIRO PASSO

Ajustes (no final do período) em 31-12-X1

Esta fase é dividida em três etapas. A *primeira* refere-se aos ajustes normais em decorrência do regime de competência: Seguros, Materiais, Juros, Devedores Duvidosos etc.; a *segunda* refere-se a Depreciação; a *terceira,* após acerto de todas as despesas e receita, refere-se a Imposto de Renda a Pagar.

1. *Ajustes em decorrência do Regime de Competência*

Em $ mil

- **Material de Tinturaria.** A aquisição desse material é contabilizada como Ativo, pois seu consumo acontece durante o ano. No item (i) dos dados do exercício observa-se que havia $ 5.000 em estoque (não consumido), o que significa que o restante fora consumido.

Observação: Dessa mesma maneira, os ajustes são feitos para material de escritório e outros materiais de consumo.

- **Seguros.** A aquisição do seguro é contabilizada como Ativo, pois ainda não houve sua utilização. Em 31-12-X1, todavia, constata-se a utilização (período percorrido) de três meses (1º-10 a 31-12) de seguros e isso significa despesas do ano 20X1, pois já foram consumidos (incorridos). Os nove meses seguintes serão despesas de 20X2.

- **Provisão para Devedores Duvidosos.** Da Receita de $ 100.000 constata-se que $ 40.000 ainda não foram recebidos e que dificilmente o total o será: existem os "caloteiros", aqui denominados devedores duvidosos.

Embora apenas em 20X2 se terá conhecimento do montante da perda, conclui-se facilmente que pertence (*compete*) à receita gerada em 20X1. A apuração do lucro do período, portanto, deve ser feita associando-se à receita as despesas que a ela competem, mesmo que para isso seja necessário estimar tais despesas; essa operação denomina-se *Provisão para Devedores Duvidosos.*

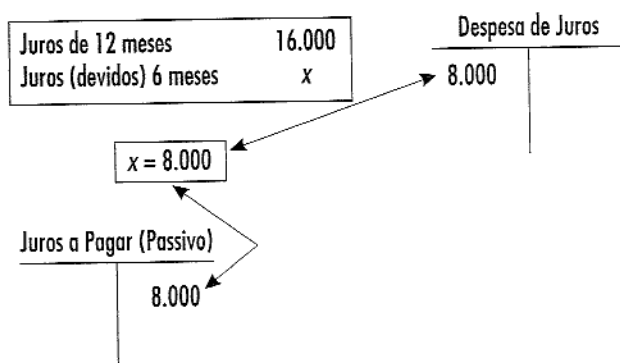
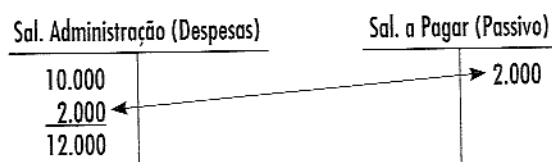
Para estimar a perda com devedores duvidosos, o ideal é dispor de dados estatísticos referentes às perdas com duplicatas nos últimos três anos; assim, pode-se trabalhar com um índice médio. A título de exemplo, vamos considerar que a perda média dos últimos três anos foi de 3%. Ressalte-se, todavia, que essa provisão não é considerada dedutível para fins do IR.

No final de 20X2, pode-se estar diante de três situações:

→ **Se a empresa perdeu exatamente $ 1.200 com Duplicatas a Receber:** dá-se baixa nas duplicatas realmente perdidas e na conta Provisão para Devedores Duvidosos.

→ **Se a empresa perdeu mais que $ 1.200 com Duplicatas a Receber:** dá-se baixa em todas as duplicatas realmente perdidas e na conta Provisão para Devedores Duvidosos, e o excesso da perda em relação à provisão é lançado como perda de 20X2.

→ **Se a empresa perdeu menos de $ 1.200 com Duplicatas a Receber:** dá-se baixa nas duplicatas perdidas e baixa parcial na conta Provisão para Devedores Duvidosos do valor da perda. A sobra de Provisão para Devedores Duvidosos será contabilizada em 20X2 como ganho (reversão de Provisão para Devedores Duvidosos), pois não foi utilizada.

- **Juros Incorridos.** A empresa contraiu um empréstimo bancário que será devolvido com juros em 30-6-X2. No final de 20X1 esse empréstimo foi utilizado por seis meses; há, portanto, juros devidos (incorridos) referentes a um semestre, embora não tenham sido pagos ainda:

- **Salários.** Observa-se que os salários de dezembro de 20X1 (compete a 20X1) não foram pagos ainda, pois a empresa pode pagá-los até o décimo dia do mês seguinte. Pelo regime de competência, no entanto, sabe-se que é despesa de 20X1, pois incorreu nesse período.

A rigor é necessário fazer os lançamentos dos encargos sociais, provisão para férias etc., cujo raciocínio no regime de competência é semelhante ao de salários a pagar. Tais lançamentos não são feitos aqui, todavia, para evitar excesso de pormenores.

2. *Depreciação*

Neste exemplo, estamos partindo da hipótese de que a Depreciação de *Móveis e Utensílios* e *Equipamentos* tenha uma taxa de 10% (conforme o Imposto de Renda):

3. *Provisão para Imposto de Renda*

Para calcular a Provisão para Imposto de Renda de 20X1 (período-base) a ser pago em 20X2 (exercício financeiro), é necessário conhecer o Lucro antes do Imposto de Renda. Por isso, serão relacionadas a receita e toda a despesa de 20X1.

Receita	100.000
(–) ISS	(5.000)
(–) Salários da Administração	(12.000)
(–) Salários da Tinturaria	(30.000)
(–) Multa	(2.000)
(–) Juros	(8.000)
(–) Devedores Duvidosos	(1.200)
(–) Material da Tinturaria	(15.000)
(–) Despesa de Seguros	(1.500)
(–) Depreciação	(3.000)
Lucro antes do Imposto de Renda	22.300

Esse lucro contábil deve ser transferido para o *Livro de Apuração do Lucro Real* para se apurar o Lucro Tributável ou Real, que serve de base para cálculo do Imposto de Renda.

Ao Lucro antes do Imposto de Renda *somam-se* (adições) as despesas não dedutíveis segundo o Imposto de Renda, mas que foram deduzidas pela contabilidade (multas, excesso de depreciação, provisão para devedores duvidosos etc.). Serão *deduzidas* (exclusões) parcelas não consideradas pela contabilidade (ou seja, prejuízos dos últimos anos, incentivos etc.).

Livro de Apuração do Lucro Real

L. A. I. R.	22.300
+ Adições (multas)	2.000
+ Provisão para Dev. Duvidosos	1.200
(–) Exclusões	–0–
Lucro Real	25.500

Cálculo do Imposto

L. Real × 15% = I. Renda

25.500 × 15% = 3.825

Contabilização

Observação: Pelos motivos já expostos, não são transcritos aqui os ajustes nos livros Razão e Diário.

QUARTO PASSO

Segundo Balancete de Verificação (Coluna para os Ajustes)

Em $ mil

Contas	1º Balancete de Verificação		Ajustes		2º Balancete de Verificação	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Débito	Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
Ativo						
Caixa	36.000	–	–	–	36.000	–
Dupl. a Receber	40.000	–	–	–	40.000	–
(–) Prov. Dev. Duvid.	–	–	–	1.200*	–	1.200*
Material de Tinturaria	20.000	–	–	15.000	5.000	–
Seguros	6.000	–	–	1.500	4.500	–
Móveis e Utensílios	10.000	–	–	–	10.000	–
Equipamentos	20.000	–	–	–	20.000	–
(–) Depr. Ac. Móv. Uten.	–	1.000*	–	1.000	–	2.000
(–) Depr. Ac. Equip.	–	2.000*	–	2.000	–	4.000
Passivo						
ISS a Pagar	–	5.000	–	–	–	5.000
Fornecedores	–	20.000	–	–	–	20.000
Empréstimo Bancário	–	14.000	–	–	–	14.000
Juros a Pagar	–	–	–	8.000	–	8.000
Sal. a Pagar	–	–	–	2.000	–	2.000
Prov. I. Renda	–	–	–	3.825	–	3.825
P. Líquido						
Capital	–	20.000	–	–	–	20.000
Res. Capital	–	10.000	–	–	–	10.000
Lucros Acumulados	–	7.000	–	–	–	7.000
Desp. Custo						
ISS	5.000	–	–	–	5.000	–
Sal. Administração	10.000	–	2.000	–	12.000	–
Sal. Tinturaria	30.000	–	–	–	30.000	–
Multa	2.000	–	–	–	2.000	–
Juros	–	–	8.000	–	8.000	–
Devedores Duvidosos	–	–	1.200	–	1.200	–
Material de Tinturaria	–	–	15.000	–	15.000	–
Despesa de Seguros	–	–	1.500	–	1.500	–
Depreciação	–	–	{1.000 2.000	–	3.000	–
Imposto de Renda	–	–	3.825	–	3.825	–
Receita						
Receita de Serviços	–	100.000	–	–	–	100.000
TOTAL	179.000	179.000	34.525	34.525	197.025	197.025

* Poderia estar a débito com o sinal negativo.

QUINTO PASSO

Apuração de Resultados (Em $ mil)

Para apurar o resultado será feito o encerramento (partidas ou lançamentos de encerramento) de todas as Contas de Resultados (Despesa/Receita).

Veja a conta **Apuração do Resultado do Exercício** na página seguinte.

Apuração do Resultado do Exercício	
a) 5.000	100.000 (I)
b) 12.000	
c) 30.000	
d) 2.000	
e) 8.000	
f) 1.200	
g) 15.000	
h) 1.500	
i) 3.000	
j) 3.825	
81.525	100.000
18.475	(18.475)

SEXTO PASSO

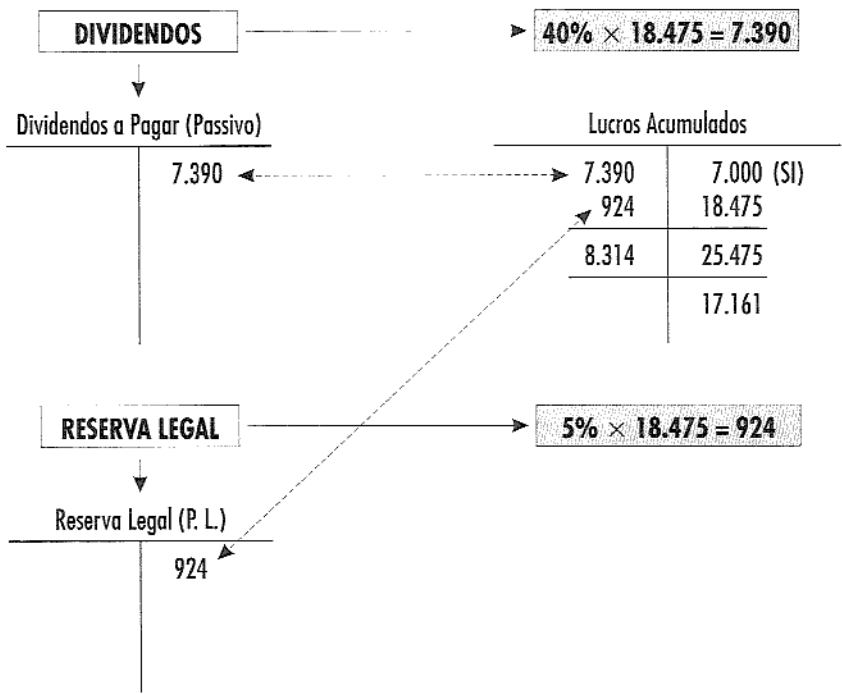
Contabilização do Lucro

Observe-se que a conta ARE também é encerrada ao se transferir seu saldo para Lucros Acumulados.

SÉTIMO PASSO

Distribuição do Lucro (Em $ mil)

Suponha-se que, segundo os estatutos (no caso S.A.) da empresa, haverá distribuição de dividendos à base de 40% sobre o Lucro Líquido a ser pago até 30-4-X2.

Admita-se ainda que a empresa seja uma sociedade anônima e esteja obrigada a fazer uma Reserva Legal para reforço de Capital. Segundo a lei, tal reserva deve ser calculada à base de 5% sobre o Lucro Líquido:

As Reservas de Lucro normalmente são destacadas na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

OITAVO PASSO

Estruturação das Demonstrações Financeiras (obrigatória)

As Demonstrações Financeiras devem ser estruturadas na seguinte ordem:

1. Demonstração do Resultado do Exercício.
2. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
3. Balanço Patrimonial.
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.
5. Notas Explicativas.

1. *Demonstração do Resultado do Exercício*

CIA. COBAIA – TINTURARIA EM GERAL

Em $ mil

DRE	De 30-1-X1 a 31-12-X1	– –
Receita Bruta	100.000	–
(–) Deduções ISS	(5.000)	–
Receita Líquida	95.000	–
(–) Custo do Serviço Prestado (mão de obra + material + depreciação da tinturaria)	(47.000)	–
Lucro Bruto	48.000	–
(–) Despesas Operacionais		
• de Vendas	(1.200)	–
• Administrativas (Depr. MU)	(14.500)	–
• Financeiras	(8.000)	–
Lucro Operacional	24.300	–
(–) Despesas não Operacionais Multas	(2.000)	–
Lucro antes do Imposto de Renda	22.300	–
(–) Provisão para Imposto de Renda	(3.825)	–
Lucro Líquido	18.475	–

Explicação da DRE

- No item **Custo do Serviço Prestado**, incluem-se todos os gastos referentes ao serviço de tinturaria prestado, bem como a depreciação dos equipamentos da tinturaria e despesas com seguros:

Salários da Tinturaria	30.000
Material da Tinturaria	15.000
Depreciação – Equipamentos – Tinturaria	2.000
	47.000

- No item **Despesa com Vendas**, incluem-se devedores duvidosos, pois se trata de uma despesa que decorre de vendas.
- **Despesas Administrativas:**

Seguros	1.500
Salários da Administração	12.000
Depreciação – Móveis e Utensílios (escritório)	1.000
	14.500

2. *Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados*

A base para estruturação dessa demonstração são exatamente as movimentações da conta Reservas de Lucros:

	Lucros Acumulados		
		7.000	(Saldo em 31-12-X0)
		18.475	(Lucro do Exercício de 20X1)
Dividendos ref. 20X1	7.390	25.475	
Reserva Legal	(924)		
		17.161	(Saldo em 31-12-X1)

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS CIA. COBAIA – TINTURARIA EM GERAL – EM $ MIL		
	31-12-X1	31-12-X0
Saldo Inicial	7.000	-0-
+ Ajustes	-0-	-0-
Saldo	7.000	-0-
+ Lucro do Exercício	18.475	-0-
Saldo disponível --------→	25.475	-0-
(–) Dividendos	(7.390)	-0-
(–) Reserva Legal	(924)	-0-
Saldo final	17.161	7.000

No caso de se tratar de uma empresa de grande porte, conforme a Lei nº 11.638/07, a DLPAc deveria ser:

Saldo inicial 31/12/X0	7.000
+ Lucro do Exercício	18.475
Saldo disponível	25.475
(–) Dividendos	(7.390)
(–) Reserva Legal	(924)
(–) Reservas de Lucro*	(17.161)
Saldo final 31/12/X1	—0—

O objetivo dessa demonstração é evidenciar o fluxo do lucro, o que foi feito com o lucro do exercício, inclusive com o(s) saldo(s) remanescente(s) de ano(s) anterior(es).

3. *Balanço Patrimonial*

Todas as contas abertas (as que não foram encerradas para apuração do resultado) são contas de balanço.

* Destinar para Reservas, Aumento de Capital etc.

CIA. COBAIA – TINTURARIA EM GERAL

CGC: ....

Em $ mil

ATIVO			PASSIVO E PL		
	31-12-X1	31-12-X0		31-12-X1	31-12-X0
Circulante			**Circulante**		
Caixa/Bancos	36.000	20.000	Títulos a Pagar	–	10.000
Dupl. a Receber	40.000	–	Fornecedores	20.000	–
(–) Prov. Dev. Duvidosos	(1.200)	–	ISS a Pagar	5.000	–
Estoque Consumo	5.000	–	Emprést. Bancários	14.000	–
Desp. Exerc. Seguin.			Juros a Pagar	8.000	–
– Seguros	4.500	–	Salários a Pagar	2.000	–
			Imposto de Renda a Pagar	3.825	–
			Dividendos a Pagar	7.390	–
Total do Circulante	84.300	20.000	Total do Circulante	60.215	10.000
Não Circulante			**Patrimônio Líquido**		
Imobilizado	24.000	27.000	Capital	20.000	20.000
			Reserva de Capital	10.000	10.000
			Reserva Legal	924	–
			Lucros Acumulados	17.161	7.000
			Total do PL	48.085	37.000
TOTAL	108.300	47.000	TOTAL	108.300	47.000

4. *Demonstração dos Fluxos de Caixa*

Explicar por que o Caixa variou de $ 20.000 para $ 36.000. Ou seja, houve um acréscimo no resultado financeiro de $ 16.000, sendo que o Lucro Líquido na DRE foi de $ 18.845. Por que o Lucro Econômico é maior que o Financeiro?

> A Demonstração dos Fluxos de Caixa explica as razões pelas quais o saldo de caixa (disponível) alterou entre dois BP consecutivos.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

a) Planilha de Cálculo

Com posse do Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPAc) e Notas Explicativas (NE), montaremos a DFC, partindo da DRE, analisando cada conta e sua contrapartida no BP e DLPAc.

Também utilizaremos outras siglas: Duplicatas a Receber (DR), Passivo Circulante (PC), Depreciação (Deprec.), Receita Bruta (RB), Equipamentos (Equip.) etc. Os números na frente representam a seqüência dos cálculos:

Entrada (Recebimento no Caixa)			
1.	Receita Recebida [RB 100.000 + DR_{x0} -0- (–) DR_{x1} 40.000]	60.000	
14.	"Novos Empréstimos" destacado no PC na conta Empréstimos a Pagar	14.000	
15.	Aumento de Capital em Dinheiro [a Conta Capital no P. Líquido não variou]	-0-	74.000
Saída (Pagamentos que reduzem o Caixa)			
2.	(–) Deduções [ISS na DRE 5.000 – ISS a Pagar o PC 5.000]	(-0-)	
3.	(–) Custo dos Serviços [47.000 na DRE – Deprec. Equip. 2.000 – Fornec. 20.000]	(25.000)	
4.	(–) Despesas de Vendas [1.200 na DRE – Prov. Devedores Duvidosos (BP) 1.200]	(-0-)	
5.	(–) Desp. Administrativas [14.500 DRE – Deprec. 1.000 – Sal. a Pg. (PC) 2.000]	(11.500)	
6.	(–) Desp. Financeiras [8.000 DRE – Juros a Pagar (PC) 8.000]	(-0-)	
7.	(–) Desp. Não Operacionais [2.000 DR – Dívida no PC -0-]	(2.000)	
8.	(–) Prov. Imposto de Renda [3.825 DRE – Imposto de Renda Pg. (PC) 3.825]	-0-	
9.	(–) Dividendos [7.390 DLPAc – Dividendos Pg. (PC) 7.390]	-0-	
10.	(–) Estoque de Consumo [5.000 BP – Dívida (PC) – Fornec. já considerado: custo]	(5.000)	
11.	(–) Seguros [4.500 BP – Dívida (PC) -0-]	(4.500)	
12.	(–) Imobilizado [Conf. NE não houve novas aquisições]	-0-	
13.	(–) Títulos pagos	10.000	(58.000)
16.	Resultado do Fluxo de Caixa		16.000

A seguir, vamos estruturar a DFC em três operações:

Atividade Operacional: as atividades comuns de compra e venda, incluindo as receitas e despesas.

Atividade de Financiamento: as obtenções de empréstimos e financiamentos, aumento de capital em dinheiro. Os dividendos são subtraídos neste item.

Atividade de Investimentos: as aquisições do ativo permanente são exemplos de saída de caixa. As vendas do Ativo Permanente podem ser lançadas como entradas neste item.

b) Estruturação do Modelo Direto (ver Capítulo 8)

DFC (Período X1)

Atividade Operacional			
Receita Bruta Recebida		60.000	
(–) Custos dos serviços pagos	(25.000)		
(–) Estoque de consumo pago	(5.000)	(30.000)	30.000
(–) Despesas operacionais pagas			
Despesas administrativas	(11.500)		
Seguros pagos	(4.500)	(16.000)	
(–) Despesas não operacionais pagas		(2.000)	18.000
Caixa gerado no negócio (fluxo de caixa operacional)			12.000
Atividade de Financiamento			
Empréstimos obtidos		14.000	
(–) Títulos pagos		(10.000)	4.000
Atividade de Investimentos			
Não houve			-0-
Resultado Financeiro			16.000

c) Estruturação do Modelo Indireto (ver Capítulo 8)
DFC (Período X1)

Atividade Operacional			
Lucro obtido no período (DRE)		48.475	
Ajustes: Depreciação (por se tratar de subtração econômica)		3.000	51.475
Variações nos Circulantes			
Ativo Circulante			
Duplic. a receber líquida (aumenta, posterga rcbto.)	(38.800)		
Estoque de consumo (aumento, mais dívida, mais saídas)	(5.000)		
Seguros (aumento desta conta, mais saída do caixa)	(4.500)	(48.300)	
Passivo Circulante			
Fornecedor (aumento, posterga pagto. bom caixa)	20.000		
ISS a pagar (idem)	5.000		
Juros a pagar (idem)	8.000		
Salários a pagar (idem)	2.000		
Imposto de Renda a pagar (idem)	3.825	38.825	(9.475)
Caixa gerado no negócio (fluxo de caixa operacional)			12.000
Atividade de Financiamento			
Aumentou empréstimo a pagar		14.000	
Diminuiu tít. a pagar		(10.000)	4.000
Resultado Financeiro			16.000

Obs.: 1. *Dividendo a pagar*: não foi considerado na variação do Passivo Circulante. Para considerá-lo, teríamos que subtrair a redução do lucro obtido no período.

2. *Títulos a pagar*: consideramos como amortização de dívida e não um passivo originado dos negócios operacionais.

Modelo para Publicação das Demonstrações Financeiras de Sociedade Anônima

Denominação da Empresa
CNPJ – Tipo de Sociedade

Em $ mil

Relatório da Administração (Informações adicionais: dados estatísticos, produtividade, políticas, expansão etc.)

Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO E PL		
	Data			Data	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	Data	
Receita Bruta		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES* DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Data	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	Data	

Notas Explicativas (e outras evidenciações)

Parecer da Auditoria

PARA AS EMPRESAS DE GRANDE PORTE

Administradores

(assinatura)

Contabilista

CRC nº . . . .

(assinatura)

* Se fosse a DLPAc teria que ser saldo inicial e final igual a zero.

5. *Notas Explicativas*

Também conhecidas como *notas de rodapé,* são destacadas após as Demonstrações Financeiras, evidenciando:

- os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais (estoques, depreciação, provisão para devedores duvidosos etc.);
- investimentos em outras sociedades quando relevantes;
- reavaliações;
- taxas de juros, datas de vencimentos e garantias das obrigações a longo prazo;
- etc.

Notas Explicativas: CIA. COBAIA

a) As receitas e despesas são apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

b) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 365 dias estão classificados como circulantes.

c) O imobilizado está demonstrado pelo custo de compra.

d) A depreciação é computada pelo método linear (linha reta).

e) A provisão para devedores duvidosos é constituída na média das perdas dos últimos três anos, sendo suficiente para cobrir as perdas julgadas prováveis.

f) A provisão para Imposto de Renda é constituída segundo o regime de competência.

g) Imobilizado (quadros suplementares).

Em $ mil

Itens	Custo		Deprec. Acumulada		Líquido	
	31-12-X0	31-12-X1	31-12-X0	31-12-X1	31-12-X0	31-12-X1
Móveis e Utensílios	10.000	10.000	(2.000)	(1.000)	8.000	9.000
Equipamentos	20.000	20.000	(4.000)	(2.000)	16.000	18.000
Total	30.000	30.000	(6.000)	(3.000)	24.000	27.000

h) Empréstimo Bancário (em moeda nacional) – Passivo Circulante para Capital de Giro; vencimento em 30-06-X2; Taxa de Juros...

Palavras-chaves

Notas Explicativas: Também conhecidas como "Notas de Rodapé", são complementos às Demonstrações Financeiras, incluindo os critérios na avaliação (estoques, depreciação...), desdobramento de contas ou grupos (permanente, dívidas, ações...), eventos subsequentes à data do encerramento do exercício social etc.

DFC: Demonstração dos Fluxos de Caixa, exigida para as Cias. Abertas e Grandes Sociedades, mostra o Resultado do Fluxo Financeiro.

Parecer de Auditoria: Opinião dos auditores externos (independentes) que examinam as Demonstrações Financeiras. Normalmente, essa opinião é destacada na parte inferior, após os destaques das demonstrações.

Equivalentes de Caixa: São aplicações financeiras realizáveis num prazo curtíssimo, feitas através de fundos de liquidez imediata ou títulos com remuneração imediata. Podem ser tratados como Caixa.

? Perguntas e Respostas

1. Como poderia fazer uma Contabilidade de Pessoa Física para saber minha riqueza real?

Um método simples é, em primeiro lugar, você fazer um balanço de seu patrimônio (note que o formato apresentado não obedece à Lei nº 11.638/07):

Ativo (o que você tem, bens, títulos...)		Passivo Exigível (dívidas, obrigações)	
Realizável a Curto Prazo (dinheiro e aquilo que será $ em até 1 ano)		**Exigível a Curto Prazo** (até 1 ano)	
• Saldo bancário c/c	______	Luz, água, tel. a pagar no mês	______
• Poupança	______	Cheque especial	______
• Fundos de renda fixa	______	Cheques pré-datados	______
• Salários a receber (no mês)	______	Cartão de crédito	______
• Outros valores a receber	______	Financiamento de carro	______
Realizável a Longo Prazo (aquilo que será recebido em prazo > 1 ano)		Prestações de imóveis (até 1 ano)	______
• FGTS	______	Plano de aposentadoria (prev. privada)	______
• Fundos previdência privada	______	Dívidas com a família	______
• Prestações de imóveis	______	Aluguel mensal	______
• Empréstimos a receber família	______	Emprést. bancos a pagar	______
• Outros valores a receber L.P.	______	**Exigível a Longo Prazo** (acima de 1 ano)	
Permanente (os bens de uso; não estão à venda)		Prestações de imóveis (acima de 1 ano)	______
• Imóvel residencial	______	Prestações de carro (acima de 1 ano)	______
• Imóvel alugado a terceiros	______	Financiamento bancário	______
• Casa de praia (campo)	______	Dívidas com a família (acima de 1 ano)	______
• Sítio	______	Subtotal	______
• Veículos (carros)	______	**Riqueza Líquida**	
• Eletrodomésticos	______	Ativo (–) Passivo Exigível	______
• Outros Ativos Permanentes	______	(se você trocasse todo seu ativo por dinheiro e pagasse todas as dívidas, quanto sobraria líquido nesta data: tudo o que você tem (–) tudo o que você deve)	
Total	______	**Total**	______

2. Ainda em termos de Pessoa Física, como poderia calcular mensalmente se minha riqueza está aumentando ou diminuindo?

O ideal seria fazer uma demonstração semelhante à DRE:

Demonstração de Resultado Mensal

Receitas		
Salários (a receber no mês)	______	
Juros (idem)	______	
Aluguéis (idem)	______	
Dividendos (idem)	______	
Outras receitas	______	______
(–) Despesas cotidianas		
Alimentação	______	
Condomínio	______	
Aluguel	______	
Escola	______	
Saúde	______	
Impostos	______	
Juros (a pagar no mês)	______	
Pensão alimentícia	______	
Telefone, água, luz	______	(______)
(–) Despesas extras		
Academia	______	
Cabeleireiro	______	
Restaurante	______	
Farmácia	______	
Viagens	______	
Outras despesas extras	______	(______)
(–) Despesas não desembolsáveis		
Depreciação do carro (20% ao ano x 1/12)		
Depreciação do imóvel (4% ao ano x 1/12)	______	
Outras depreciações	______	(______)
Superávit (quando Receita > Despesa)		______

3. Como poderia controlar melhor meus gastos para melhorar meu superávit?

O ideal seria projetar um Fluxo de Caixa, com base na Demonstração do Resultado. É uma espécie de orçamento financeiro.

O primeiro passo seria estimar quanto você vai receber no mês seguinte em salário, aluguel, juros, receita extra etc. Se for necessário, pode fazer considerando a família: esposa e filhos que tenham ganho.

O segundo passo seria estimar todas as despesas e investimentos a serem feitos no mês seguinte. É interessante dividir em grupos para facilitar a análise:

Fluxo de Caixa projetado para o mês ______	
Entradas de dinheiro	
Receitas a receber	
______________________	______
______________________	______
______________________	______
Subtotal	______
Saídas de dinheiro	
Despesas cotidianas (moradia, alimentação, escola...)	
______________________	(______)
______________________	(______)
______________________	(______)
Despesas extras (seguros, vestuário, farmácia...)	
______________________	(______)
______________________	(______)
______________________	(______)
Prestações a pagar (imóveis, empréstimos...)	
______________________	(______)
______________________	(______)
______________________	(______)
Investimentos (aplicações, poupança, previdência...)	
______________________	(______)
______________________	(______)
______________________	(______)
Subtotal	(______)
Superávit ou Déficit	______

Com esta projeção e um pouco de criatividade busca-se cortar gastos. Inicialmente corta-se a chamada "gordura no orçamento": presentes, festas, academia, faxineira, passadeira, restaurante, lazer.

Evitar comprar a prazo com juros elevados, financiar cartão de crédito, trabalhar com cheque especial. Liquidar estas dívidas o mais cedo possível.

Organizar investimentos, lembrando que todas as aplicações no ativo são boas quando geram ganho. Repare que certos ativos como casa e carro financiados são ativos que geram passivos (financiamentos, juros, impostos, seguros etc.). Nesse caso, não se consideram bons investimentos.

ATIVIDADES SUGERIDAS

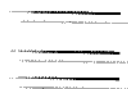
TAREFA 16.1 Arquivar xerox do artigo da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, alterada pela Lei nº 11.638/07), que dispõe sobre notas explicativas.

TAREFA 16.2 Arquivar xerox de uma página do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

Preencher o livro com alguns valores hipotéticos.

TAREFA 16.3 Recortar uma Demonstração Financeira que contenha:

- CNPJ da empresa.
- Relatório da Diretoria.
- Balanço Patrimonial.
- Demonstração do Resultado do Exercício.
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Notas Explicativas.
- Parecer dos auditores.
- Assinatura do contabilista (nome).
- Assinatura da diretoria (nomes).

Bibliografia

ADAMS, Bob. *Streetwise small business start-up*. Holbrook, Massachusetts, EUA, 1996.

ALOE, Armando; VALLE, Francisco. *Contabilidade comercial.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

ANCELEVICZ, Jacob; BRAGA, Francisco J. S. *Contabilidade básica*: um estudo programado. São Paulo: Saraiva.

ANGÉLICO, João. *Contabilidade básica.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 1981. 2 v.

AREVALDO, Alberto. *Elementos de contabilidade general.* Buenos Aires: Selección Contable.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO. *Financiamento & desenvolvimento/79*.

FERNÁNDES, Eduardo G.; JINZENJI, Nelson M. *Manual do contador sobre imposto de renda – pessoa jurídica.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

FIORIANI, Pedro Oldoni. *Empresa familiar ou inferno familiar?* Curitiba: Juruá, 2002.

FRANCO, Hilário. *A contabilidade na era da globalização*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Contabilidade geral.* 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997

GOUVEIA, Nelson. *Contabilidade.* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

_____. *Demonstração das origens e aplicações de recursos.* São Paulo: Atlas, 1981.

HABERKORN, E.; OLIVEIRA de, N. C. *Contabilidade inside ERP*. São Paulo: Makron, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade gerencial.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Teoria da contabilidade* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços* (livro-texto). 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____ (Coord.) et al. *Contabilidade intermediária.* Equipe de Professores da FEA/USP. São Paulo: Atlas, 1981.

_____ et al. *Contabilidade introdutória.* 8. ed. Equipe de Professores da FEA/USP. São Paulo: Atlas, 1996.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações.* Fipecafi. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KAWASHITA, Akio. *Correção do balanço.* São Paulo: Informações Objetivas.

KEMP, Patrick S. *Contabilidade para o gerente.* São Paulo: Brasiliense.

KIYOSAKI, Robert. T.; LECHTER, Sharon L. *Pai rico pai pobre.* 18. ed. Rio de Janeiro: Campus.

LAMBDEN, John; TARGET, David. *Finanças para o pequeno empresário.* 2. ed. São Paulo: Best Seller.

LOPES DE SÁ, A. *Dicionário de contabilidade.* 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial.* 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Contabilidade da pecuária.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Metodologia do ensino da contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade,* nº 14, jan./mar. 1983.

_____. O escritório de contabilidade, a pequena empresa e as tomadas de decisões. *IOB.* Temática Contábil, Boletim 1982.

_____. Aspectos da receita bruta de vendas e serviços e deduções da receita bruta. *Boletim do Ibracon,* nº 14, 1979.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MEIGS, Walter B.; JOHNSON, Charles E.; MEIGS, Robert F. *Accounting*: the basic for business decisions. New York: McGraw-Hill Book.

NAGATSUKA, Divane A. S.; TELES, Egberto L. *Manual de contabilidade introdutória.* São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NISWONGER, C. Rollin; FESS, Philip E. *Princípios de contabilidade.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

PARIS, Arry H. de. *Contabilidade mecanizada.* São Paulo: Atlas, 1978.

REIS, Arnaldo. *Iniciação à contabilidade.* São Paulo: Saraiva, 1982.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO. Instituto de Administração da FEA/USP. 15:4, out./dez. 1980.

RIBEIRO, Osni M. *Contabilidade básica fácil*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILBIGER, Steven. *MBA em 10 lições*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SILVESTRE, A. A.; RUSSO, Francisco; MAEDA, Luiz Kinti. *Contabilidade comercial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

SKOUSEN, K. Fred; LANGENDERFER, Harold Q.; ALBRECHT, W. Steve. *Financial accounting*. EUA: Warth Publishers.

TRACY, John A. *Accounting for dummies*. Foster City, Ca: Book Wordwide, 1999.

TREUHERZ, R. M. *Análise financeira*. São Paulo: Pioneira.

WALTER, Milton A.; BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações financeiras*: um enfoque gerencial. São Paulo: Saraiva.

WEBER, Pierre R. *Contabilidade para executivos*. São Paulo: Resenha Literária.